



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Educação



NAIANA RÚBIA REZENDE TAVARES

**DE CRECHE COMUNITÁRIA À UDI DO BAIRRO DONA ZULMIRA: OS
PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA/MG (1986-2002)**

UBERLÂNDIA/MG

2025

NAIANA RÚBIA REZENDE TAVARES

**DE CRECHE COMUNITÁRIA À UDI DO BAIRRO DONA ZULMIRA: OS
PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA/MG (1986-2002)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza

UBERLÂNDIA/MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

T231 2025	<p>Tavares, Naiana Rúbia Rezende, 1981- De Creche Comunitária à UDI do bairro Dona Zulmira: [recurso eletrônico] : os primeiros passos da Educação Infantil no município de Uberlândia/MG (1986-2002) / Naiana Rúbia Rezende Tavares. - 2025.</p> <p>Orientador: Sauloéber Társio de Souza. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.82 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Souza, Sauloéber Társio de ,1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p> <p>CDU: 37</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 36/2025/951, PPGED				
Data:	Dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	[9h40]	Hora de encerramento:	[12h]
Matrícula do Discente:	12412EDU040				
Nome do Discente:	NAIANA RÚBIA REZENDE TAVARES				
Título do Trabalho:	"DE CRECHE COMUNITÁRIA À UDI DO BAIRRO DONA ZULMIRA: Os Primeiros Passos da Educação Infantil no Município de Uberlândia-MG (1986-2002)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Os 30 anos da Pesquisa Histórico Educativa no PPGEDUFU: Espectros da Historiografia Educacional Brasileira (1989-2019)"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sauloeber-tarsio-de-souza>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Moysés Kuhlmann Júnior - UNB; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Sauloéber Tarsio de Souza - UFU, orientador(a) d) candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sauloéber Tarsio de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

[A]provada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/12/2025, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moyses Kuhlmann Junior, Usuário Externo**, em 10/12/2025, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/12/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6892159** e o código CRC **7D52B547**.

*Dedico este trabalho à memória de
minha querida amiga Maristela Gomes de
Souza, cuja presença continua a iluminar a
nossa instituição, hoje, orgulhosamente,
nomeada em sua homenagem. Sua dedicação,
alegria e amizade seguem como inspiração
em cada conquista que realizo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar meus passos ao longo desta trajetória e por me fortalecer diante dos desafios de ser mãe, professora e pesquisadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza, pelo profissionalismo, competência, gentileza e constante disponibilidade. Suas correções precisas e contribuições teóricas foram essenciais para este trabalho. Agradeço pela confiança e pela liberdade concedida na condução da pesquisa. Minha profunda gratidão!!!

Ao meu companheiro, Jeferson, por me aceitar como sou. Agradeço por sua paciência e pelo amor dedicado à nossa família.

Aos meus filhos, Rafaella e Vicente Neto, que iluminam minha vida e me motivam diariamente a lutar e acreditar na possibilidade de nos tornarmos pessoas melhores.

À minha mãe, Mara Lúcia, pelo esforço incansável para garantir a mim e aos meus irmãos uma vida digna, mesmo diante das dificuldades de ser mãe solo. Sou grata por nos ensinar a valorizar a escola, o estudo e por ser exemplo de força e coragem.

Ao meu pai, pelo carinho e afeto sempre presentes.

À memória de minhas saudosas avós, Nina e Enedina, que, se aqui estivessem, estariam muito felizes com esta conquista.

À minha querida amiga e companheira de trabalho, Cecília, que sonhou este projeto comigo e esteve ao meu lado desde o início, oferecendo apoio e uma palavra amiga nos momentos difíceis. Contribuiu de forma essencial para a coleta de dados e me auxiliou na escola, facilitando os ajustes necessários para minha participação nas atividades do mestrado.

À EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, cuja trajetória de constituição inspirou a realização desta pesquisa. À diretora Brenda, que não poupou esforços para garantir meu acesso à documentação necessária. Às colegas Meirinês, Dâmares e Emanuelle, que, por já terem percorrido esse caminho, ofereceram apoio e incentivo ao longo da trajetória.

Aos entrevistados, pela gentileza com que me concederam valiosas horas de depoimentos, compartilhando lembranças e informações fundamentais para esta pesquisa, bem como pelo exemplo de dedicação e compromisso com a instituição que hoje se constitui como EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação, da linha História e Historiografia da Educação. Em especial, manifesto minha gratidão aos professores Betânia Laterza, Armindo Quillici, Raquel Discini e Carlos Henrique, pela generosa partilha de saberes e experiências.

Às amigas que o PPGED/UFU me presenteou: Juliene, Mayara, Fernanda e Laurinha, com as quais compartilhei conhecimentos, desafios, alegrias e, principalmente, apoio mútuo, tão importante nos momentos de desânimo.

Agradeço especialmente à querida amiga Laurinha, pelo suporte generoso na partilha de conhecimentos e pelo apoio expresso em amizade, trocas, esclarecimentos e incentivo nos momentos desafiadores.

Ao Prof. Dr. Leandro Araújo, que, por meio do Programa Conquista Acadêmica, orientou-me e me incentivou durante os estudos preparatórios para o processo seletivo do mestrado.

À toda a minha família: irmãos, sobrinhos, tias, primas e amigas queridas que fazem parte da minha vida e se alegram com esta conquista.

À Fátima, pela paciência e pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

Às crianças pequenas que me ofereceram o privilégio de poder me tornar professora e pesquisadora da educação infantil.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa e deste curso, deixo registrado o meu muito obrigada!!!

Seu Nome É Hoje

Gabriela Mistral

Somos culpados
de muitos erros e faltas
porém nosso pior crime
é o abandono das crianças
negando-lhes a fonte
da vida

Muitas das coisas
de que necessitamos
podem esperar. A criança não pode

Agora é o momento em que
seus ossos estão se formando
seu sangue também o está
e seus sentidos
estão se desenvolvendo

A ela não podemos responder “amanhã”
Seu nome é hoje.

Tradução de Maria Teresa Almeida Pina (2009)

RESUMO

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa inserida na área da Educação, especificamente no campo da História da Educação, cuja temática enfoca a História das Instituições Escolares, sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFU) na linha de História e Historiografia da Educação. O objetivo central foi a investigação do processo de criação de uma Creche Comunitária e a sua transição para uma Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI) durante o período de 1986 a 2002. A partir de memórias e documentos, buscou-se compreender os sentidos atribuídos às primeiras instituições de Educação Infantil, voltadas às crianças em situação de vulnerabilidade social, no município de Uberlândia (MG). O recorte temporal adotado tem início em 1986, ano de fundação da Creche Comunitária, estendendo-se até 1998, quando se consolida o modelo de UDI. No entanto, optou-se por ampliar esse período até 2002, ano em que ocorreu oficialmente a transferência da instituição para a Secretaria Municipal de Educação (SME). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa na ótica teórica da História Cultural. Utilizou-se da metodologia da História Oral, com entrevistas semiestruturadas, e da análise documental e bibliográfica. As fontes históricas utilizadas para elaboração desta pesquisa valeram-se, principalmente, do arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, das quais se destacam as fotografias, os documentos oficiais e administrativos, além das legislações pertinentes às políticas públicas voltadas à infância. A fundamentação teórica da investigação apoia-se em autores do campo da História, da Historiografia e da História da Educação, cujas contribuições teórico-metodológicas são fundamentais para a análise histórica das instituições educativas. Dentre eles, destacam-se Bloch (2001), Chartier (1988), Certeau (1982; 2012), Meihy (1996), Alberti (2013), Nosella e Buffa (2009), Faria Filho (1995), Viñao Frago e Escolano (2001), Vieira (1988; 2007), Kuhlmann Jr. (1991; 1998; 2000; 2001; 2019), Kramer (1992; 1995; 2000; 2002), Oliveira (2002) e Rosemberg (2002). A investigação procedeu com o seguinte problema: como ocorreu a criação da Creche Comunitária, assim como a sua transição para UDI do Bairro Dona Zulmira, no período de 1986 a 2002, analisando o contexto das políticas públicas educacionais nesse período? Os resultados revelaram que a Creche Comunitária foi concebida e organizada pela comunidade local em 1986, funcionando em um prédio alugado e atendendo crianças de 0 a 6 anos de idade. Sua administração era feita pela Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira (Ambazu) por meio de recursos provenientes do subsídio repassado pela Prefeitura de Uberlândia por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS). Criada em condições bastante precárias, a instituição teve como objetivo ser um espaço que iria além dos cuidados básicos, oferecendo um ambiente educativo e social. Com o tempo, a organização e as práticas educativas da instituição foram se adequando às legislações vigentes, especialmente com a municipalização em 1995, que instituiu um novo modelo, deixando o estabelecimento de adotar a denominação de “creche” para assumir a de “Unidade de Desenvolvimento Infantil”, consolidando-se como uma organização mais sistematizada, orientada pelas diretrizes determinadas pela SMTAS. Ademais, a partir de 2002, a administração da instituição foi oficialmente transferida para a SME, o que contribuiu para a consolidação do atendimento ofertado, passando este a ser reconhecido pelo desenvolvimento integral das crianças. A instituição dava, então, seus primeiros passos para se consolidar como uma EMEI, integrando as práticas do cuidar e do educar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela LDBEN nº 9.394/1996.

Palavras-chave: Educação Infantil; Instituição Educativa; Creche Comunitária; Uberlândia/MG.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research conducted in the field of Education, specifically within the area of the History of Education, focusing on the History of Educational Institutions. It was developed in the Graduate Program in Education (PPGED/UFU), in the research line of History and Historiography of Education. The central objective was to investigate the process of creating a Community Daycare Center and its transition into a Child Development Unit (UDI) between 1986 and 2002. Based on memories and documents, the study sought to understand the meanings attributed to the first Early Childhood Education institutions aimed at children in situations of social vulnerability in the municipality of Uberlândia (MG). The chosen time frame begins in 1986, the year the Community Daycare Center was founded, extending to 1998, when the UDI model was consolidated. However, the period was expanded to 2002, the year in which the institution was officially transferred to the Municipal Department of Education (SME). This is a qualitative research study grounded in the theoretical perspective of Cultural History. The methodology of Oral History was employed, with semi-structured interviews, as well as document and bibliographic analysis. The historical sources used for the development of this research originated primarily from the archives of the EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, including photographs, official and administrative documents, in addition to legislation related to public policies for early childhood. The theoretical framework is supported by authors from the fields of History, Historiography, and the History of Education, whose theoretical-methodological contributions are essential for the historical analysis of educational institutions. Among them are Bloch (2001), Chartier (1988), Certeau (1982; 2012), Meihy (1996), Alberti (2013), Nosella and Buffa (2009), Faria Filho (1995), Viñao Frago and Escolano (2001), Vieira (1988, 2007), Kuhlmann Jr. (1991; 1998; 2000; 2001; 2019), Kramer (1992; 1995; 2000; 2002), Oliveira (2002) and Rosemberg (2002). The investigation addressed the following problem: How did the creation of the Community Daycare Center and its transition into the UDI of the Dona Zulmira neighborhood take place between 1986 and 2002, considering the context of educational public policies during this period? The results revealed that the Community Daycare Center was conceived and organized by the local community in 1986, operating in a rented building and serving children aged 0 to 6. Its administration was conducted by the Residents' Association of Dona Zulmira Neighborhood (Ambazu), with funding from subsidies provided by the City Hall of Uberlândia through the Municipal Department of Labor and Social Action (SMTAS). Created under precarious conditions, the institution aimed to be more than a space for basic care, offering an educational and social environment. Over time, the organization and educational practices of the institution were adapted to the prevailing legislation, especially after the municipalization in 1995, which established a new model that ceased using the term "daycare" and adopted "Child Development Unit," consolidating a more systematized organization guided by SMTAS directives. Furthermore, starting in 2002, the institution's administration was officially transferred to the SME, contributing to the consolidation of the services provided, which came to be recognized for supporting children's integral development. The institution was taking its first steps toward becoming an EMEI, integrating care and education in accordance with the guidelines established by the LDBEN no. 9.394/1996.

Keywords: Early Childhood Education; Educational Institution; Community Daycare Center; Uberlândia-MG.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e TCCs do Repositório da UFU.....	25
Quadro 2 – Documentação do acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza e de arquivos particulares utilizado na pesquisa (1985 a 2022).....	27
Quadro 3 – Pessoas participantes que fizeram parte da história da instituição no período do recorte temporal da pesquisa (1986-2002)	31
Quadro 4 – Rotina das Creches Comunitárias	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Uberlândia - Estado de Minas Gerais	58
Figura 2 – Festividade de Natal	75
Figura 3 – Placa de identificação institucional (1998)	79
Figura 4 – Reinauguração da UDI do bairro Dona Zulmira (1998)	84
Figura 5 – Café da manhã das crianças na UDI	86
Figura 6 – Recorte dos bairros Dona Zulmira e Taiaman na cidade de Uberlândia/MG	91
Figura 7 – Ambiente doméstico e cotidiano da Creche	92
Figura 8 – Mapa do terreno da sede própria	94
Figura 9 – Processo durante a reforma de 1998: improvisos com materiais de construção no refeitório (1998)	96
Figura 10 – Horta institucional (s.d., anterior a 1998)	97
Figura 11 – Momento festivo - Festa de Natal (1999)	98
Figura 12 – O refeitório da instituição utilizado de maneira multifuncional	99
Figura 13 – Levantamento sobre quantitativo de crianças atendidas na creche em 1999	101
Figura 14 – Salas de aula adaptadas para atender múltiplas funções	102
Figura 15 – Parque com atividades ao ar livre	104
Figura 16 – Fachada principal da UDI Dona Zulmira	106
Figura 17 – Frente da UDI Dona Zulmira	106
Figura 18 – Jornal Dozutai (1996)	110
Figura 19 – Crianças da UDI do bairro Dona Zulmira (1998)	112
Figura 20 – Momento de descerramento de placa após a reforma, em 1998	113
Figura 21 – Comemoração dos aniversariantes (s.d.)	116
Figura 22 – Projeto de Massagem Infantil e Atividades Psicomotoras de Zero a Dois Anos (s.d.)	125
Figura 23 – Ata da reunião de funcionários em 29/08/2000	127
Figura 24 – Relação EMEIs/Escolas Parceiras (2001)	128
Figura 25 – Atividade sociopsicopedagógica (2002)	129
Figura 26 – Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira - Festa de Natal (1987)	131
Figura 27 – Momento festivo no refeitório da Creche (s.d., anterior a 1995)	132
Figura 28 – Registro de festas de aniversário entre os anos 1998 a 2000	133
Figura 29 – Comemoração de aniversário das servidoras (1998)	133
Figura 30 – Festa de carnaval (antes de 1998)	135
Figura 31 – Comemoração da Páscoa (1998)	136
Figura 32 – Comemoração do Natal (1998)	136
Figura 33 – Comemoração do Natal (1999)	137
Figura 34 – Celebração do Natal (1999)	137
Figura 35 – Apresentação de Natal (2000)	138
Figura 36 – Desfile de 7 de setembro (1998)	139
Figura 37 – Evento Festivo não-identificado (1999)	140
Figura 38 – Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro e duas servidoras da instituição durante o evento “Programa Uberlândia Viva” (1998)	141
Figura 39 – Secretário Municipal de Habitação Luiz Humberto Carneiro distribuindo presentes para as crianças (1998)	141
Figura 40 – Apresentação de Quadrilha - Festa Junina 2000	142
Figura 41 – Festa da Páscoa na UDI do bairro Planalto (1999)	144
Figura 42 – Passeio no Parque do Sabiá (1998)	145
Figura 43 – Passeio no Parque do Sabiá (s.d.)	145

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESEBA	Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia
FACED	Faculdade de Educação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPAI	Instituto da Proteção e Assistência à Infância
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
SAM	Serviço Nacional de Assistência a Menores
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMTAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDI	Unidade de Desenvolvimento Infantil
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UOMEN	Unidade de Orientação do Menor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Apresentação.....	16
1.2 Delimitação da pesquisa	19
1.3 Discussão teórico-metodológica, as fontes e os sujeitos da pesquisa.....	23
1.4 A organização da dissertação	35
2 PRIMEIRAS INICIATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DO GERAL AO PARTICULAR	37
2.1 Jardins da Infância: o surgimento da Educação Infantil	37
2.2 Instituições Educativas para crianças pequenas no Brasil e em Minas Gerais ..	44
2.3 A implantação da Educação Infantil em Uberlândia/MG.....	58
3 A TRAJETÓRIA INICIAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM UBERLÂNDIA	68
3.1 A criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira.....	68
3.2 O processo de transição da Creche Comunitária para UDI do bairro Dona Zulmira.....	78
3.3 A estrutura física e a organização dos espaços	88
4 SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS	108
4.1 Sujeitos da instituição	108
4.2 Práticas educativas e organização interna da instituição	117
4.3 Os eventos e as festividades	130
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	166
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	168
ANEXO A – DENOMINAÇÃO DEFINIDA PARA A INSTITUIÇÃO NO ANO DE 2002	169
ANEXO B – LEI QUE CONSIDERA A AMBAZU UTILIDADE PÚBLICA.....	170
ANEXO C – REGISTRO DA AMBAZU EM CARTÓRIO	171
ANEXO D – PROJETO DE LEI Nº 050/1993 - REPASSE DE SUBVENÇÃO PARA ENTIDADES COMUNITÁRIAS	172
ANEXO E – APURAÇÃO DE PONTO ASSINADO PELO PRESIDENTE DA AMBAZU	176
ANEXO F – FOLHA DE PAGAMENTO MENSAL DOS FUNCIONÁRIOS EMITIDA PELA SMTAS (1993).....	177
ANEXO G – RELAÇÃO DE EMPREGADOS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), EMITIDA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (1994).....	178
ANEXO H – LISTA DE FUNCIONÁRIOS CONTIDA NO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) DE 2000	179

ANEXO I – MEMORANDO Nº 3305 DA SME DE 2008 – TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DAS UDIS DA SMTAS PARA SME.....	180
ANEXO J – OFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA SOLICITANDO VAGA NA INSTITUIÇÃO	182
ANEXO K – ENCAMINHAMENTO DE CRIANÇA - JUIZADO DE MENORES	183
ANEXO L – REGIMENTO INTERNO DAS CRECHES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	184
ANEXO M – ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS FUNCIONÁRIOS.....	188
ANEXO N – ATA DE 05/06/2000.....	191
ANEXO O – ATA DE 29/08/2000.....	193
ANEXO P – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PERÍODO TRANSITÓRIO DAS UDIS	194
ANEXO Q – CONVÊNIO DA PREFEITURA COM UNIVERSIDADE PRIVADA PARA OFERTAR CURSO DE PEDAGOGIA	196
ANEXO R – ATA DE 21/06/2000 - FESTAS	197
ANEXO S – MEMORANDO - EMPRÉSTIMO DE BARRACA	198
ANEXO T – MEMORANDO - SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE	199

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Meu interesse pela Educação Infantil e, em particular, pela história de uma instituição escolar específica no município de Uberlândia/MG, é fruto tanto da minha trajetória profissional quanto da minha própria história de vida. As instituições escolares públicas sempre desempenharam um papel significativo em minha formação, influenciando-me, primeiramente, por meio do exemplo de minha mãe, professora aposentada do Estado de Minas Gerais, que atuou em dois cargos como docente de História e Geografia no ensino básico. Além disso, minha vivência como aluna de escolas e instituições públicas durante toda a minha educação básica reforçou ainda mais o meu vínculo com esse universo.

Por outro lado, outra motivação central para seguir esse caminho como pesquisadora está em minha atuação profissional. Sou professora concursada na rede municipal de ensino em dois cargos, dedicando-me integralmente à Educação Infantil, o que ampliou meu interesse em compreender e valorizar a trajetória histórica das instituições escolares e seu impacto na sociedade.

Ademais, minha história de vida também desempenhou um papel crucial nesse processo. Meus pais se separaram quando eu tinha apenas quatro anos de idade. Meu irmão mais velho tinha cinco anos, e o mais novo, apenas dois. Após essa separação, minha mãe, de quem tenho imenso orgulho, tomou uma decisão ousada para a época: trocou uma linha telefônica, que naqueles tempos tinha um valor significativo e havia sido adquirida com muito esforço, por um terreno no bairro Jardim Brasília, que era bastante precário naquele período. Dessa maneira, e com a ajuda dos meus avós maternos, ela conseguiu construir uma pequena casa simples, sem reboco e sem piso, para iniciar uma nova vida com as três crianças pequenas.

Diante das dificuldades financeiras e desprovida de pensão alimentícia, minha mãe precisou trabalhar incansavelmente, muitas vezes em dois ou três turnos, como professora da rede estadual de ensino. Essa situação a levou a depender, ainda mais, do suporte das instituições públicas, como creches e centros de formação, para complementar o sustento e o cuidado com a família. Apesar disso, minha mãe relata os desafios que enfrentou ao tentar encontrar uma vaga em creches e pré-escola para nós. Foram muitas tentativas, conversas com pessoas ligadas à política local, mas, infelizmente, naquele momento, as poucas creches comunitárias existentes não conseguiam atender à demanda da comunidade.

As dificuldades daquela época eram imensas: a inflação elevada, a falta de infraestrutura nos bairros e o alto índice de desemprego impactavam diretamente as famílias. Em meio a esse cenário, enfrentamos muitos desafios e permanecemos sob os cuidados de nossa tia e avó materna, pois não conseguimos vaga na creche, que, àquele tempo, atendia crianças até os 7 anos de idade. Apenas meu irmão mais novo, aos quatro anos, conseguiu uma vaga na Creche Comunitária do bairro Maravilha e, posteriormente, também frequentou o Centro de Formação ao Menor.

Enquanto isso, eu e meu irmão mais velho, já em idade escolar, passamos a frequentar a Unidade de Orientação do Menor (UOMEN), implantada em Uberlândia/MG em 1986, durante a gestão do então prefeito Zaire Rezende (PMDB). Essas unidades, geridas pela Secretaria de Ação Social, tinham como objetivo oferecer apoio a crianças e adolescentes de famílias economicamente desfavorecidas. Além de alimentação, as UOMENs ofereciam suporte escolar e atividades de lazer, buscando transmitir valores relacionados à formação para o trabalho, concebendo-se como um amparo para filhos e filhas de mães trabalhadoras.

Em 1988, fui matriculada na UOMEN II, localizada no bairro Presidente Roosevelt, onde permaneci entre os sete e os doze anos, frequentando o espaço no contraturno escolar. Íamos a pé da instituição para a escola, que ficavam bem próximas. Tenho boas lembranças dos professores, que chamávamos de tios, e das salas de artesanato, culinária e marcenaria. A minha favorita era a sala de culinária, onde aprendi a fazer bolos decorados. Sempre fui muito participativa: apresentei peças teatrais, danças e participei de Olimpíadas realizadas no Parque do Sabiá. Também gostava da festa junina, das aulas de educação física, de pintura e de escrever os assuntos das reuniões no caderno de atas, o que me fazia sentir importante. O melhor, porém, era o dinheiro que recebíamos dos lucros das vendas das quitandas e artesanatos feitos na instituição. Saíamos em duplas, batendo de porta em porta nos quarteirões próximos da unidade, para vender à comunidade. Com o que ganhava, eu comprava um almanaque da Turma da Mônica, o que era incrível para mim.

Essa experiência marcou, profundamente, minha vida e deixou memórias valiosas. Minha mãe, até hoje, expressa sua gratidão por ter podido contar com o apoio daquela instituição, que foi essencial para o sustento e a educação dos filhos. Graças à dedicação dela e ao suporte das instituições públicas, todos nós, segundo suas palavras, conseguimos construir nossas vidas, conquistar uma formação acadêmica e nos estabelecer profissionalmente.

Formei-me em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), em 2009, e comecei meu percurso como professora de Educação Infantil em 2010, inicialmente como contratada. Em 2012, tomei posse no meu primeiro cargo na Escola Municipal de

Educação Infantil (EMEI) Diretora Maristela Gomes de Souza, onde atuo até os dias atuais e que me inspirou na escolha do meu objeto de estudo.

Ao longo desses 14 anos de atuação docente no município, algumas inquietações surgiram em relação aos desafios enfrentados pela referida instituição. Essas reflexões motivaram-me a entender o seu início, como tudo começou. Assim, por meio tanto do tópico “Histórico da escola” contido em seu PPP quanto de relatos de colegas que atuam na escola há mais tempo que eu, descobri que a sua história iniciou-se como uma creche comunitária e que, posteriormente, foi municipalizada, transformando-se em Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI) do bairro Dona Zulmira, para, somente tempos depois, transformar-se em uma EMEI. A partir desse momento, tive uma imensa curiosidade em conhecer mais detalhadamente essa história.

Nesse contexto, elegi para ser o meu objeto de pesquisa uma instituição de Educação Infantil que se aprimora para se adequar às legislações vigentes voltadas a reconhecer a criança como sujeito histórico, social e de direitos. Meu interesse, portanto, nasceu de experiências vivenciadas na EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza enquanto docente da Educação Infantil. Essas vivências despertaram em mim indagações importantes e o desejo de aprofundar a análise das conjunturas políticas que envolvem a História da Educação Infantil no município de Uberlândia, com o objetivo de compreender, mais profundamente, a realidade enfrentada pela escola. Além disso, tenho uma profunda gratidão pela forma com que fui acolhida pela instituição e pela comunidade local, sendo este um modo de retribuir a esse carinho. Como fundamentam Nosella e Buffa (2009, p. 24): “É importante que o pesquisador tenha pelo objeto uma relação de profunda empatia”.

Sabendo dos desafios da profissão, valorizo a importância da formação continuada na carreira docente e da busca constante por novos conhecimentos. Pois, conforme Saviani (2009) aduz, a formação docente vai além da graduação, estendendo-se por toda a trajetória profissional, pois o professor necessita adaptar-se continuamente aos desafios das práticas educacionais e às demandas do contexto histórico em que está inserido. Após participar de diversos cursos, palestras e seminários, decidi aprofundar meus estudos em História da Educação, temática na qual sempre tive muito interesse, e, em 2023, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de História e Historiografia da Educação.

No que lhe diz respeito, é perceptível que, ao longo de aproximadamente 38 anos de funcionamento, isto é, desde o início de suas atividades como Creche Comunitária (1986) e como UDI do bairro Dona Zulmira, muitas histórias e memórias que fazem parte da criação

da EMEI Maristela Gomes de Souza estão se perdendo com o tempo. Esse fato reforça a importância de documentar e preservar sua trajetória, não apenas para compreender seu passado, mas também para lançar luz sobre os desafios enfrentados atualmente. Entre eles, destacam-se a precarização e desvalorização do trabalho docente, as condições de trabalho inadequadas, com turmas superlotadas, a infraestrutura física insuficiente e a escassez de funcionários para atender à crescente demanda de alunos.

Nesse contexto, abordar estes aspectos é essencial para buscar melhorias na qualidade da Educação Infantil, garantindo não apenas o atendimento digno às crianças, mas também um ambiente de trabalho motivador e respeitoso para os professores.

Com base nas experiências vivenciadas em minha infância e, agora, atuando na área da Educação Infantil, percebo, mais do que nunca, a importância dessa etapa de ensino na vida das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

1.2 Delimitação da pesquisa

Compreender a Educação Infantil significa investigar o conjunto de práticas, políticas e significados que estruturam o atendimento às crianças pequenas no contexto educacional brasileiro. Oliveira (2002) contribui, nesse sentido, com esclarecimentos sobre a educação pré-escolar e, atualmente, Educação Infantil, e enfatiza sobre a faixa etária de escolaridade das crianças acima de 5, 6 e 7 anos, conforme as mudanças realizadas, ao longo dos anos, determinadas pela legislação vigente brasileira:

A educação infantil evoluiu do que foi chamado “educação pré-escolar”, entendida como todo atendimento fora da família a crianças e adolescentes que não frequentavam o que se considerava a escola. Com a universalização da escolaridade de crianças acima de 7 anos - ou mais recentemente de 6 e mesmo de 5 anos - dentro do nível de ensino considerado obrigatório, a ideia de pré-escola restringiu-se àquilo que nossa legislação chama de educação infantil. (Oliveira, 2002, p. 35).

Como destaca Oliveira (2002, p. 35), “a educação de crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas tem sido vista, cada vez mais, como um investimento necessário para seu desenvolvimento desde os primeiros meses até a idade de ingresso na escolarização obrigatória”. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, referida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Infantil é definida como a primeira etapa da Educação Básica, destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade. Seu objetivo é o

desenvolvimento integral das crianças nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996, art. 29).

Por sua vez, essa etapa está organizada em duas modalidades: creches, que atendem crianças de 0 a 3 anos, e pré-escolas, voltadas para crianças de 4 e 5 anos (Brasil, 1996, art. 30). Além disso, o trabalho pedagógico deve ser planejado com base nas faixas etárias e peculiaridades das crianças, sendo acompanhado por meio de práticas avaliativas que respeitam suas características e não têm o caráter de promoção obrigatória (Brasil, 1996, art. 31).

De acordo com Guimarães (2017), o reconhecimento legal da criança como sujeito de direitos e seu acesso à educação só ocorreu na segunda metade do século XX, impulsionado por movimentos sociais. Dessa forma, a autora atesta que o desenvolvimento do atendimento à infância no Brasil é marcado pela luta por creches promovida por mães trabalhadoras e de classe média durante o processo de redemocratização, nas décadas de 1970 e 1980. Essa mobilização visava garantir o direito à Educação Infantil. No final da década de 1980, movimentos sociais, como o Movimento Criança Pró-constituente e o Movimento de Mulheres/Feministas, desempenharam um papel crucial na defesa dos direitos das crianças e na construção de uma nova Constituição. Nesse sentido, os movimentos refletiram a crescente consciência sobre a importância da Educação Infantil como um direito social. Todavia, a luta por creches não apenas buscou atender às necessidades imediatas das mães trabalhadoras, mas também se inseriu em um contexto mais amplo de transformação social e política no país.

A Constituição Federal de 1988 garantiu, pela primeira vez, o acesso à educação para a criança pequena, marco importante para a Educação Infantil, reafirmado pela Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, reconheceu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Desta feita, entre os avanços advindos, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, aprovadas em 2009, que orientam as práticas pedagógicas no Brasil (Brasil, 2009). Porém, é importante considerar que essas normativas não surgiram de forma isolada, mas são frutos de um processo histórico que evoluiu com o tempo, reconhecendo a criança como um sujeito de valores e direitos. Sendo assim, esta pesquisa, portanto, buscou compreender os desafios enfrentados pelos sujeitos que lutaram por estabelecer essa instituição de Educação Infantil, nesta cidade do interior mineiro.

Logo, o objeto de estudo desta pesquisa é uma instituição de Educação Infantil, que começa como uma creche comunitária e que, posteriormente, aprimora-se como uma UDI, no bairro Dona Zulmira. Contudo, a instituição oficializa-se e se consolida, em seguida, como Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). Entretanto, o presente estudo concentrou-se

prioritariamente na análise da Creche e da UDI, as quais se revelam fundamentais por representarem o início do atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade social, constituindo, portanto, elementos importantes para a compreensão da História da Educação Infantil no município de Uberlândia. Destarte, a presente pesquisa, intitulada *De Creche Comunitária à UDI do bairro Dona Zulmira: os primeiros passos da Educação Infantil no município de Uberlândia/MG (1986 a 2002)*, está vinculada à linha História e Historiografia da Educação do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Esta investigação tem como foco, portanto, abordar a criação da Creche Comunitária, abordando a sua criação e consolidação e o processo de transição para UDI, etapa anterior à sua estruturação como EMEI.

O período analisado abrange os anos de 1986 a 2002, permitindo a compreensão das mudanças ocorridas em sua estrutura, funcionamento e práticas escolares, situando a experiência no contexto histórico, político e educacional. Assim, a pesquisa busca, também, valorizar a memória e as experiências dos envolvidos que contribuíram para a história dessa instituição. O objetivo geral desta é investigar a origem e a trajetória da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, com ênfase no processo de transformação em UDI, momento em que ocorreu a sua municipalização, passando a ser gerida, inicialmente, pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS) e, posteriormente, pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Essa mudança insere-se em um contexto mais amplo de reformulações nas políticas públicas voltadas à infância, em consonância com os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e, seguidamente, pela Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Essas legislações demandam novas formas de organização institucional e pedagógica para o atendimento à infância, sobretudo em regiões marcadas pela vulnerabilidade social. Com isso, e a fim de compreender de forma mais aprofundada a consolidação das práticas escolares e os impactos concretos no cotidiano da instituição através da sua transformação, determinou-se um recorte temporal que teve início em 1986, ano de fundação da Creche Comunitária, e que se estendeu até 1998, quando se consolida o modelo de UDI. No entanto, optou-se por ampliar esse recorte até o ano de 2002, período em que ocorreu a transferência da instituição para a SME.

Portanto, justifica-se o recorte temporal da presente pesquisa com a opção de ampliá-la até o ano de 2002, uma vez que, a partir de 2003, a instituição passou por profundas transformações. No início daquele ano, as UDIs vivenciaram um marco significativo em sua trajetória: a inserção de profissionais aprovados em concurso público para os cargos de professores e supervisores escolares. Com essa reestruturação, a UDI localizada no bairro Dona

Zulmira passou a sofrer mudanças em sua organização pedagógica, impulsionadas pela chegada desses novos profissionais especializados que, futuramente, comporiam a EMEI que receberia o nome de Jean Piaget¹, a qual viria a ser oficializada em 2004 por meio da Lei Complementar Municipal nº 382, de 26/10/2004. Ressalta-se, contudo, que o desenvolvimento da instituição como uma EMEI, com seu novo corpo de servidores e estrutura de funcionamento, tanto quanto suas práticas voltadas para o desenvolvimento integral das crianças, serão objeto de investigações futuras.

Em 2022, mediante a publicação da Lei Complementar nº 735, de 29/08/2022, que alterou a Lei Complementar nº 382/2004, a escola passou a ser denominada EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza², em homenagem a uma de suas gestoras, o que sinalizou um novo momento em sua trajetória institucional. No entanto, tal mudança não será abordada no presente estudo, por extrapolar o recorte temporal estabelecido, assim como o desenvolvimento da instituição para uma EMEI.

Isto posto, a criação da creche na comunidade e a sua transição para UDI do bairro Dona Zulmira representaram um marco fundamental para o desenvolvimento local, constituindo-se como uma alternativa essencial para muitas famílias da comunidade, principalmente as que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se, neste momento, que o espaço ocupado pela instituição será contextualizado na terceira seção desta pesquisa.

Nesta perspectiva, evidencia-se pertinente buscar a compreensão sobre a prerrogativa de qual seria o impacto da criação de uma creche comunitária para o município de Uberlândia e, especialmente, no então denominado bairro Dona Zulmira, tido naquela época como um bairro pobre da periferia, uma vez que esta iniciou suas atividades de forma muito modesta em suas estruturas físicas, mobiliárias e pedagógicas.

Algumas questões neste propósito são colocadas para a investigação: que modelo de

¹ O nome “Jean Piaget” foi escolhido em reunião com funcionários e aprovado pelos pais, em dezembro de 2002 (Anexo A), em referência ao filósofo associado ao movimento construtivista, amplamente difundido no Brasil a partir da década de 1980. Embora o uso de suas ideias nem sempre tenha sido fiel, sua influência popularizou-se nas instituições de ensino de Uberlândia.

² Maristela Gomes de Souza (1976-2021) foi uma professora dedicada, cuja paixão pela arte de ensinar manifestou-se desde os 15 anos de idade. Atuou por alguns anos como professora contratada na Emei Jean Piaget, e, em 6 de fevereiro de 2013, realizou seu sonho e tomou posse como professora efetiva na instituição. Após um período de significativa atuação docente, foi indicada pela comunidade escolar para assumir a direção da escola, cargo que exerceu a partir de janeiro de 2017 com competência, sensibilidade e profundo compromisso. Permaneceu à frente da unidade até 28 de junho de 2021, quando precisou afastar-se por motivos de saúde, sendo internada para tratamento da COVID-19. Mesmo hospitalizada, e antes do agravamento de seu estado clínico, Maristela continuou acompanhando a rotina da escola à distância, orientando a equipe por telefone e se mantendo informada sobre tudo o que acontecia, reafirmando, até o último momento, seu comprometimento com a gestão escolar e com a comunidade. Sua trajetória foi marcada por dedicação, generosidade e responsabilidade, deixando como legado uma história de afeto, competência e inspiração para todos que com ela conviveram.

educação foi pensado para essa Instituição de Educação Infantil em suas diferentes fases? Quais foram as condições de criação da Creche Comunitária e da UDI do bairro Dona Zulmira neste município mineiro? Quem eram os atores sociais envolvidos nessa instituição e a que classes sociais vinculavam-se? Quais foram as impressões sobre as práticas e vivências dos atores que comporiam esta instituição neste período?

A hipótese levantada sugere que a criação e a transição da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira para a UDI do bairro Dona Zulmira tiveram um impacto significativo na comunidade carente, proporcionando acesso a uma educação mais estruturada, caminhando para se adequar às políticas educacionais vigentes. Por conseguinte, diversos desafios, tais como infraestrutura precária, recursos financeiros limitados e a formação de professores, podem ter influenciado a qualidade do ensino oferecido ao longo do tempo.

A presente investigação procedeu com o seguinte problema: como ocorreu a criação da Creche Comunitária, assim como a sua transição para UDI do Bairro Dona Zulmira, no período de 1986 a 2002, analisando o contexto das políticas públicas educacionais nesse período? Sendo assim, os objetivos específicos desta pesquisa incluem: 1) contribuir para a discussão da História da Educação no município de Uberlândia; 2) analisar o processo de criação da Creche Comunitária e a sua transição para UDI no bairro Dona Zulmira à luz das políticas públicas educacionais, e 3) preservar a memória das experiências vivenciadas pelos atores sociais e educadoras que fizeram parte da trajetória da instituição.

1.3 Discussão teórico-metodológica, as fontes e os sujeitos da pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho, propõe-se uma pesquisa de natureza qualitativa, abrangendo, além da revisão bibliográfica, a realização de uma pesquisa documental e empírica, com o uso de entrevistas semiestruturadas³.

Como ponto de partida para a construção do “estado da arte⁴” e para embasar os contextos e conceitos históricos indispensáveis à compreensão dos processos políticos,

³ Cabe ressaltar que a metodologia adotada incluiu o uso de Inteligência Artificial, por meio da ferramenta *ChatGPT*, para a revisão linguística em conformidade com a norma culta e o aprimoramento da clareza e coesão, observando rigorosamente as diretrizes éticas da instituição e assegurando a integridade e a autoria do trabalho acadêmico.

⁴ O estado da arte corresponde a um levantamento sistemático do conhecimento já produzido em determinada área ou sobre determinado assunto, com o intuito de orientar e fundamentar o desenvolvimento de uma nova pesquisa. Marconi e Lakatos (2017).

econômicos e educacionais que moldaram a história desta instituição de Educação Infantil, destaca-se a importância desse componente na pesquisa científica. O referencial teórico, enquanto elemento central, fornece a base necessária e reúne contribuições de autores cujos resultados e análises são fundamentais tanto para a continuidade das discussões quanto para o desenvolvimento de novas produções acadêmicas.

Verificou-se as produções já realizadas sobre instituições escolares de Educação Infantil no município de Uberlândia, tendo sido consultados os seguintes sites: Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES e o Repositório de Teses e Dissertações da UFU. Esta busca, aliada às disciplinas ofertadas durante o mestrado e à orientação do professor Dr. Sauloéber Tarsio de Souza, foram importantes para a construção da fundamentação teórica.

O levantamento realizado no site da CAPES revelou um número reduzido de pesquisas relacionadas aos descritores analisados. Para “instituições de Educação Infantil”, foram identificados 27 trabalhos, sendo 21 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado, no período de 2013 a 2018. O descritor “creche comunitária” resultou em apenas 4 dissertações de mestrado, todas desenvolvidas entre 2016 e 2018. No que lhe diz respeito, o descritor “pré-escola Uberlândia” culminou em 4 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado – dentre estes trabalhos identificados, selecionou-se uma dissertação que estava alinhada ao objeto de estudo para compor o embasamento teórico da presente pesquisa.

No caso do descritor “memória e história das instituições de Educação Infantil”, foram encontradas 11 pesquisas, das quais 4 foram selecionadas para uma análise mais detalhada. Desse total, 9 trabalhos eram dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado, realizadas no período de 2008 a 2010. Ressalta-se que os resultados foram refinados para garantir maior especificidade, com a seleção das opções “grande área do conhecimento”, “área do conhecimento”, “área de avaliação”, “área de concentração” e “nome do programa” restritas à área de “educação”.

Em contrapartida, o levantamento realizado no repositório da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especificamente na Faculdade de Educação, revelou-se alinhado à proposta deste trabalho, considerando que a autora já havia explorado parte de seu conteúdo previamente. Dessa forma, utilizando o descritor “creche comunitária” e aplicando os filtros “ciências humanas” e “Educação Infantil”, foram identificados 15 trabalhos produzidos no período de 2000 a 2024.

Além disso, realizou-se buscas com o descritor “Associação de moradores do bairro Dona Zulmira”, aplicando os filtros “ciências humanas” e “Uberlândia”, o que culminou em

um cômputo de 23 trabalhos produzidos entre 1987 e 2024. Entre eles, selecionou-se apenas um estudo, que trouxe contribuições significativas para a análise deste tema. Cabe ressaltar que o descritor “instituição de Educação Infantil”, no levantamento realizado no repositório da UFU, não apresentou resultados suficientemente satisfatórios, uma vez que abrangeu um espectro muito amplo de pesquisas, mesmo após o refinamento dos critérios de busca. No Quadro 1 que se segue, evidencia-se os trabalhos selecionados, nesta busca ora retratada, para compor a referência bibliográfica da pesquisa:

Quadro 1 – Dissertações e TCCs do Repositório da UFU

Ano	Tipo	Autor (a)	Título
2010	Dissertação	FERREIRA, Vanessa de Souza	Creche comunitária e democracia participativa: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-1988)
2005	Dissertação	CARRIJO, Menissa Cícera Fernandes de Oliveira	Educação infantil e políticas públicas na contemporaneidade: avanços e limitações no discurso legal e na dinâmica educacional
1988	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	LIMA, Sandra Cristina Fagundes de	Urbanização e Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira em Uberlândia (1979 a 1988)
2021	Dissertação	SILVA, Fabiane Almeida	História e Memória da Educação Pré-Escolar na Democracia Participativa em Uberlândia (1983-1988)

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Desta feita, no Quadro 1, foram selecionados quatro estudos que se mostraram pertinentes à proposta da presente pesquisa, sendo três deles contendo o descritor de creches comunitárias e um com o descritor de associação de moradores do bairro Dona Zulmira.

As categorias analisadas, de acordo com Nosella e Buffa (2009), foram: o contexto histórico, o processo evolutivo da instituição escolar, a comunidade, o espaço, as crianças, as auxiliares de creche e administradores, os saberes, as práticas educativas e os eventos. Assim, é possível identificar esta instituição escolar:

[...] com base nos seguintes tópicos que funcionam como categorias de análise: contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; [...] alunos [...]; professores [...]; saberes: currículo, disciplinas [...] métodos; [...] eventos: festas, exposições, desfiles. (Nosella; Buffa, 2009, p. 20).

Nesse contexto, partindo da organização das categorias acima referenciadas, foram exploradas: as origens para a criação da Creche Comunitária e a sua transição para UDI do bairro Dona Zulmira; o corpo profissional, que inclui administradores, auxiliares de creche, as crianças e a comunidade; os saberes por meio das práticas educativas que culminam em

atividades lúdico-pedagógicas e de cuidados, além dos eventos que exprimiam as festividades baseadas no calendário cívico.

Consoante afirmam Nosella e Buffa (2009), as fontes de investigação na História da Educação, especialmente em pesquisas com instituições escolares, são essenciais e vinculadas às teorias do conhecimento. O referencial teórico adotado orienta a escolha e a interpretação das fontes, conforme os enfoques e interesses do pesquisador, e, diante disso, baseiam-se conceitos e teorias relacionados à História da Educação, políticas públicas educacionais e democratização do ensino.

Nesse sentido, compreender o conceito principal da Educação Infantil e sua evolução ao longo do tempo é fundamental para analisar a trajetória da Creche Comunitária e da UDI do bairro Dona Zulmira no município de Uberlândia, tendo em vista que ela não apenas acompanhou as mudanças na política educacional, mas também reflete, em sua história, os desafios e avanços da Educação Infantil no Brasil. Assim, torna-se importante citar os principais autores que foram discutidos na dissertação: Le Goff (1990; 1996), Certeau (1982; 2012), Chartier (1988), Meihy (1996), Alberti (2013), Portelli (1997), Nosella e Buffa (2006; 2009), Magalhães (2004), Saviani (2004; 2009; 2013), Oliveira (2002), Viñao Frago e Escolano (2001), Kossoy (2001), Além (1991), Alvarenga (1991), Ferreira (2010), Lima (1988), Arce (2002), Faria Filho (1995), Vieira (1993; 2007), Kuhlmann Jr (1991; 1998; 2000; 2001; 2005; 2019), Kramer (1992; 1995; 2000; 2002), Kishimoto (1988; 1996), Rosenberg (2002). Além disso, foram consultadas as legislações pertinentes às políticas públicas voltadas à infância nas esferas federal, estadual e municipal, compondo um referencial normativo essencial para a compreensão das mudanças institucionais e das práticas educativas ao longo do tempo.

Para compor a investigação, além do levantamento das fontes de cunho bibliográfico, houve o acesso aos documentos do acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza. Com isso, tem-se como fontes de arquivo: fotografias, livros de ponto, atas e pautas de reuniões, informes, decretos, guias de comunicação interna, listas diversas, quadros informativos, procedimentos, recibos diversos, declarações, faturas de saída, recibos de materiais, requisições de materiais, orientações e procedimentos diversos, documentos acerca do programa de prevenção de riscos ambientais, termos de acordo, levantamentos, memorandos, ofícios, relatórios e comunicados diversos, cartas circulares, convites, encaminhamentos dos mais variados desígnios, atividades sociopsicopedagógicas, guias de prestações de conta, relatórios mensais de folha de pagamento, avisos de férias, guias da Caixa Econômica Federal, tais como extrato de relação de empregados com FGTS, recolhimentos de FGTS e de previdência social, documentos de arrecadação da receita federal, termos de rescisão de contratos, avisos prévios,

guias de recolhimento de contribuição sindical, apurações de ponto, atas de audiência, atestados médicos, declarações de comparecimento, procurações judiciais, fichas de salário família, atas de audiência na Justiça Federal, folhas de pagamentos, relatórios mensais e, inclusive, cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entretanto, conforme atestam Nosella e Buffa (2009, p. 25): “Nem sempre é necessário utilizar todas estas fontes. Em função dos objetivos específicos da pesquisa é possível e até desejável privilegiar umas e não outras”. Desse modo, em se tratando desta pesquisa, utilizou-se, de forma significativa, as fotografias⁵ oferecidas tanto pelo acervo do arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, quanto pelos participantes, que muito contribuíram para a concepção deste trabalho, integrando uma fonte agradavelmente relevante. Os registros fotográficos encontrados no arquivo da própria escola e em inventários particulares revelaram-se especialmente valiosos para a identificação de elementos do cotidiano, dos espaços físicos e das práticas pedagógicas, compondo um retrato visual das experiências vivenciadas ao longo do tempo. Como destaca Boris Kossoy (2001, p. 15), “a fotografia é, simultaneamente, documento e monumento. É um documento por conter informações sobre um momento e uma situação; é monumento por ser produto da ação humana, carregado de intencionalidade”. Nesse sentido, as imagens não foram tomadas como representações neutras da realidade, mas como construções simbólicas, permeadas por intencionalidades, que demandam interpretação cuidadosa e contextualizada.

A seguir, compondo o Quadro 2 encontram-se organizados os documentos coletados para constituir a presente pesquisa-análise:

Quadro 2 – Documentação do acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza e de arquivos particulares utilizada na pesquisa (1985 a 2022)

Natureza	Documento	Ano
Administrativo	Registro da Ambazu em cartório	1985
Administrativo	Lei que considera a Ambazu de utilidade pública	1988
Iconográfico	Fotografias	1987 a 2007
Administrativo	Regimento Interno das Creches vinculadas à SMTAS	Década de 1990
Administrativo	Atribuições gerais dos funcionários	Década de 1990
Informativo	Programa Saúde nas Creches	Década de 1990

⁵ Pode-se destacar que as fotografias utilizadas neste trabalho, cedidas pelo acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, continham, em sua maioria, a data registrada no próprio documento. Ademais, encontravam-se organizadas em um álbum elaborado pela gestão que esteve à frente da instituição no período de 1998 a 2000, no qual constavam legendas manuscritas com a indicação das datas e informações referentes aos eventos retratados nas imagens.

Projetos institucionais	Projeto Massagem Infantil e Atividades Psicomotoras de Zero a Dois Anos	Década de 1990
Administrativo	Projeto de Lei nº 050/1993 – Repasse de subvenção para Entidades Comunitárias	1993
Administrativo	Apuração de ponto assinada pelo presidente da Ambazu	1993
Administrativo	Folha de pagamento mensal dos funcionários emitida pela SMTAS	1993
Administrativo	Relação de empregados – FGTS (Caixa Econômica Federal)	1994
Pedagógico	Relatório: UDI Dona Zulmira	1996
Administrativo	Levantamento das crianças atendidas na creche	1999
Programa Municipal de Saúde	Projeto Prevenir para Não Adoecer	1999
Administrativo	Atas de reuniões manuscritas	2000
Técnico-administrativo	Lista de funcionários contida no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA	2000
Programa Municipal de Saúde	Projeto De Olho nas Creches	2000
Administrativo	Relação EMEIs/Escolas Parceiras	2001
Administrativo	Orientações gerais para o período transitório das UDIs	2001
Comunicação Interna	Memorandos SME / Comissão de Transição das UDIs	2001
Comunicação Interna	Memorando – Denominação definida para a instituição	2002
Comunicação Interna	Ofício da Câmara Municipal de Uberlândia solicitando vaga	2002
Comunicação Interna	Encaminhamento de crianças – Juizado de Menores	2002
Administrativo	Convênio da prefeitura com universidade privada para ofertar curso de Pedagogia	2002
Comunicação Interna	Memorando – Solicitação de transporte público e empréstimo de barraca	2002
Pedagógico	Atividades sociopsicopedagógicas	2002
Eventos acadêmicos	I e II Seminário de Educação Infantil	2002
Projetos institucionais	Projeto Oficina do Corpo	2002
Eventos acadêmicos	I Congresso Nacional de Educação – UFU	2002
Institucional	Projeto Político Pedagógico	2003/2022
Administrativo	Memorando referente à transferência da administração das UDIs da SMTAS para SME	2008

Fonte: Elaborado pela autora a partir do arquivo documental da escola (2025)

De acordo com Buffa (2007), a pesquisa sobre uma instituição escolar deve priorizar fontes como: documentos oficiais da implantação da escola; quadro de professores; trajetória de ex-alunos; entrevistas com sujeitos envolvidos no processo de criação da instituição; legislação da época; currículo; cadernos dos alunos; jornais da época; práticas disciplinares, fotografias, entre outros. Nesse aspecto, Vieira (2013, p. 75) destaca que “as instituições escolares guardam importantes documentos que tratam das relações sociais e institucionais e como as políticas públicas educacionais foram implementadas naquele determinado contexto”. Ademais, segundo Gatti Júnior (2002), as escolas dispõem de grande número de fontes e informações fundamentais para a construção de interpretações sobre elas próprias e sobre a História da Educação. Porém, durante o desenvolvimento desta pesquisa, deparou-se, no arquivo da escola, com a escassez de “documentos oficiais da implementação da instituição”, fundamentais para o desenvolvimento desta investigação, especialmente no que tange aos registros relacionados à criação e aos primeiros anos de funcionamento da creche comunitária

e sua estrutura física, além da falta de outros documentos relevantes sobre a instituição que pudessem apontar sua trajetória histórica. Em virtude disso, conclui-se que esses documentos tenham sido descartados, de forma indevida, e, diante dessa lacuna, tornou-se necessário buscar informações em outros órgãos públicos, como a atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Uberlândia, para acessar dados de grande relevância para este estudo.

Neste momento, vale destacar que o Arquivo Público de Uberlândia foi visitado, contudo não foi encontrado, neste estabelecimento, nenhuma documentação referente à criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Dessa maneira, localizou-se algumas informações documentadas relacionadas ao repasse de subvenções a entidades comunitárias e à lei de utilidade pública referenciando a Ambazu.

Diante disso, a ausência dos documentos representou, sem dúvida, um dos maiores desafios ao longo do processo de pesquisa, demonstrando a existência de evidente negligência em relação à preservação de fontes essenciais para a construção da História da Educação Infantil no município de Uberlândia.

Isto posto, para a presente pesquisa utilizou-se, como opção metodológica, a História Oral, tendo como suporte teórico a História Cultural. Logo, analisar os documentos da Creche Comunitária e da UDI do bairro Dona Zulmira para construir a História da Educação Infantil no município de Uberlândia significa desvendar vestígios, acontecimentos e os nexos que conectam os fios da escolarização infantil.

Sob a perspectiva da História Cultural, corrente historiográfica originada da Escola dos Annales, fundada em 1929 na França, instituiu-se uma nova maneira de pensar a história, sendo que essa linha historiográfica francesa contrapunha aos ideais da Escola Positivista ao pensar diferentes fontes e formas de realizar a pesquisa. Assim como aduz Le Goff (1990, p. 540):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existe. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais [...].

Em vista disso, rompe-se com o paradigma da história tradicional ao dar visibilidade à vida cotidiana e às histórias de pessoas comuns. Segundo afirma Chartier (1988, p. 16): “A história cultural, tal como a entende, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Nesse contexto, a História Oral complementa essa abordagem ao fornecer um método

direto para registrar e interpretar as vivências e discursos daqueles que não produziram documentos escritos, além de se tornar uma ferramenta fundamental ao permitir acessar diretamente as vozes dos sujeitos históricos, suas memórias, narrativas e interpretações do mundo.

Ao investigar a criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, constatou-se que suas atividades tiveram início em 1986, administrada pela Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira (Ambazu), sendo prioritariamente sustentada por subsídios do poder público local. Contudo, durante a coleta e seleção de fontes, enfrentou-se a ausência completa de documentos oficiais na escola que registram essa fase inicial. Destacadamente, o documento mais antigo que foi encontrado nos arquivos acessados data de 1993, referente à prestação de contas da Ambazu.

Assim sendo, as dissertações encontradas e as entrevistas realizadas tornam-se fontes valiosas para preencher as lacunas existentes no conhecimento histórico da instituição. Essas lacunas salientam a importância de adotar múltiplas fontes e métodos na construção de uma narrativa histórica sólida. Conforme observa Certeau (1982, p. 58): “A história, por sua natureza, deve aceitar sua imperfeição e incompletude. O historiador, ao narrar os eventos, se vê diante de um campo onde as lacunas e os silêncios são inevitáveis, e é através desses vazios que o entendimento do passado pode ser enriquecido”.

Por conseguinte, a história oral, um dos subsídios metodológicos presentes nesta pesquisa, estabelece não somente uma conexão dos relatos dos indivíduos participantes com os documentos levantados, como também contribui com a descoberta de fatos do cotidiano, que somente seria possível por meio das memórias dos sujeitos que ali vivenciaram a história da escola.

Diante disso, a metodologia da História Oral é fundamental para a pesquisa sobre a trajetória da Creche Comunitária e da UDI do bairro Dona Zulmira, especialmente diante da ausência de registros documentais oficiais sobre sua origem e os primeiros anos de seu desenvolvimento. Este método permite acessar memórias e experiências que não estão registradas em documentos escritos, oferecendo uma perspectiva mais rica e humana à história da instituição. Como destaca Alberti (2013 p. 33-34):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas às entrevistas. Sendo assim, essas entrevistas serão conduzidas com ex-atores que atuaram no contexto educacional da instituição durante o período delimitado pela pesquisa. O

objetivo é organizar e analisar sistematicamente as informações obtidas, registrando-as por escrito. As entrevistas desempenham um papel essencial, preenchendo lacunas deixadas pela ausência de registros documentais formais, e contribuindo para uma reflexão histórica mais completa e significativa.

Ressalta-se que essa abordagem foi implementada em conformidade com as exigências éticas e legais da Plataforma Brasil, garantindo a proteção e o respeito aos sujeitos envolvidos. Desse modo, para preservar suas identidades, os indivíduos participantes foram denominados como P1, P2 até P9. A pesquisa, portanto, apoiou-se na história oral e na coleta dos depoimentos. Sendo submetida no CEP-UFU, obteve a aprovação conforme nº de protocolo: CAAE: 80927324.4.0000.5152. Ao total, 09 pessoas colaboraram com esta pesquisa por meio de entrevista semiestruturada, conforme pode ser observado com maiores informações no Quadro 3, que se segue:

Quadro 3 – Pessoas participantes que fizeram parte da história da instituição no período do recorte temporal da pesquisa (1986-2002)

Nome	Ano de nasc. / naturalidade	Ano de ingresso	Categoria do sujeito	Área de formação	Algumas informações
Participante 1 (P1)	1959	1986	Ex-presidente da Ambazu	Ensino Médio	Atuou como presidente da Ambazu e administrou a Creche Comunitária de 1986 a 1987
Participante 2 (P2)	1958	1986	Ex-coordenadora e auxiliar de creche	Ensino Fundamental	Atuou na Creche Comunitária entre 1986 e 1987
Participante 3 (P3)	1945	1988	Ex-auxiliar de creche	Pedagogia	Atuou na Creche Comunitária e depois como servidora efetiva na UDI Dona Zulmira e na EMEI Jean Piaget ⁶ , na qual permaneceu até a sua aposentadoria
Participante 4 (P4)	1945	1988	Ex-presidente da Ambazu	Ensino Médio	Atuou como presidente da Ambazu e administrou a Creche Comunitária de 1991 a 1994

⁶ Vale destacar que a denominação EMEI Jean Piaget foi adotada neste estudo em virtude de que o período de permanência de alguns participantes na instituição correspondeu à fase em que esta se identificava oficialmente por esse nome. Salienta-se que tal designação perdurou por dezoito anos, correspondendo, assim, à maior parte de sua trajetória institucional, e que somente em 2022 recebeu o nome de EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza.

Participante 5 (P5)	1955	1995	Ex-presidente da Ambazu	Ensino Médio	Era presidente da Ambazu quando ocorreu a transição da Creche para UDI Dona Zulmira, de 1995 a 1998
Participante 6 (P6)	1966	1991	Ex-auxiliar	Ensino Médio	Contratada pela Ambazu, participou da transição de Creche Comunitária para UDI Dona Zulmira
Participante 7 (P7)	1975	1995	Ex-auxiliar de creche	Pedagogia	Atuou por 14 anos na instituição como servidora efetiva na UDI Dona Zulmira e EMEI Jean Piaget
Participante 8 (P8)	1964	1996	Ex-auxiliar de creche	Pedagogia	Atuou por 14 anos na instituição como servidora efetiva na UDI Dona Zulmira, EMEI Jean Piaget e EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza
Participante 9 (P9)	1971	2001	Ex-coordenadora	Biologia	Estava na coordenação da UDI Dona Zulmira quando ocorreu a transição para a Secretaria Municipal de Educação

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Desta feita, diante da diversidade de fontes, a pesquisadora deve munir-se das evidências e interpretá-las, não se prendendo a concepções pré-estabelecidas, mas caminhando de acordo com o que essas evidências significam para a compreensão de seu objeto de estudo. As entrevistas, por sua vez, mantêm um constante diálogo com a literatura, a documentação, a legislação e demais fontes que descrevem o objeto de estudo.

À luz das reflexões de Marc Bloch (2001), esta pesquisa procura afastar-se do que o autor denomina “ídolo das origens”, isto é, da compreensão equivocada de que o simples resgate do momento inicial de uma instituição seria suficiente para explicar sua trajetória histórica. Para Bloch (2001), a história se constrói nos processos, nas continuidades e nas rupturas que se estabelecem ao longo do tempo, exigindo do historiador a análise das transformações e dos contextos em que os fenômenos se inserem. Nessa perspectiva, dialoga-se com Kuhlmann Jr. (1998), que compreende a infância e as instituições educativas como construções históricas marcadas por disputas sociais, políticas e culturais, afastando leituras naturalizadas sobre a Educação Infantil. Soma-se a esse debate a contribuição de Oliveira (2002), ao destacar a Educação Infantil como um campo em permanente construção, no qual cuidar e educar

constituem dimensões indissociáveis e historicamente produzidas. Assim, ao articular esses referenciais, esta pesquisa busca analisar a trajetória da instituição investigada em sua complexidade histórica, superando explicações lineares e deterministas.

Certamente, esta pesquisa-análise intenta valorizar a memória e as experiências dos envolvidos que contribuíram para a história dessa instituição. Para Le Goff (1996), a memória é uma construção social e cultural que preserva o passado de forma seletiva, moldada pelas necessidades e interesses de um grupo ou sociedade. Ela é viva, fluida e está em constante transformação, refletindo as percepções do presente. Nesse sentido, na análise da instituição referida, as entrevistas realizadas com ex-membros dessa comunidade escolar estabelecem as memórias que, em muitos casos, não são documentadas oficialmente, mas oferecem uma rica fonte para a compreensão da trajetória da escola.

Le Goff (1996) explica, ainda, que a memória coletiva, ao contrário da história oficial, é construída a partir das lembranças das pessoas, das comunidades e das coletividades que viveram os eventos, sendo essa memória essencial para a compreensão das transformações sociais. Assim, por meio dessas memórias, é possível analisar como a comunidade local e os envolvidos com a instituição reconstroem, ressignificam e preservam o seu passado, e como essas memórias interagem com as mudanças na Educação Infantil no Brasil.

Entretanto, é importante advertir que a relação entre a memória coletiva e a história formal é complexa e multidimensional, pois o que lembramos nem sempre corresponde ao que realmente aconteceu (Prost, 2008). Nesse aspecto, vale ressaltar também que as entrevistas são fontes vivas, sujeitas a emoções, inclinações políticas, religiosas, ideológicas, entre outras, podendo ser manipuladas e não refletindo verdades absolutas. Portanto, é essencial que as diversas fontes sejam confrontadas entre si para um melhor aproveitamento dos resultados da pesquisa.

Segundo Meihy (1996, p. 15), a História Oral é “um moderno recurso utilizado para o registro de documentos referentes à experiência social de grupos e pessoas”. Ele enfatiza, ao afirmar que “a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral”, que não apenas revisita o passado, mas também confere sentido social à vida dos depoentes e leitores (Meihy, 1996, p. 15). Em consequência disso, essa abordagem é essencial para compreender as representações, práticas e culturas que moldaram a trajetória da Creche Comunitária e da UDI do bairro Dona Zulmira.

Já para Thompson (1992), a historiografia oral é uma abordagem centrada nas pessoas, ampliando o alcance da história ao incluir a vida cotidiana e as vozes da população anônima, não apenas de líderes. Ela promove a inclusão, o trabalho colaborativo entre professores e

alunos, e resgata a história das comunidades, especialmente dos menos privilegiados, como os idosos, fortalecendo sua dignidade e autoconfiança. Além disso, estimula o diálogo intergeracional e entre classes sociais, contribuindo para um senso de pertencimento. Essa metodologia desafia as tradições autoritárias da história e os mitos consagrados, oferecendo meios para uma transformação radical no papel social da historiografia, ajudando a formar seres humanos mais completos e conscientes.

Por sua vez, Portelli (1997, p. 15) enriquece esse entendimento ao afirmar que “a História Oral é uma ciência e arte do indivíduo”. Ele atesta que, apesar de abordar padrões culturais e estruturas sociais, a História Oral aprofunda essas dimensões por meio dos relatos pessoais, explorando o impacto das memórias individuais na construção do conhecimento histórico. Essa abordagem é particularmente útil para esta pesquisa ao permitir uma análise mais detalhada das práticas cotidianas e das experiências que moldaram a cultura da instituição. A escolha pela História Oral também se justifica por sua capacidade de articular o passado e o presente, reconhecendo o processo histórico como contínuo. Como afirma Alberti (2013), a História Oral vai além da simples interpretação de documentos, pois possibilita recuperar memórias que não estão registradas em outras fontes documentais. Sendo assim, as entrevistas semiestruturadas com ex-funcionários e membros da comunidade local permitem reconstruir uma narrativa histórica que abrange aspectos não documentados oficialmente.

Logo, a metodologia da História Oral, integrada aos pressupostos da Nova História Cultural, não apenas enriqueceu a presente pesquisa, mas também reafirma a importância das memórias e narrativas individuais na construção do conhecimento histórico.

Segundo Nosella e Buffa (2009, p. 20) os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre educadores. Porém, dentre as inúmeras pesquisas sobre as mais variadas instituições escolares espalhadas pelo país, é perceptível que as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas. De modo que as escolas de formação para o trabalho e as mais modestas e marginalizadas, destinadas à população carente, como, por exemplo, as instituições comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas nesse processo.

No que tange ao pleito, as pesquisas sobre instituições escolares contribuem significativamente para o fortalecimento do campo da História da Educação, permitindo investigações mais profundas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que influenciam a identidade escolar. Diante disso, a escola reflete, em parte, o contexto mais amplo em que está inserida, e a análise histórica dessas instituições possibilita a compreensão de seu sentido social, assim como os interesses hegemônicos que as moldam.

De acordo com Magalhães (2004), os discursos historiográficos relacionados à educação estão diretamente ligados a uma renovação epistemológica, que se refere a uma nova forma de entender o conhecimento e a maneira como ele é produzido no campo da educação. Isso significa uma mudança na forma como se estuda e interpreta a história das instituições educacionais, ampliando o foco para não apenas fatos isolados, mas também para a compreensão dos significados, representações e como esses elementos mudam ao longo do tempo.

1.4 A organização da dissertação

A pesquisa está organizada em cinco seções: Introdução, Capítulos 1, 2, 3 e Considerações Finais. A primeira seção aponta os aspectos da delimitação da pesquisa e os objetivos, bem como a metodologia utilizada. O Capítulo 1, intitulado “Primeiras iniciativas na Educação Infantil: do geral ao particular”, apresenta três subseções. Inicialmente, explora o surgimento dos jardins de infância como uma inovação no campo educacional e pedagógico. Na sequência, direciona a análise para o contexto brasileiro, detalhando as primeiras instituições educativas específicas para crianças pequenas no Brasil e em Minas Gerais. E, por último, dedica-se à análise específica da implantação da Educação Infantil em Uberlândia, com foco em uma instituição de Educação Infantil.

Por sua vez, o Capítulo 2, denominado “A trajetória inicial de uma instituição de Educação Infantil em Uberlândia”, explora as primeiras fases evolutivas da escola, assim como sua estrutura física. Apresenta a criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, destacando os desafios no processo de fundação e manutenção da Creche Comunitária através da política da gestão participativa implementada pelo ex-prefeito Zaire Rezende; em seguida, expõe a transição da Creche Comunitária para Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI) do bairro Dona Zulmira, demonstrando como se deu o processo de municipalização à luz das políticas públicas vigentes à época, evidenciando, ainda, o funcionamento e o cotidiano da instituição em ambas as etapas de sua transformação. Por fim, destaca a estrutura física, analisa os espaços que abrigaram a Creche Comunitária, assim como o prédio próprio no qual se consolidou a creche e, posteriormente, a UDI do bairro Dona Zulmira, com ênfase na arquitetura e organização dos ambientes.

O Capítulo 3, designado “Sujeitos da instituição e práticas educativas”, aprofunda a

análise das pessoas e práticas educativas que constituíram a vida institucional. A primeira sessão, enfoca os atores que compuseram essa trajetória: a comunidade, as auxiliares de creche, as crianças e os gestores que estiveram à frente da instituição, nesse período. Já a segunda seção diz respeito às práticas educativas e organização interna da instituição. Logo, analisa as ações de cuidado e educação realizados no cotidiano da escola, bem como a forma de organização institucional delineada em documentos oficiais. Por fim, a última sessão aborda os eventos e as festividades promovidos na instituição, os quais se configuraram como momentos significativos de integração com a comunidade escolar e reforço dos processos de aprendizagem.

Importante ressaltar, neste momento, que toda a pesquisa foi conduzida a partir da perspectiva dos atores sociais envolvidos, valorizando, assim, a memória daqueles que participaram da construção histórica da instituição.

Após as ponderações feitas nas quatro seções, avançou-se para as Considerações Finais sobre a pesquisa. Destaca-se, por conseguinte, que a pesquisa não se encerra com as análises realizadas, pois há uma vastidão de aspectos que não puderam ser contemplados, a exemplo, a consolidação da instituição como uma EMEI.

Nesse sentido, muitas das indagações surgidas poderão ser mais bem compreendidas em um momento posterior. É significativo ponderar que nenhuma teoria metodológica é capaz de responder a todas as questões de uma pesquisa, sendo sempre limitada em sua abordagem. Além disso, a pesquisa, embora rigorosa, reflete o ponto de vista do autor, com fontes e entrevistas que, por sua natureza, estão sujeitas a limitações e subjetividades. Logo, a conclusão da pesquisa é provisória e aberta a novas interpretações. Ademais, a história das instituições de Educação Infantil na rede municipal de Uberlândia é um tema carente de mais investigações acadêmicas, sendo uma discussão que nunca se esgota, já que a Educação Infantil está em constante processo de mudanças e transformações.

Fundamentalmente, esta pesquisa conta também com alguns anexos e apêndices referentes, essencialmente, aos documentos encontrados na escola, como forma de expor a ampla possibilidade de pesquisas futuras, além da finalidade de exibir parte desta documentação.

2 PRIMEIRAS INICIATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DO GERAL AO PARTICULAR

O objetivo deste capítulo é apresentar as primeiras iniciativas na Educação Infantil que tratam do surgimento dos jardins de infância e das instituições educativas para crianças pequenas no Brasil e em Minas Gerais, em especial, a implantação da Educação Infantil em Uberlândia/MG, tendo como objeto de estudo uma instituição de Educação Infantil. Nesse aspecto, enfatiza-se a importância dos estudos das instituições escolares para a História da Educação brasileira, conforme ressalta Saviani (2013, p. 29): “propor-se a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras implica a existência dessas instituições que, pelo seu caráter duradouro, têm uma história que nós apenas não queremos, mas também precisamos conhecer”.

2.1 Jardins da Infância: o surgimento da Educação Infantil

Para compreender o surgimento da Educação Infantil, faz-se necessário refletir sobre as contribuições de Friedrich Froebel, “o grande criador dos jardins de infância”, como explicita Arce (2002a, p. 35):

Friedrich Froebel, filho do pastor luterano Johann Jakob Froebel e de Jakobine Eleanore Hoffmann, nasceu aos 21 de abril de 1782, na Vila de Oberweissbach. Parte de sua vida transcorreu durante o período histórico caracterizado por Eric Hobsbawm (1996) como “A Era das Revoluções” (1789-1848), época da história europeia marcada por guerras e revoluções. Sua mãe veio a falecer em 7 de fevereiro de 1783, em consequência de problemas de saúde decorrentes do parto. Os estudiosos assinalaram que este fato deixou profundas marcas no pequeno Froebel.

Perpassando pela história de vida de Froebel pode-se verificar que sua infância contou com alguns obstáculos em decorrência da morte de sua mãe e a ocupação de seu pai, e ele, conseqüentemente, recebia os cuidados necessários, enquanto criança, advindos de seus irmãos mais velhos. Mesmo com as tarefas incessantes de seu pai, este pode ensiná-lo a ler, escrever e calcular. Como seu pai era pastor, é possível que tenha influenciado Froebel em sua religiosidade, “a qual, viria a se refletir na concepção educacional de Froebel que incorporou para toda a vida a religiosidade laica do protestantismo como um princípio essencial para a

formação dos indivíduos” (Arce, 2002a, p. 37).

Nesta passagem, Cotrim e Parisi (1984, p. 248) fundamentam sobre Froebel e a denominação “Jardim de Infância”:

Em 1837, Froebel fundou na Alemanha uma escola para a educação de crianças que ele batizou com o nome de “Jardim de Infância” (Kindergarten). A escola estava destinada a alcançar grande repercussão, projetando o nome de seu idealizador entre as principais figuras da história da educação moderna. A própria denominação Jardim de Infância é bastante significativa para ilustrar a concepção de Froebel sobre a educação.

Por sua vez, Froebel era um admirador da natureza, acreditando que o desenvolvimento futuro da criança seria consequência do tratamento recebido em seus primeiros anos de vida. Sendo assim, para ele, “as crianças são como plantas”, ao correlacionar o desenvolvimento das plantas, que necessitam de cuidado do trabalho dos jardineiros, a criança necessitaria dos cuidados dos educadores, apresentando sua comparação, isto é, jardineiros e educadores.

Koch (1985, p. 24) apresenta sua contribuição ao ponderar que:

Froebel fazia de tudo para acertar o caminho pedagógico, apesar de não haver lido, até aquele momento, nenhum livro de pedagogia. A solução encontrada por ele era o mergulho nas próprias experiências escolares, das quais trazia tristes recordações, que não gostava que também fizessem parte da vida de seus alunos.

Em vista disso, entende-se que Froebel produzia sua metodologia de trabalho mediante suas próprias experiências, por meio de sua prática, sendo estimulado para o interesse pedagógico ao trabalhar com Pestalozzi, na Suíça. No entanto, assim como Saito (2004, p. 12) afirma: “[...] Embora tenha guardado influências de Pestalozzi em seu pensamento, Froebel desenvolveu suas próprias ideias sobre a educação infantil”.

Para Arce (2002b, p. 108), no que tange a Froebel:

Este educador, que construiu seu conhecimento na prática, era incapaz de imaginar, diante das amarguras impostas pela vida, o quanto suas ideias viriam a afetar o pensamento e o fazer educacional relativo às crianças menores de 6 anos. Froebel foi um dos primeiros educadores a se preocupar com a educação de crianças pequenas, e a importância de sua obra nos é demonstrada sempre que passamos diante de um jardim de infância [...].

Nessa trajetória histórica de vida de Froebel, em 1837 ele funda, em Blankenburg, na Alemanha, o Instituto de Educação intuitiva para a Autoeducação, cuja intenção era: “[...] criar um ambiente que fornecesse materiais para a criança expressar de maneira intuitiva seu interior, exteriorizando-se nesses materiais” (Arce, 2002a, p. 59).

Froebel, segundo atesta Arce (2002a), acreditava que não só que o jardim de infância

seria fundamental na formação da criança, como também o seria o papel da mãe, destacando a família como essencial na interação com a escola, tendo a criança como o centro da família – aponta, como exemplo, a mãe contribuindo com a educação do filho no desenvolvimento da linguagem ao nomear as partes do corpo, por meio de brincadeiras. Assim, para o criador do Jardim de Infância, as brincadeiras e os brinquedos concebidos, tais como brincadeiras de rodas, de movimento, de imitação, acompanhadas de músicas, atuariam como auxiliares no desenvolvimento da criança.

Valoriza-se muito os jogos, quando possibilitam às crianças o seu contato com a natureza e o relacionamento com os outros, e a brincadeira, especialmente nos primeiros anos de vida, visto que, segundo Froebel (1912, p. 48 *apud* Kishimoto, 1996):

Neste estágio de desenvolvimento a criança vai crescendo como ser humano que sabe usar seu corpo, seus sentidos, seus membros. Meramente por motivo de seu uso ou prática, mas não por busca de resultados em seu uso. Ela é totalmente indiferente a isso, ou melhor, ela não tem ideia sobre o significado disso. Por tal razão a criança neste estágio começa a brincar com seus membros – mãos, dedos, lábios, línguas, pés, bem como com as expressões dos olhos e face.

Nessa perspectiva, “Froebel foi o primeiro educador a reconhecer o brinquedo e a atividade lúdica como aspecto de desenvolvimento intelectual na criança” (Kendzierski; Pietrobom, 2012, p. 12). Desse modo, não se prendia somente à sua habilidade teórica, mas também às aplicações práticas, em que elaborava vários tipos de brinquedos para que fossem realizadas diversas modalidades de recreação.

Segundo Oliveira (2002), educadores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori, propuseram uma educação com um sistema de ensino centrado na criança. Dessa maneira, as propostas educativas idealizadas por esses pensadores “reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diversas das dos adultos, como o interesse pela exploração de objetos e pelo jogo” (Oliveira, 2002, p. 63).

Ainda segundo Oliveira (2002, p. 67):

As ideias de Pestalozzi foram levadas adiante por Froebel (1782-1852), educador alemão, no quadro das novas influências teóricas e ideológicas de seu tempo, liberalismo e nacionalismo, marcado pelas lutas napoleônicas. Influenciado por uma perspectiva mística, uma filosofia espiritualista e um ideal político de liberdade, criou em 1837 um kindergarten (“jardim de infância”), onde crianças e adolescentes – pequenas sementes que, adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente, desabrochariam sua divindade interior em um clima de amor, simpatia e encorajamento –, estariam livres para aprender sobre si mesmas e sobre o mundo. Este era concebido como um todo em que cada pessoa seria ao mesmo tempo uma unidade e uma parte dele.

Além disso, Oliveira (2002) também discorre que o modelo essencial de funcionamento

proposto por Froebel integrava atividades baseadas na cooperação e no jogo, considerados fundamentos da atividade mental. Ele valorizava a intuição e a espontaneidade natural das crianças, defendendo uma educação que utilizasse o jogo como ferramenta, devido aos seus benefícios intelectuais, morais e à sua contribuição para o desenvolvimento físico.

Ademais, Oliveira (2002) mais uma vez contribuiu com esta pesquisa, ao afirmar que Froebel desenvolveu estratégias pedagógicas baseadas em canções, jogos e atividades manuais, elaboradas por ele próprio, para estimular as sensações, emoções e habilidades das crianças. Ele também introduziu brinquedos que auxiliavam na aprendizagem de conceitos de aritmética e geometria, propondo que as práticas educativas incluíssem conversas, poesias e o cultivo de hortas. A manipulação de objetos e a participação em atividades artísticas e construtivas, tais como música, gestos, modelagem com argila e trabalhos com papel e blocos, permitiam que as crianças expressassem seus mundos internos, desenvolvendo, com isso, a capacidade de autoavaliação, adaptação e solução de problemas.

A autora ainda ressalta que os recursos pedagógicos foram organizados, por Froebel, em dois grupos: prendas (ou dons) e ocupações. As prendas consistiam em materiais estáticos, como cubos e cilindros, usados para construir e compreender a realidade e a natureza. Já as ocupações envolviam materiais maleáveis, como argila e areia, promovendo atividades criativas e dinâmicas, como recortes e alinhavos. Esses elementos, mediados pelos educadores, eram fundamentais para a livre expressão infantil, a que Froebel denominou “atividades maternais”. Nesse sentido, Froebel destaca a importância da liberdade, da espontaneidade e da autonomia da criança. Assim sendo, é perceptível as estratégias pedagógicas de Froebel, que reconhecia as atividades lúdicas como fundamental para o desenvolvimento da criança e para a sua liberdade e autonomia.

Conforme atesta Kuhlmann Jr. (1998), o modelo do *Kindergarten*, desenvolvido por Froebel em 1840, tornou-se uma referência internacional, sendo adotado em diferentes países. Muitos locais de Educação Infantil passaram a se denominar Jardins de Infância, apresentando níveis variados de alinhamento com as ideias e práticas originalmente concebidas por Froebel. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998), ao estabelecer o *Kindergarten*, Froebel:

Froebel, que abriu seu primeiro Kindergarten no alvorecer da década de 1840, em Blankenburg, pretendida não apenas reformar a educação pré-escolar, mas, por meio dela, a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada. A educação ministrada no lar ou na escola fomentaria nas crianças a preguiça e a indolência. As energias humanas não estariam sendo desenvolvidas, muitas se atrofiando, perdendo-se por completo. Froebel considerava que seria sumamente proveitosa a introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças e, de acordo com Prufer, desejava criar um amplo jardim em que florescesse, como unidade, o espírito feminino e o cuidado

sensitivo da infância (Kuhlmann Jr., 1998, p. 109).

Dessa forma, Froebel não via o jardim de infância (*Kindergarten*) apenas como um espaço educativo, mas como um meio de transformar a estrutura familiar e a maneira como a sociedade cuidava das crianças. Além disso, acreditava que a educação tradicional, ministrada apenas no lar ou de maneira convencional na escola, promovia a passividade, a preguiça e a indolência nas crianças. Para ele, as práticas educacionais da época não estimulavam o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e, em muitos casos, levavam à estagnação e ao desperdício de potencial. Portanto, Froebel defendia a introdução de atividades manuais significativas na Educação Infantil, entendendo que essas práticas não apenas ocupavam as crianças, mas também desenvolviam suas habilidades, autonomia e senso de propósito.

Na segunda metade do século XIX, as instituições de Educação Infantil começam a ser difundidas no âmbito internacional. As novas ideias educacionais, de acordo com Arce (2002b), advindas das teorias de Froebel ganham espaço pelo mundo e chegam ao Brasil com entusiasmo. Assim, os famosos *Kindertgarts* chegam ao Brasil no final do século XIX e passam a ser chamados de jardins de infância.

No Brasil, Oliveira (2002, p. 93) destaca que: “Em 1862, Emília Erichsen criava um primeiro jardim de infância, em Castro, Paraná”, enquanto Kuhlmann Jr. (1998, p. 82) fundamenta que, “os jardins de infância, de orientação froebeliana, tiveram como principais expoentes no Rio de Janeiro, o do Colégio Menezes, fundado em 1875”, e, no ano de 1877, “em São Paulo, o da Escola Americana” (Kuhlmann Jr., 1998, p. 82).

Nos documentos do Colégio Menezes Vieira, por exemplo, não havia ensino de leitura e escrita, mas se buscava explorar as atividades expressivas infantis, embora as professoras frequentemente conduzissem tarefas instrutivas. Essa abordagem, no entanto, distanciava-se da proposta original de Froebel, que priorizava o desenvolvimento natural e lúdico da criança.

Segundo aduz Kishimoto (1988), os jardins de infância foram inicialmente concebidos como espaços pedagógicos voltados para brincadeiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, físico, moral e intelectual, e facilitar a transição entre a família e a escola. Esses ambientes atendiam crianças de quatro a seis ou sete anos, em meio período, e não eram financiados pelo Estado, pois eram vistos como um luxo destinado às crianças ricas.

Por outro lado, de acordo com Kuhlmann Jr. (2001), os jardins de infância destinados às crianças da classe burguesa já possuíam um caráter mais educacional, diferenciando-se das creches, que tinham como objetivo principal a guarda das crianças advindas das classes

populares. O termo “asilo” era utilizado para instituições voltadas à proteção, durante o dia, de crianças pobres, com a finalidade de evitar o abandono. Essas instituições distinguiam-se ainda das Casas de Expostos e das Escolas de Aprendizizes de Marinheiros, que desempenhavam funções de abrigo, direcionadas às crianças que já haviam sido abandonadas.

Além disso, essa divisão entre a educação destinada às classes ricas e às classes pobres permaneceu por um longo período na história da educação brasileira. Enquanto as camadas menos favorecidas recebiam uma educação com caráter assistencialista e compensatório, as crianças da elite tinham acesso a propostas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de aprendizagens escolares mais avançadas. Como aponta Oliveira (2002, p. 93), essa distinção reflete as desigualdades sociais da época:

Enquanto Rui Barbosa considerava o jardim de infância como a primeira etapa do ensino primário e apresentou, em 1882, um projeto de reforma da instrução no país, distinguindo salas de asilo, escolas infantis e jardins de infância, observava-se, outrossim, o fortalecimento de um movimento de proteção à infância, que partia de uma visão preconceituosa sobre a pobreza, defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos.

A Exposição Pedagógica de 1883, no Rio de Janeiro/RJ, embora destacasse a necessidade de jardins de infância para atender crianças menos favorecidas, evidenciava o predomínio dos interesses privados na educação pré-escolar. Durante o evento, foi formado um comitê para tratar dessas demandas, apesar da visão de que esses espaços poderiam ser “perigosos”, com riscos de traumas pela escolarização precoce e pela separação do ambiente familiar, o que teria potencial de impactar negativamente a aprendizagem no ensino regular. Segundo Kuhlmann Jr. (2001), creches, salas de asilo, escolas maternas e jardins de infância sempre foram vistos como instituições de Educação Infantil, mas diferiam quanto à origem e ao público atendido. Nesse contexto, persistiam práticas como castigos corporais, altos índices de mortalidade infantil e a tutela estatal de crianças órfãs, muitas vezes tratadas como criminosas.

Consoante afirma Kramer (1995, p. 50):

[...]faltava de maneira geral, o interesse da administração pública em relação às condições das crianças brasileiras, especialmente as de origem pobre. Naquele período, algumas instituições pré-escolares privadas também foram estabelecidas, voltadas exclusivamente para atender às famílias da alta aristocracia da época.

No Brasil, foram criadas, primeiro, as instituições privadas e, somente anos depois, surgem as instituições públicas. Os jardins de infância públicos eram destinados à elite social brasileira, e eram compostos por um programa pedagógico voltado para o desenvolvimento educativo das crianças e para a formação moral e cívica desses novos cidadãos republicanos –

“o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites” (Kuhlmann Jr., 1998, p. 82), assim como, no setor público, “o jardim de infância, anexo à escola normal Caetano de Campos, de 1896, [...] atendia aos filhos da burguesia paulistana” (Kuhlmann Jr., 1998, p. 82).

Arce (2002b) enfatiza, ainda, que esse espaço da escola normal Caetano de Campos contava com uma equipe de professoras que traduziu trechos das obras de Froebel, publicados na Revista do Jardim de Infância entre 1896 e 1897, sendo essas importantes fonte de pesquisa sobre a metodologia froebeliana no Brasil.

No que concerne ao estado de Minas Gerais, diversas escolas infantis e jardins de infância foram ali estabelecidos, sendo que alguns deles foram criados por imigrantes europeus com o propósito de atender seus próprios filhos. Nesse aspecto, destacam-se a fundação da primeira Escola Infantil em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, em 1908, e a construção do primeiro Jardim de Infância municipal do Rio de Janeiro, em 1909 (Oliveira, 2002).

No início do século XX, houve uma ampliação das instituições sociais nas áreas de saúde, família e educação, impulsionada por leis governamentais voltadas à infância. Entre essas medidas, destacam-se os Patronatos, que buscavam criar creches e jardins de infância, além de oferecer suporte às crianças carentes. Essas instituições tinham como objetivos auxiliar na educação primária de menores pobres, conscientizar famílias sobre a importância da instrução, proteger órfãos material e moralmente, combater o trabalho infantil nas ruas e oferecer assistência a menores detentos, segundo ressalta Kuhlmann Jr. (1998).

No bojo das transformações políticas, sociais e culturais dos anos iniciais do século XX, o primeiro jardim de infância de Minas Gerais, implantado em 1908 na capital Belo Horizonte, foi considerado um marco importante na instituição de projetos de escolarização da infância, assumindo preponderante papel na formação de professores e na renovação do ensino pré-escolar e primário mineiro.

Desta feita, é destacável que a Educação Infantil no Brasil tem ganhado destaque e atraído o interesse de muitos profissionais, especialmente nos últimos 20 anos. Contudo, apesar desse avanço, ainda são limitados os estudos sobre as origens das instituições educativas para crianças pequenas, no Brasil e em Minas Gerais, voltadas essencialmente para as primeiras escolas de Educação Infantil.

2.2 Instituições educativas para crianças pequenas no Brasil e em Minas Gerais

Ao estudar a história das instituições de Educação Infantil, percebe-se a conexão com a história da infância e da criança e as concepções pedagógicas que orientam as práticas educacionais.

A história das instituições de Educação Infantil no Brasil teve um desenvolvimento distinto em comparação à Europa. Até o século XIX, praticamente não havia instituições dedicadas à educação de crianças no Brasil, especialmente devido ao contexto rural, em que o cuidado infantil era visto como responsabilidade materna. De acordo com Oliveira (2002), no período em que a maior parte da população brasileira vivia no meio rural, era comum que famílias de fazendeiros assumissem a criação de crianças órfãs ou abandonadas. Essas crianças, em muitos casos, eram resultado da exploração sexual de mulheres negras e indígenas pelos senhores brancos.

Em contraste, nas áreas urbanas, surgiram as “rodas dos expostos”, que acolhiam crianças abandonadas por mães solteiras ou que viviam em condições precárias. Essas rodas foram estabelecidas pela Santa Casa de Misericórdia, no século XVIII, e representaram uma forma inicial de assistência à infância.

Segundo atesta Marcílio (2016), com o abandono crescente, a instituição que cumpriu papel importante na sociedade foi a roda dos expostos ou roda dos enjeitados, sendo esta, por muito tempo, praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil. Esse sistema surgiu, inicialmente, na Europa medieval e foi implantado no Brasil no período colonial, nas cidades de Salvador/BA, em 1726, no Rio de Janeiro/RJ, em 1738, e em 1789 em Recife/PE.

O predomínio da família como matriz educativa refletiu-se nas denominações de instituições voltadas à primeira infância, como “crèche” (manjedoura), “asilo nido” (ninho) e “escola materna”, que evocavam cuidado e abrigo. Apesar disso, arranjos alternativos abrolharam ao longo da história para atender crianças em situações desfavoráveis. Esses arranjos incluíam redes de parentesco, mães mercenárias e “rodas dos expostos”, estas usadas para abandonar bebês anonimamente em igrejas e hospitais. A responsabilidade por esses cuidados recaía, em grande parte, sobre instituições religiosas, que visavam integrar as crianças ao trabalho quando crescessem, conforme destaca Oliveira (2002).

Ao longo da história, o espaço doméstico foi compreendido como o local privilegiado para o desenvolvimento da criança. Com o advento da Revolução Industrial, as mulheres

inseridas no trabalho fabril passaram a contar, em muitos casos, com o auxílio de outras mulheres que não estavam vinculadas ao trabalho remunerado, para cuidar de seus filhos.

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres. (Paschoal; Machado, 2009, p. 78).

Com a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, tornou-se necessária a criação de outros espaços destinados ao cuidado e ao desenvolvimento da criança, entre eles a creche. Esse processo está diretamente relacionado às transformações no papel social da mulher e às mudanças por elas provocadas na organização da vida familiar.

Kuhlmann Jr. (2000b, p. 7) discorre sobre o surgimento da creche: “Criada na França em 1844, é na década de 1870 – com as descobertas no campo da microbiologia, que viabilizaram a amamentação artificial – que a creche encontra condições mais efetivas para se difundir interna e internacionalmente, chegando também no Brasil”.

Nesse ínterim, conforme destaca Kuhlmann Jr. (1998), que as salas de asilo surgiram inicialmente na Europa do século XIX, em especial na França e na Inglaterra, como uma das primeiras formas de atendimento coletivo a crianças pequenas, geralmente pobres. O autor considera, ainda, a sala de asilo como um marco na trajetória da Educação Infantil brasileira, mostrando como as práticas inicialmente assistenciais, de caridade e disciplina, foram abrindo caminho para propostas pedagógicas mais elaboradas que viriam a se tornar escolas maternas e jardins de infância.

De acordo com o que afirma Kuhlmann Jr. (1991), as primeiras manifestações importantes em relação às instituições pré-escolares ocorreram, no Brasil, em janeiro de 1879, quando o jornal *A Mãe de Família* publicou um artigo intitulado “A Creche”, mencionando locais destinados ao atendimento infantil no Brasil. Diferentemente das creches europeias, que atendiam filhos de mães operárias, essas instituições brasileiras tinham como principal público os filhos de mulheres domésticas. Uma das preocupações abordadas no artigo era a influência da Lei do Ventre Livre (1871), que decretava a liberdade dos filhos de mulheres escravizadas. Reconhece-se que muitas mães escravas recorriam às creches para garantir cuidado e educação aos seus filhos.

Após a abolição da escravatura em 1888, o aumento da migração para áreas urbanas gerou novos desafios para o cuidado das crianças, especialmente dos filhos dos ex-escravizados. A Proclamação da República, em 1889, trouxe um novo olhar sobre a infância e incentivou a

criação de entidades voltadas para a proteção infantil. Conforme fundamenta Kuhlmann Jr. (1998, p. 78):

A creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

Oliveira (2002), ainda, destaca que na segunda metade do século XIX, com a abolição da escravidão, a urbanização crescente e a Proclamação da República, surgiram iniciativas voltadas à proteção da infância, especialmente para enfrentar as altas taxas de mortalidade infantil. A abolição trouxe novos desafios, como o destino dos filhos de escravizados e o aumento do abandono de crianças. Assim, para lidar com essas questões, foram criados asilos, creches e internatos, embora muitas dessas soluções fossem paliativas, transferindo a responsabilidade para as famílias e ignorando os problemas estruturais.

Cabe ressaltar, segundo atesta Kuhlmann Jr. (1991), que no ano de 1899 ocorreram dois fatos que permitem considerá-lo como marco inicial para as primeiras propostas de instituições pré-escolares. Em primeiro lugar, funda-se o Instituto da Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro, instituição pioneira, de grande influência, e que posteriormente abriu filiais por todo país. Por meio do IPAI/RJ, foi concebida a Creche Sra. Alfredo Pinto, sob a administração das Damas da Assistência à Infância. A instituição dispunha de 20 leitos para atender crianças, predominantemente filhos de empregadas domésticas, em vez de operárias. Em 1929, o IPAI contava com 22 filiais no Brasil, das quais 11 possuíam creches (Kuhlmann Jr., 1991, p. 21-22).

Em segundo lugar, naquele mesmo ano, foi inaugurada a Creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado (RJ), criada para acolher os filhos de operários. Os primeiros espaços destinados para o cuidado das crianças pequenas foram engendrados com uma visão de prestação de serviços, ou seja, um ato de caridade. Assim sendo, e conforme aduz Oliveira (2002), a assistência às crianças pequenas, mesmo decorrente de condições impostas pelo sistema econômico, era vista como um ato de caridade de grupos ou indivíduos, e não como uma responsabilidade social.

Nesta perspectiva, Kuhlmann Jr. (2000b, p. 8) afirma:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar

a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.

No início do século XX, a ideia de assistência científica, alinhada às propostas das instituições de educação popular, defendia que o atendimento deveria ser feito com recursos limitados, e a educação assistencialista promovia uma pedagogia voltada à submissão, ensinando os pobres a aceitarem sua condição de exploração social. Desse modo, o Estado tira a sua responsabilidade, transferindo a administração da pobreza para as entidades privadas que assumiam essa função.

Oliveira (2002) assinala que, ainda no século XX, os debates acerca da infância, concentrando-se nas condições de vida das crianças, foram influenciados por fatores políticos e econômicos. Nesse sentido, o processo de industrialização e urbanização, aliado ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, resultou em uma ampliação da demanda por creches e parques infantis. Enquanto as classes sociais mais favorecidas tinham acesso a uma educação formal e estruturada, as classes mais economicamente vulneráveis dependiam de instituições de caráter assistencialista.

A urbanização e a industrialização nos grandes centros urbanos, intensificadas no início do século XX, produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. A consolidação da atividade industrial acelerou a transformação de uma estrutura econômica agrária, na qual o trabalho podia ser realizado pelo conjunto dos familiares, em outra estrutura, que passou a incluir a separação física entre o local de moradia e local de trabalho e na qual cada trabalhador é considerado uma unidade produtiva. Historicamente, o atendimento oferecido às crianças pobres envolveu o trabalho das “criadeiras”, “como eram chamadas, e estas foram estigmatizadas como ‘fazedora de anjos’, consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada, na época, pela precariedade de condições higiênicas e materiais” (Oliveira, 2002, p. 95).

Dessa forma, a história das instituições de Educação Infantil no Brasil, especialmente no século XX, é marcada pela fundação de creches e jardins de infância com caráter assistencialista. Essas instituições foram concebidas para atender os filhos da classe operária, mas não eram consideradas um direito dos trabalhadores, mas sim uma “dádiva” oferecida pelos filantropos, reforçando a hierarquia social existente na educação.

Vieira (1988) analisa a constituição histórica da creche no Brasil, destacando sua vinculação às políticas assistenciais e de saúde, anteriores ao seu reconhecimento como instituição educativa. Nesse contexto, a creche foi concebida como resposta às demandas

sociais do trabalho feminino e à pobreza, sendo compreendida como um “mal necessário”, voltada mais à proteção e ao controle da infância do que à educação.

Em se tratando do estado de Minas Gerais, foi inaugurada, em novembro de 1908, a denominada Escola Infantil Delfim Moreira, que já nos primeiros anos de seu funcionamento contava com a matrícula de quase duzentas crianças, com uma frequência diária de quase uma centena delas. Segundo atesta Vieira (1993), em um dos poucos textos que versam sobre a História da Educação pré-escolar em Belo Horizonte/MG:

Em 1914, essa escola infantil é dividida em duas seções (Decreto nº 4.086-5/1/1914): a 1ª seção funcionava em prédio recém-construído para esse fim na antiga Praça Alexandre Stockler, foi chamada de Escola Infantil Bueno Brandão; a 2ª seção, funcionando desde sempre na rua Espírito Santo, recebeu denominação de Escola Infantil Delfim Moreira. (Vieira, 1993, p. 37, *apud* Faria Filho, 1995, p. 109).

Segundo Faria Filho (1995), a referida instituição escolar infantil vivenciava uma tensão em relação ao seu papel fundamental: instruir ou educar? A primeira perspectiva defendia que a escola deveria concentrar-se na transmissão de conhecimentos e conteúdos considerados essenciais pela sociedade. Já a segunda propunha uma atuação mais ampla, indo além da instrução acadêmica, de modo que se sugere que a escola também eduque os sentidos, sentimentos e valores, molde o corpo e os gestos, desenvolva as faculdades espirituais e promova a transmissão do conhecimento de maneira mais holística.

Diante disso, Faria Filho (1995, p. 110) revela:

Essa discussão não poderia deixar de estar presente na “mais nova” instituição de educação mineira: a escola infantil. Conforme dizia, em 1911, a primeira diretora do estabelecimento: Os modelos em que foi baseado o plano de ensino neste estabelecimento e a eficácia do ensino ministrado, comprovada pelos resultados obtidos nas promoções anuais, demonstram a excelência dessa instituição, que já conquistou a confiança pública.

O texto destaca ainda a predominância de uma visão mecanicista da escola, focada em termos como “preparar para o ensino primário”, “plano de instrução” e “eficácia do ensino”. No entanto, nem todos compartilhavam dessa perspectiva rígida. Um exemplo é a segunda diretora da mesma escola infantil que, em 1915, solicitou um horário especial para a instituição: tinha como objetivo evitar que as crianças pequenas tivessem que competir com adultos nos horários de maior movimento dos ônibus, prevenindo que elas viajassem em veículos superlotados: “A escola infantil não é um estabelecimento de instrução, mas sim de educação, onde as crianças de tenra idade aprendem preceitos de civilidade, de disciplina própria, devendo o horário de tais estabelecimentos ser mais suave” (Faria Filho, 1995, p. 110).

Segundo o mesmo autor, a fala da segunda diretora aborda a importância da educação,

destacando conceitos como civilidade e autodisciplina como fundamentais para a convivência urbana., já que naquela época Belo Horizonte era uma cidade que passava por um processo de construção e reinvenção da escola pública, a educação desempenharia um papel crucial. Ao analisar o cotidiano das instituições, percebe-se que os aspectos frequentemente vistos como separados ou opostos, como instruir e educar, coexistem harmoniosamente na prática pedagógica dos professores.

Um relatório detalhado do inspetor de ensino, Antônio R. Paixão, datado de 1911, revela a organização, os conteúdos e a metodologia da Escola Infantil Delfim Moreira (BH-MG). Este documento também serve como base para reflexões das diretoras da escola sobre suas práticas pedagógicas. O relatório alui que, apesar das condições do prédio, a instituição cumpre um papel significativo na Educação Infantil da época, assim como salienta Faria Filho (1995, p. 110):

[...] adaptado para o funcionamento da escola infantil, é péssimo. Sem acomodações, baixo, mal ventilado, salas escuras. Parece-me que V. Exa. (o secretário do Interior) deve tomar em consideração as condições antipedagógicas deste prédio e transferir a escola para outro que reúna os requisitos indispensáveis e exigidos pelo ensino.

O inspetor da Escola Infantil Delfim Moreira, ainda, observa que conta com cinco salas, sendo sete cadeiras em funcionamento. Ele destaca que, durante o calor intenso, o ambiente torna-se insuportável devido às telhas de zinco, e que o barulho da chuva dificulta a concentração das crianças nas aulas. Apesar dessas dificuldades, comuns a muitas escolas públicas de Belo Horizonte, o trabalho das professoras impressiona positivamente o inspetor, que faz elogios frequentes a elas.

Pouco antes da fundação da escola infantil, uma reforma em Minas Gerais, pela Lei nº 439, de 28/09/1906, incentivou o “método intuitivo”, priorizando a experiência e o papel ativo do aluno. A escola adotou essa abordagem desde o início, aplicando-a, por exemplo, no ensino de “História Natural”, conforme expõe a diretora em seu relatório de 1915:

As lições de coisas da natureza foram sempre dadas ao ar livre e, a fim de melhor observarem os alunos a germinação e desenvolvimento dos vegetais, mandei fazer um jardim com diversos canteiros, que foram exclusivamente, por eles plantados e cultivados. O zelo e amor pelas plantas é, na escola infantil, quase um culto. (Faria Filho, 1995, p. 112)

Faria Filho (1995) também destaca que as concepções, práticas pedagógicas e conteúdos ministrados na escola infantil estavam intimamente ligados aos primeiros anos de escolarização. Embora existissem diferenças nas abordagens, todas as práticas consideraram o futuro escolar das crianças, demonstrando a importância dessa fase inicial na formação educacional.

Consequentemente, a década de 1920 foi marcada por intensas reivindicações

trabalhistas da classe operária imigrante no Brasil. Entre as demandas, destacavam-se o aumento salarial, a redução da jornada de trabalho e a criação de locais para a guarda dos filhos durante o expediente. No intuito de amenizar essas tensões, empresários implementaram iniciativas como a construção de “vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos dos operários em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (Oliveira, 2002, p. 96).

A recomendação da criação de creches vinculadas às indústrias era frequentemente defendida em congressos dedicados à assistência infantil, evidenciando a preocupação com a proteção dos filhos de trabalhadores operários. O objetivo era evitar que essas crianças ficassem desamparadas, expostas às ruas, o que contribuiria para o aumento da vadiagem e marginalidade já existentes. Essa iniciativa culminou na implantação de creches industriais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, como a já referenciada Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado/RJ, a primeira creche para filhos de operários, a da vila operária Maria Zélia, que foi instalada em 1918, e a indústria Votorantim, em 1925 (Kuhlmann Jr, 1991).

Mesmo com essa recomendação acerca da criação de creches, a marginalidade ainda estava muito presente na vida das crianças abandonadas, de modo que foi criado o Decreto nº 17.943-A, de 12/10/1927, conhecido como Código de Menores, que instituiu o Juízo de Menores, atribuindo ao poder judiciário a gestão dos menores “em situação irregular”, conforme consta no capítulo I do código que assim se inicia:

Art.1º - O menor, de um ou de outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (Brasil, 1927).

Em meio às lutas trabalhistas ocorridas no Rio de Janeiro, em 1922, aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Oliveira (2002, p. 97) mostra que nesse congresso foram discutidos temas “como a educação moral e higiênica e o aprimoramento da raça, com ênfase no papel da mulher como cuidadora”. Em decorrência dessas discussões, surgem as primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em escolas maternas e jardins de infância. Porém, apesar desses avanços no cuidado das crianças, existia um sentimento controverso na sociedade brasileira em relação a essas instituições. Algumas pessoas acreditavam que era obrigação da mãe educar seus filhos na primeira infância, já outros indivíduos defendiam a fundação de creches para as mães trabalhadoras, entendendo que esse seria um mal necessário para as famílias.

Assim, conforme discorre Kuhlmann Jr. (1998, p. 87):

[...] se a proposta de constituição das creches foi objeto de controvérsias, a afirmação da sua necessidade pressupunha que essas instituições poderiam colaborar para conciliar a contradição entre o papel materno defendido e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora, embora esta não deixasse de ser responsabilizada por sua situação.

Em contrapartida, educadores preocupados com a qualidade da educação apoiavam o movimento conhecido como escolanovismo, que enfatizava a questão educacional do país nas discussões que envolviam as políticas nacionais. Assim, Oliveira (2002, p. 98-99), destaca que:

Em 1924, educadores interessados no Movimento das Escolas Novas fundaram a Associação Brasileira de Educação. Em 1929, Lourenço Filho publicou o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, divulgando as novas concepções entre os educadores brasileiros. Em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que defendia amplo leque de pontos: a educação como função pública, a existência de uma escola única e da coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório. [...] Entretanto, o debate acerca da renovação pedagógica dirigiu-se mais aos jardins de infância, onde estudavam preferencialmente as crianças dos grupos sociais de prestígio, do que aos parques infantis, onde as crianças dos meios populares eram submetidas a propostas de trabalho educacional que pouco tinham em comum com os preceitos escolanovistas.

Por meio da influência desse movimento, alguns educadores brasileiros progressistas, como Mário de Andrade, em São Paulo, sugeriram a criação de praças de jogos nas cidades, inspirados nos jardins de infância de Froebel, tal como já acontecia em diversos lugares da América Latina. Essas praças acabaram por dar origem aos parques infantis, que foram construídos em várias cidades brasileiras (Oliveira, 2002).

Por outro lado, Kuhlmann (2019) afirma que o Parque Infantil foi a denominação atribuída, em 1935, na cidade de São Paulo, à instituição extraescolar vinculada ao Departamento de Cultura, destinada a crianças de 4 a 12 anos. Essa nomenclatura permaneceu até 1975, quando a instituição passou a se denominar Escola Municipal de Educação Infantil, com atendimento restrito às crianças de até 6 anos. A partir da década de 1940, o modelo do Parque Infantil difundiu-se por diversos municípios do interior paulista e por outros estados, destacando-se por sua trajetória de instituição extraescolar à escolar e pela adoção generalizada dessa denominação no país.

Segundo Kuhlmann Jr. (2019), a autoria da proposta dos Parques Infantis é atribuída a Fernando de Azevedo, inspirado no modelo dos playgrounds norte-americanos. Desde o Código de Educação de 1933, Azevedo utilizou a expressão “campos de recreios e jogos” e teve papel central na estruturação do Departamento de Cultura paulistano, definindo a organização e o programa arquitetônico das praças de recreio.

Vale ressaltar que, com o avanço da industrialização e a urbanização das cidades brasileiras, os centros urbanos não dispunham de uma infraestrutura adequada que suportasse esses avanços. Sendo assim, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela presença médico-sanitarista na Educação Infantil. A precariedade no saneamento básico e nas condições de moradia, entre outros fatores, trouxe graves consequências para a população, incluindo o surgimento de epidemias (Oliveira, 2002).

Nesse cenário, medidas paliativas, como a criação de creches, foram implementadas com o intuito de mitigar os impactos negativos da urbanização. Como observa Oliveira (2002, p. 99), “a creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão de obra, que geralmente habitam ambientes insalubres”. A autora também destaca outra iniciativa importante: a fundação da Inspetoria de Higiene Infantil, em 1923, que, em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância.

Com isso, observa-se que, na década de 1940, a educação das crianças pequenas foi dominada pelas práticas higienistas, a puericultura e a presença de entidades filantrópicas nesses espaços, pois o atendimento dessas crianças estava atrelado à saúde para o combate da mortalidade infantil. Devido aos graves problemas de saúde ocasionados pelas péssimas condições sanitárias nos centros urbanos, foram tomadas iniciativas governamentais na área da saúde, previdência e assistência para sanear essas questões.

Entretanto, havia também a preocupação com a infância abandonada. Dessa forma, em 1941, foi viabilizado o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), órgão com a responsabilidade de orientar, fiscalizar e identificar menores em situação de risco, avaliá-los, encaminhá-los a instituições, apoiar iniciativas privadas e investigar potenciais causas do abandono.

Existia, assim, uma preocupação enquanto sociedade de evitar a marginalidade de crianças e adolescentes carentes. Para combater esses problemas, em 1942 foi criada a “Casa da Criança”, pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), vinculado ao Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as atividades nacionais relativas à proteção da infância, da maternidade e da adolescência. Este órgão centralizou o atendimento da infância brasileira durante quase 30 anos (Kramer, 1992).

Além disso, segundo atesta Oliveira (2002), o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) reconheceu certos direitos dos trabalhadores por meio de legislações, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), datada de 1943. Entre suas disposições, havia medidas voltadas para o cuidado dos filhos de trabalhadoras, visando facilitar a amamentação durante o expediente.

Dessa forma, as creches, consideradas inicialmente um “mal necessário”, eram estruturadas como instituições de saúde, com foco em triagem, higiene, lactário e assistência de enfermagem. Essas medidas objetivavam controlar a vida das classes populares. Para reforçar essa estratégia, foram ampliados convênios com entidades filantrópicas, promovendo o aleitamento materno e combatendo a mortalidade infantil. Nesse contexto, persistia a visão de que a mãe deveria permanecer restrita ao ambiente doméstico (Oliveira, 2002).

De acordo com o que aduz Oliveira (2002), as poucas creches que foram criadas fora das indústrias eram instituições filantrópicas, criadas até meados da década de 50, e que, com o tempo, passaram a receber uma ajuda do governo para desenvolver seus trabalhos, além das quantias que recebiam das famílias ricas como espécie de “caridade”. Nesse aspecto, Oliveira (2002) cita que, em 1901, foi fundada a Creche Espírita Anália Franco, em São Paulo, e que em 1908 é criada a Creche Central do Patronato de Menores, no Rio de Janeiro, sendo essas desvinculadas às indústrias.

Durante a incursão pela história das instituições de Educação Infantil, é notório o desenvolvimento de leis e instituições criadas para regulamentar o atendimento à criança. Mas é importante observar que esse atendimento às crianças de 0 a 6 anos nem sempre esteve vinculado ao Ministério da Educação. Seu caráter assistencialista envolvia, em alguns momentos, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e, também, o Ministério da Previdência e Ação Social, até mesmo porque o Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado apenas na década de 1930, como uma das primeiras ações do governo Vargas. É importante salientar que estas duas vertentes, educação e saúde, permaneceram juntas até 1950.

Na segunda metade do século XX, o modelo econômico brasileiro, marcado pelo capitalismo concentrado e dependente, manteve a maioria da população em condições de vida insatisfatórias. Paralelamente, a crescente industrialização e urbanização ampliaram a presença das mulheres no mercado de trabalho. Isso aumentou a demanda por creches e parques infantis de período integral, procurados não apenas por operários e empregadas domésticas, mas também por trabalhadores do comércio e funcionárias públicas.

De acordo com Vieira (2007), referindo-se ao estado de Minas Gerais, a educação pré-escolar expandiu-se, lentamente, até meados dos anos 1950, começando a se tornar mais significativa nos anos 1960, tanto pelo aumento das matrículas, como também pela criação do curso oficial de formação de professoras para a área. A partir desses anos, ao lado dos jardins de infância, concebidos por meio de decretos do governo estadual, começavam a ser instituídas também as turmas de pré-primário, anexas aos estabelecimentos de ensino primário.

No ano de 1961, houve, no âmbito educacional, uma grande mudança para a Educação

Infantil, pois foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Federal nº 4.024, de 20/12/1961, a qual propunha a inclusão dos jardins de infância no sistema de ensino:

Art. 23 - A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24 - As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (Brasil, 1961)

Nesse contexto, a legislação estabelecia que a educação pré-primária era destinada a crianças de até 7 anos e deveria ser oferecida em escolas maternas ou jardins de infância. Além disso, incentivava que empresas empregadoras de mães, com filhos nessa faixa etária, criassem e mantivessem instituições de educação pré-primária, seja de forma independente ou em parceria com o poder público.

Em 1964 foi extinto o SAM, sendo criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de formular e implementar uma política nacional de bem-estar do menor, assim como fiscalizar as entidades para o cumprimento destas políticas. Para Kramer (1992), a FUNABEM apenas substituiu o SAM como instituição de atendimento ao menor, com a importante tarefa de cuidar da infância abandonada, que no seu campo de atuação extrapolava a faixa pré-escolar. No entanto, segundo a autora, o atendimento ao menor continuou sendo discriminatório, com caráter de educação compensatória.

Segundo afirma Oliveira (2002), a história da Educação Infantil foi, frequentemente, tratada dessa forma, como uma questão assistencial, e isso não mudou durante o período militar. Em 1967, o Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde desde o governo Vargas, elaborou o Plano de Assistência ao Pré-escolar, voltado para crianças acima de dois anos. Esse plano, sob a influência do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência – Unicef, organismo internacional de assistência no campo da saúde e nutrição que passava a atuar também na área de Educação Infantil e de longo prazo, tinha como objetivo apoiar as famílias na educação dos filhos.

Paralelamente, foi elaborado um programa emergencial e experimental, que funcionava como uma unidade intermediária equipada com brinquedos e estruturas simples, como balcões ou esteiras. Essas unidades, denominadas “Centros de Recreação”, abrigariam crianças de famílias de baixa renda, enquanto suas mães estavam ocupadas com trabalho ou outras demandas, oferecendo alimentação, imunizações e cuidados básicos (Kuhlmann Jr., 2000a).

No entanto, Oliveira (2002) aponta que, nessa época, predominava uma política de “ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas

comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário [...]” (Oliveira, 2002, p. 107).

No cenário internacional, ganhava força uma abordagem de educação compensatória, fundamentada na visão de privação cultural. Essa perspectiva, que chegou ao Brasil na década de 1970, sugeria que crianças de classes populares, privadas de experiências culturais em razão de sua condição social, deveriam ser “compensadas” na pré-escola. Oliveira (2002) chama a atenção para o uso de termos como carência, marginalização cultural e educação compensatória para explicar o fracasso escolar sem uma análise crítica das verdadeiras origens dessas questões. Assim, políticas e avaliações educacionais foram implementadas de maneira superficial, sem abordar as causas estruturais do problema, como fundamenta Oliveira (2002, p. 109):

Segundo essa perspectiva compensatória, o atendimento às crianças dessas camadas em instituições como creches, parques infantis e pré-escolas possibilitaria a superação das condições sociais a que estavam sujeitas, mesmo sem a alteração das estruturas sociais geradoras daqueles problemas. Assim, sob o nome de “educação compensatória”, foram sendo elaboradas propostas de trabalho para as creches e pré-escolas que atendiam a população de baixa renda. Tais propostas visavam à estimulação precoce e ao preparo para a alfabetização, mantendo, no entanto, as práticas educativas geradas por uma visão assistencialista da educação e do ensino.

Por sua vez, fatores como a organização dos trabalhadores, a entrada de mulheres da classe média no mercado de trabalho e a urbanização intensificaram as demandas por creches, pré-escolas e melhores condições educativas. Embora essas reivindicações tenham levado à criação de novas instituições, a dualidade no atendimento permaneceu. De modo que, os jardins de infância eram voltados ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social, acessíveis às classes mais favorecidas, enquanto instituições destinadas à população de baixa renda perpetuavam uma educação compensatória e assistencial.

No processo histórico de constituição das instituições pré-escolares para a infância pobre, o assistencialismo foi consolidado como uma proposta educacional específica, voltada à submissão tanto das famílias quanto das crianças das classes populares. Dessa maneira, “a educação não seria necessariamente sinônimo de emancipação”, sendo que a destinação das instituições à parcela social pobre já configurava uma concepção educacional limitada (Kuhlmann Jr., 1998, p. 166). A desigualdade educativa e o interesse da classe média pela pré-escola reforçaram ainda mais as lutas por escolas públicas para atender essa faixa etária.

Esse movimento de reivindicações ocorreram durante a ditadura militar, acompanhado por pesquisas sobre desenvolvimento infantil, o que provocou mudanças na postura governamental em relação à Educação Infantil. Contudo, percebe-se uma certa indiferença em relação à legislação voltada para a pré-escola, conforme a Lei Federal nº 5.692, de 11/08/1971,

que propunha, na Reforma do Ensino do 1º e 2º grau, que:

Art. 19 [...] § 2º - Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 61 - Os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1º grau. (Brasil, 1971)

Constata-se que a Lei de Diretrizes e Bases, concebida pela Lei nº 4.024/1961, e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, instituída pela Lei nº 5.692/1971, não promoviam mudanças significativas no ensino pré-escolar. Ambas apresentavam características semelhantes e não estabeleciam mecanismos eficazes para garantir ou viabilizar a Educação Infantil. Dessa forma, os sistemas de ensino apenas “cuidariam” da educação de crianças menores de 7 anos, incentivando as empresas a oferecerem, de forma direta ou em parceria, a educação para essas crianças, limitada às mães empregadas nessas organizações. Segundo atesta Kramer (1995, p. 98):

Ausência de legislação, no entanto, não significa ausência de política. Ao contrário, ela caracteriza a política educacional voltada para o pré-escolar como estagnada e omissa, plena de discursos com recomendações, sugestões e interpretações e vazia de medidas concretas de amplo alcance.

Em 1974, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Serviço de Educação Pré-Escolar, seguido pela Coordenadoria de Ensino Pré-Escolar, em 1975. Em 1977, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) implementou o Projeto Casulo, um programa nacional de educação pré-escolar em massa, focado mais em combater a desnutrição infantil do que em questões pedagógicas. Segundo Vieira (1986, p. 272, *apud* Kuhlmann Jr., 2000b, p. 9):

O Projeto Casulo tratava-se de evitar que os pobres morressem de fome, ou que vivessem em promiscuidade, assim como o seu ingresso na vida marginal, como dizia Ulisses Gonçalves Ferreira, supervisor do Projeto Casulo da LBA, de 1978 a 80: Antes de pensarmos em padrão de atendimento, nós temos que oportunizar a todas as crianças brasileiras o atendimento às necessidades mais permanentes, às suas necessidades físicas.

A partir da década de 1970, o governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), teve um papel essencial na expansão da educação pré-escolar pública para crianças de 4 a 6 anos. Esse processo envolveu a criação de instituições, a formulação de leis e normas, e a regulamentação do acesso e da expansão do ensino. No final dos anos de 1970, a educação pré-escolar passou a incluir crianças de classes populares, por meio de

programas compensatórios incentivados pelo governo federal, em parceria com outras áreas, como saúde e assistência social. Simultaneamente, houve o crescimento das pré-escolas particulares e a regulamentação de seu funcionamento pela Secretaria de Educação (Vieira, 2007).

Ainda no final dos anos 1970 e meados da década de 1980, o Brasil vivenciou uma transição política, com o fim da ditadura e avanços na democratização. No entanto, a desigualdade social agravou-se, exigindo maior participação das mães no mercado de trabalho e fomentando reivindicações por instituições para crianças de 0 a 6 anos. Como explica Kuhlmann Jr. (1998, p. 15): “o fato social da escolarização se explicaria em relação aos outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância”.

A expansão de creches é igualmente visível nos anos de 1980, ganhando novos significados como lugar de convivência infantil e autonomia para as mulheres. É quando entram em cena os movimentos sociais organizados por feministas e por mulheres das periferias dos grandes centros urbanos, que demandam educação e guarda diurnos para os seus filhos pequenos, tomando a iniciativa de criar tais serviços, apoiadas por programas públicos, sobretudo federais, vinculados aos órgãos de assistência social. Assistiu-se, assim, ao surgimento das experiências comunitárias, organizadas por associações femininas, quase sempre vindas das comunidades eclesiais de base, que criaram creches e centros infantis ou “prézinchos”, em parte subsidiados com recursos públicos repassados por meio de convênios. Rompe-se a histórica tutela filantrópica sobre as creches e as crianças das classes populares, com a entrada dos movimentos e organizações populares, que também passam a organizar a atividade assistencial (Vieira, 1993).

Nesse sentido, faz-se necessário pesquisar a história de uma instituição de Educação Infantil localizada em um bairro periférico do município de Uberlândia/MG, visto que não há muito interesse e valorização nesse tipo de instituição para uma pesquisa científica. Além, com isso, de contribuir para a discussão da História da Educação entre educadores e pesquisadores que desenvolvem suas atividades no município de Uberlândia, promovendo a necessária interligação entre o estudo regional e o nacional. Para Nosella e Buffa (2006), quando analisamos objetos singulares, em seu quadro maior, eles podem oferecer subsídios relevantes para a construção da história da educação sob outros prismas, que privilegiam as peculiaridades da história regional, sempre articulada com a história geral. É nesse contexto que a implantação da Educação Infantil em Uberlândia/MG começa a acontecer no município, em especial, por meio da instituição localizada no bairro Dona Zulmira, objeto deste estudo.

2.3 A implantação da Educação Infantil em Uberlândia/MG

O município de Uberlândia está localizado na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, sendo, atualmente, o segundo mais populoso do estado, com uma população, em 2024, estimada em 754.954 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A área territorial do município é de 4.115 km², o que representa 0,702% da extensão territorial de Minas Gerais, 0,445% da região Sudeste e 0,048% do território nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Uberlândia é de 0,83, posicionando a cidade, em âmbito nacional, em um patamar elevado de qualidade de vida.

Figura 1 – Município de Uberlândia - Estado de Minas Gerais



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.m.wikipedia.org%2Fwiki>

A Figura 1 evidencia o município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, sendo que sua origem remonta ao início do século XIX, quando bandeirantes ocuparam a região, então conhecida como Sertão da Farinha Podre, em busca de recursos naturais. O núcleo inicial, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro, surgiu em terras da Fazenda do Salto, propriedade de Francisca Laves Rabello, e evoluiu gradualmente, sendo elevado a arraial em 1852 (Lei nº 602/1852), a freguesia em 1857 (Lei nº 831/1857), e a município, em 1888 (Lei nº 3.643/1888).

A formação do município foi influenciada pela Igreja Católica que, segundo atesta Alem (1991), buscou atrair populações “honestas e trabalhadoras”, enquanto a elite local impunha

limites ao acesso à terra para evitar a autonomia de homens livres. A Lei de Terras, de 1850, transformou a terra em mercadoria, favorecendo proprietários ligados à elite. Esse modelo sustentava uma economia baseada no café, complementada pelo comércio regional.

Entre 1950 e 1980, Uberlândia passou por urbanização acelerada, atraindo migrantes e ampliando sua periferia, marcada pela especulação imobiliária e desigualdades sociais (Alvarenga, 1991). Embora o discurso hegemônico de “ordem e progresso” promovesse a urbanização como símbolo de modernidade, essa narrativa ocultava a miséria enfrentada por grande parte da população, com 60% vivendo em condições precárias em 1980 (Machado, 1991).

Logo, movimentos de resistência e demandas sociais abrolharam em meio a essa desigualdade, contestando o ideal de uma sociedade “ordeira e pacífica” promovido pela elite local. Assim, a história de Uberlândia reflete tanto o progresso econômico quanto as contradições sociais e urbanas do período.

No século XX, Uberlândia destacou-se como um polo econômico e urbano em Minas Gerais, com uma economia diversificada baseada no comércio, serviços e agronegócio. Sua localização estratégica no Triângulo Mineiro e investimentos, como os decorrentes da construção de Brasília, contribuíram para seu rápido crescimento (Machado, 1991). No entanto, o progresso trouxe desafios sociais, como demandas por habitação e mobilidade.

Antes da década de 1980, a cidade de Uberlândia contava com duas instituições públicas voltadas para a Educação Infantil, conforme mencionado por Ferreira (2010). A primeira delas foi o Jardim de Infância Suzana de Paula Dias, criado em 1967 e mantido pelo estado até o ano de 1972. Localizada na região central da cidade, a instituição atendia predominantemente crianças de famílias de classe média alta, embora algumas crianças da periferia também fossem beneficiadas. O encerramento de suas atividades ocorreu em 1973, em decorrência da Lei nº 5.692/1971, que atribuiu aos municípios ou a entidades privadas a responsabilidade pelo atendimento educacional de crianças menores de seis anos. No entanto, nem o município nem as entidades privadas deram continuidade ao atendimento dessa instituição, que foi definitivamente extinta.

A segunda instituição foi o Pré-fundamental Nossa Casinha, fundado em 1977 e vinculado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), antes do processo de federalização da universidade. Essa escola tinha como objetivo atender aos filhos dos funcionários da instituição, contemplando crianças de dois a seis anos e funcionando como uma escola benefício. Em 1981, ela ampliou sua atuação ao incluir o ensino pré-escolar e o 1º grau. Posteriormente, em 1983, o Conselho Universitário da UFU aprovou a mudança de nome para Escola de Educação Básica

da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA. Já em 1988, a ESEBA passou a ser uma escola pública, deixando de operar como escola benefício, com o ingresso dos alunos sendo realizado por meio de sorteio.

Posto essas duas instituições, conforme afirma Ferreira (2010), o atendimento às crianças de zero a seis anos provenientes principalmente de bairros periféricos partiram de ações filantrópicas e religiosas. Nesse cenário, o quantitativo de escolas era insuficiente para atender à demanda. Diante dessa realidade, marcada por profundo desinteresse e total ausência de investimentos na área da educação, que, na década de 1980, Zaire Rezende destaca-se no cenário político do município de Uberlândia.

Zaire Rezende trouxe como bandeira o princípio da “Democracia Participativa” que, segundo Dantas (1996), apresentava-se como um modelo de gestão política que valorizava a participação direta dos cidadãos nas decisões públicas, por meio de instrumentos como conselhos populares, associações de bairros e audiências públicas. Nesse aspecto, sua proposta buscou implementar mudanças e investimentos no campo social, com destaque à educação.

Por esse ângulo, faz-se necessário refletir o contexto da educação quando Zaire Rezende (1983-1988) assumiu a prefeitura da cidade. Assim, para melhor compreender esse período, é essencial recorrer às Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do município no ano de 2003, que retratavam o contexto histórico da Educação Infantil na cidade de Uberlândia, na década de 1980:

As primeiras instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos foram organizadas por igrejas e outras entidades filantrópicas. Mais tarde se agregaram às associações de bairros, reunindo forças para cobrar do Poder Municipal mais responsabilidade para com a Educação Infantil. Em 1980, o atendimento institucional oferecido às crianças pequenas era diferenciado: em creches vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (S.M.E), bem como à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e em salas conveniadas à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Neste período, a rede física das unidades era precária. As salas funcionavam em casas adaptadas, salões de igrejas e associações de moradores. Os profissionais que atuavam na pré-escola eram funcionárias da UFU e professores voluntários, conveniados com as fundações governamentais: MOBREAL e FAE. Crianças de 0 a 3 anos de idade ficavam aos cuidados de profissionais com escolaridade inferior, que visavam somente o ato de “cuidar”. Ainda nos meados de 1980, ocorreu um importante avanço em relação à estrutura pré-escolar: deixou de ser conveniada à Universidade Federal de Uberlândia, ficando diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação. A seleção dos profissionais passou a ser realizada através de provas específicas, sob a coordenação da Divisão de Educação pré-escolar. Ocorreram, então, uma série de estudos com os profissionais selecionados, objetivando definir a função da pré-escola, com ênfase no aspecto pedagógico. (Uberlândia, Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, 2003, p. 6-8)

O texto evidencia, ainda, que a Educação Infantil em Uberlândia foi historicamente organizada a partir de uma lógica assistencial, o que contribuiu para a separação entre cuidar e

educar. Essa fragmentação expressa-se tanto na vinculação institucional quanto na diferenciação do perfil dos profissionais, reservando o cuidado às crianças menores e a dimensão pedagógica à pré-escola.

Kuhlmann Jr (2005) afirma que cuidar e educar são dimensões indissociáveis da prática pedagógica na Educação Infantil, compreendendo o cuidado como prática social e ação educativa intencional, constitutiva do currículo. Nessa perspectiva, o cuidado integra o processo educativo e não se configura como atividade secundária ou pré-pedagógica. Tal compreensão dialoga com a crítica histórica à dicotomia cuidar/educar, ao destacar que sua separação resulta de processos políticos e institucionais, e não da natureza da Educação Infantil.

Observa-se, no texto das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do município no ano de 2003, que as primeiras instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos foram organizadas por igrejas e entidades filantrópicas e, mais tarde, agregadas às associações de bairros. Demonstra-se também, nessa época, a coexistência de diferentes formas de atendimento às crianças de zero a seis anos, classificadas, predominantemente, como assistencialistas ou educacionais: em creches, vinculadas à SME e SMTAS, e salas conveniadas à UFU. O texto aponta ainda a precariedade da estrutura física das unidades que funcionavam em casas adaptadas, salões de igrejas ou associações de bairros. É, por sua vez, nesse contexto, que surge a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, em meados da década de 1980, vinculada a uma associação de bairro, a Ambazu, e funcionando de forma precária em casas alugadas, subsidiadas pela SMTAS.

Segundo Silva (2021), constata-se que até meados dos anos de 1980 o atendimento ao pré-escolar⁷ no município era ofertado pelos estagiários da UFU, em parceria entre a prefeitura e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), intitulado Projeto Maravilha, além da atuação de professores voluntários e de pessoas conveniadas com as fundações governamentais. Contudo, na primeira gestão de Zaire Rezende, ocorre o rompimento com o Projeto Maravilha, e o município assumiu integralmente o atendimento pré-escolar, que passou a compor as Secretarias de Educação e Cultura. Ademais, criou-se a Divisão do Pré-Escolar, e uma equipe foi formada para a construção de uma proposta pedagógica que atendesse as necessidades formativas das crianças pré-escolares.

Devido à grande demanda por instituições, o atendimento às crianças de zero a seis anos

⁷ A expressão “Educação Infantil” passou a ser empregada recentemente no contexto educacional brasileiro, sendo utilizada para se referir à etapa inicial da Educação Básica. A LDBEN nº 9.394/1996 estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, a qual ocorre em creches (zero a três anos) e pré-escolas (quatro a cinco anos).

passou a ser oferecido em período integral nas creches, espaço que carecia de uma proposta pedagógica sistematizada, consoante registra Silva (2021, p. 78-79), que ainda destaca:

Nota-se que o atendimento à educação infantil na cidade de Uberlândia era organizado de forma fragmentada. Enquanto o atendimento em creches (0 a 3 anos) era coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social vinculado às práticas assistenciais e direcionadas principalmente aos cuidados básicos como nutrição, saúde e higiene, a oferta de pré-escola (4 a 6 anos) ficaria encarregada à Secretaria Municipal de Educação e teria uma proposta educativa.

Segundo Carrijo (2005), nesse mesmo período, a SME prestava atendimento a crianças de seis anos em algumas pré-escolas, e havia também acolhimento a essas crianças nas escolas estaduais. Tratava-se, portanto, de um serviço bastante restrito e que não atendia a contento a população, especialmente a população mais pobre e trabalhadora.

A criação do Projeto Municipal de Educação do Pré-Escolar ampliou o número de crianças atendidas na pré-escola e, em conformidade com a proposta de governo do então prefeito Zaire Rezende, a oferta de vagas seria prioritária para as classes menos favorecidas economicamente. Em 1988, o município já contava com 20 escolas municipais que ofertavam atendimento à pré-escola, alcançando 5.016 crianças, conforme elucida Carrijo (2005).

Nesse ínterim, de acordo com o que destaca Carrijo (2005), surge também a primeira creche no município de Uberlândia⁸, graças à iniciativa de grupos de mães e de associações de bairros. Em decorrência desses movimentos, outros estabelecimentos semelhantes foram criados, recebendo a denominação de “Creches Comunitárias”, posto que atendiam, em horário integral, crianças de zero a seis anos provenientes de famílias de baixa renda, possibilitando, dessa maneira, a liberação da mulher para o trabalho. “Em 1982, somavam apenas cinco. Em 1988, já somavam 38 creches comunitárias, atendendo a cerca de 1.900 crianças entre zero e seis anos” (Carrijo, 2005, p. 103). Em consequente, Carrijo (2005, p. 103) prossegue sua explicitação, ao afirmar que: “A comunidade buscava, dessa maneira, sanar suas necessidades por atendimento em creches devido à deficiência das leis, que, nesse período, incentivavam a criação dessas por empresas, e pela ausência efetiva de atuação da esfera pública”.

A proposta da gestão de Zaire Rezende em relação à Educação Infantil consistia na ampliação de recursos financeiros a essa etapa da educação, na criação de creches e de pré-escolas e, principalmente, no aumento no atendimento às crianças na faixa etária de quatro a

⁸ Em Uberlândia, não foram identificados registros documentais que comprovem a atuação direta da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na manutenção de instituições de educação infantil. Embora a LBA tenha atuado, em âmbito nacional, como importante órgão federal de caráter assistencial voltado à infância e às famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de convênios com estados, municípios e entidades filantrópicas, sua presença no contexto local não se evidencia.

seis anos. Neste aspecto, houve também um crescimento das turmas de pré-escolares nos bairros periféricos, entretanto, estabelecidas em casas alugadas, barracões com infraestruturas precárias, com poucas construções de prédio adequadas para a Educação Infantil (Silva, 2021). Mesmo diante dessas dificuldades, observou-se a ampliação da oferta de ensino a crianças de quatro a seis anos que frequentavam também as creches comunitárias.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação destinada à criança de zero a seis anos passava a ser reconhecida como direito e dever do Estado, como explicita Oliveira (2002, p. 116):

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escola como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Como determina o artigo 208 da Constituição Federal de 1988: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; [...]” (Brasil, 1988, Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Assim, após a aprovação dos desígnios da Constituição de 1988, a pré-escola vivenciou uma expansão significativa quanto ao número de vagas e, ainda, quanto à formação dos profissionais que iriam atender a essa faixa etária. Contudo, mesmo com avanços no entendimento da concepção de criança como um ser de direito, a creche continuou carregando a imagem de instituição para assistência e cuidado das crianças, para auxiliar as famílias de pais trabalhadores.

Isso pode ser explicado pelo motivo de a Constituição de 1988 direcionar verbas para programas de alfabetização, e como a pré-escola é uma etapa que antecede o ensino obrigatório, prevaleceu o investimento neste segmento da educação. Desta feita, mesmo com a criação de novas leis para o atendimento à infância, e mesmo havendo avanços na concepção de criança enquanto cidadã que tem direitos distintos aos de outros cidadãos, o atendimento à infância continuou insuficiente.

No entanto, Vieira (2007) afirma que o crescimento da oferta na rede estadual de ensino de Minas Gerais tornou-se mais intenso ao longo dos anos 1980 e início da década de 1990. Em 1989, é promulgada a Constituição do Estado de Minas Gerais, e o seu Art. 198, inciso X, garantiria o direito às crianças de zero a seis anos ao atendimento gratuito e integral em creche e pré-escola e seria da competência dos municípios o atendimento à Educação Infantil.

No contexto do Município de Uberlândia, a Lei Orgânica de 1990 regulamentou o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, em conformidade com a Constituição de Minas Gerais, que atribuía aos municípios a prioridade na gestão do ensino em creches e pré-escolas. A partir de então, Uberlândia urge a responsabilidade de construir e manter instalações adequadas para essa faixa etária, além de supervisionar, administrar essas instituições e formar equipes multidisciplinares. Conforme afirma Guimarães (2002), a visão de que a Educação Infantil seja uma responsabilidade exclusiva dos municípios é equivocada, sendo necessário que sua implementação ocorra por meio de uma colaboração entre o município, os poderes públicos federal e estadual, além da sociedade civil. Nesse sentido, um importante avanço foi a integração entre creches e pré-escolas, promovendo uma abordagem educativa em vez de meramente assistencial no acolhimento às crianças de 0 a 6 anos.

Em meio a essa situação, foi elaborado, também no ano de 1990, a Lei nº 8.069, de 13/07/1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamentou o capítulo referente à educação contido na Constituição Federal, reafirmando o caráter educativo e os direitos da criança. Dessa forma, a Educação Infantil foi consolidada como um direito essencial e espaço de aprendizagem, ganhando um caráter mais pedagógico. Nesse contexto, a criança passou a ser reconhecida como protagonista ativa no processo educacional, marcando uma mudança expressiva na concepção de ensino e aprendizado.

Vieira (2007) destaca que, na década de 1990, o fenômeno significativo a se destacar é o crescente processo de municipalização da pré-escola, seja pela transferência das matrículas (e escolas) da rede estadual para os municípios, seja pela pressão da demanda e o aumento da responsabilização da esfera local de governo no plano da legislação. Torna-se, então, preponderante a participação dos municípios na oferta deste nível de ensino, coexistindo com a nova conceituação de Educação Infantil, como direito social da criança. Assiste, também, à emergência do debate sobre a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, e, ainda, coloca-se em pauta a questão da igualdade de oportunidades, em que se inclui a democratização do acesso e a existência de padrões básicos para a experiência educacional nos serviços.

Nessa mesma década, especificamente em 1996, outro importante documento foi publicado trazendo prescrições relativas à Educação Infantil: a Lei nº 9.394/1996, reconhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Pode-se destacar diferentes pontos relevantes nesta lei, como a utilização, pela primeira vez, da expressão “Educação Infantil”, ao mesmo tempo em que é tratada em uma seção específica, definida como primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

Outro aspecto que merece ser destacado nessa legislação é o seu Art. 89, que anuncia: “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino” (Brasil, 1996). A partir de então, a Educação Infantil passou a ser um nível de ensino, primeira etapa da Educação Básica, a qual deve ser efetivada mediante atendimento em creches, para crianças de 0 a 3 anos, e pré-escola, para atender crianças de 4 a 6 anos. Por sua vez, esse atendimento deve ser ofertado de forma gratuita, não obrigatória e independente da raça, etnia, gênero ou classe social.

Vale destacar que o momento que precedeu a aprovação da Lei nº. 9.394/1996 (LDBEN) foi muito importante para a educação da infância brasileira. Diferentes setores da sociedade, como universidades, instituições de pesquisas, sindicatos, a população civil e os profissionais da Educação Básica, entre outros segmentos que aderiram a essa luta, uniram forças, buscando sensibilizar a opinião pública sobre o direito da criança de ter uma educação de qualidade, de modo que foram travados debates em defesa de um novo modelo de Educação Infantil.

Segundo anui Rosemberg (2002), ao inserir a creche e a pré-escola no âmbito da Educação Infantil, não se permite que “coexistam modalidades paralelas de melhor ou pior qualidade que acolham segmentos infantis diferenciados por origem econômica ou racial” (Rosemberg, 2002, p. 71).

Contudo, a partir dos direitos da criança conquistados por lutas e reivindicações, apresenta-se a necessidade de elaboração de documentos que regulamentem esse nível de ensino. Em 1998, o Ministério da Educação e do Desporto, junto à Secretaria de Educação Fundamental, elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, tendo como base a nova LDBEN. Esse material foi desenvolvido com o objetivo de “servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos [...]” (Brasil, 1998, p. 5).

Entretanto, o que se percebe é que os documentos parecem transportar-nos para a distância entre o discurso e a realidade, desconsiderando o processo histórico da Educação Infantil brasileira. Como salientam Palhares e Martinez (2003, p. 10), ao problematizarem sobre a publicação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998:

[...] à medida que a leitura do referencial vai nos remetendo àquela infância desejada, rica em estímulos, pertinente quanto à adequação do vínculo do educador com a criança, e vai nos seduzindo, transportando, remetendo para criança idealizada, ele nos afasta da realidade da maioria das creches brasileiras, desconhecendo ou ocultando parte dos conhecimentos anteriormente sistematizados e divulgados.

Em 1999, foi publicado o documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil – DCNEI. É a partir dessas diretrizes que as escolas de Educação Infantil brasileiras deverão então se balizar quanto à organização, à articulação, ao desenvolvimento e à avaliação de suas propostas pedagógicas. O fato de essas diretrizes serem instituídas depois dos referenciais causou muitas discussões e embates no cenário nacional, já que as diretrizes têm caráter mandatório e deveriam respaldar e nortear o referencial, que é um documento de característica orientadora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil constituem-se como um documento categórico ao afirmar a necessidade da Educação Infantil em resolver dois problemas que acompanham sua história desde o início: 1) o caráter assistencial vinculado à educação para as crianças de 0 a 6 anos, e 2) a dicotomia entre o educar e o cuidar no processo educativo. No que tange ao educar/cuidar, esse documento salienta a necessidade de tratá-los de forma complementar e indissociável:

Art. 3º - São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

[...]

III – As instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível (Brasil, 1999, p. 1).

Nessa perspectiva, segundo o que determinam as DCNEI (1999) pode-se perceber que a Educação Infantil promove como práticas pedagógicas o desenvolvimento integral da criança, os aspectos relativos às características próprias das crianças pequenas até seis anos de idade. Desse modo, a instituição em estudo buscou desde o início trabalhar promovendo uma abordagem que respeita a singularidade das crianças e contribui para sua formação plena, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender um pouco da história do município de Uberlândia para contextualizar e analisar o desenvolvimento da instituição.

O atendimento à primeira infância em Uberlândia passou por diversas formas de gestão, envolvendo o setor público (municipal, estadual e federal), o setor privado e o setor comunitário, incluindo creches comunitárias e institucionais. A trajetória de uma instituição de Educação Infantil no município de Uberlândia, objeto desta pesquisa-análise, reflete essa diversidade de gestões. Fundada em 1986 como uma Creche Comunitária administrada pela Ambazu, com subsídios da Prefeitura de Uberlândia, a instituição viveu transformações significativas. Em 1998, foi reestruturada como UDI do bairro Dona Zulmira e, finalmente, em 2004, foi oficialmente transformada em Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI Jean

Piaget, por meio da Lei Complementar Municipal nº 382/2004.

Contudo, o contexto político brasileiro e a aprovação de leis que regulamentaram o ensino, especialmente no âmbito da Educação Infantil, tiveram um impacto significativo na gestão municipal, reforçando sua responsabilidade em relação à educação de crianças de 0 a 6 anos.

A seguir, o próximo capítulo apresenta a trajetória inicial dessa instituição de Educação Infantil, destacando a fase evolutiva do estabelecimento no município de Uberlândia: da Creche Comunitária à UDI do bairro Dona Zulmira.

3 A TRAJETÓRIA INICIAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM UBERLÂNDIA

Este capítulo analisa as fases iniciais de desenvolvimento da instituição, desde sua fundação como Creche Comunitária até sua transição e consolidação como UDI, incluindo a análise de sua estrutura física. Aborda-se o contexto de criação da creche no bairro Dona Zulmira, à luz da política de gestão participativa do ex-prefeito Zaire Rezende, bem como o processo de municipalização, considerando as políticas públicas vigentes e o cotidiano institucional sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos. Por fim, examinam-se os espaços físicos que acolheram a instituição ao longo do tempo, destacando a relação entre ambiente, práticas de cuidado e educação, a partir da memória dos atores sociais.

3.1 A criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira

A trajetória desta instituição de Educação Infantil, no município de Uberlândia, foi marcada por um longo e burocrático processo, atravessando diferentes formas de gestão. Inicialmente, funcionava como uma Creche Comunitária, administrada pela Ambazu com subsídio do poder público municipal. Posteriormente, com a municipalização, passou a ser uma UDI, sob encargo principal da SMTAS e, durante a transição para EMEI, sob responsabilidade da SME. No entanto, este trabalho tem como foco principal o desenvolvimento e as transformações ocorridas nas duas primeiras fases da instituição, deixando a análise da última etapa para investigações futuras. Em seguida, apresenta-se em detalhes o processo de criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira.

De acordo com Ferreira (2010), antes da década de 1980, o atendimento em Uberlândia a crianças socialmente vulneráveis, de 0 a 6 anos, era promovido, em grande parte, por iniciativas isoladas de caráter religioso, filantrópico ou particular. Sem um planejamento estruturado por parte do poder público, essas ações atendiam a uma parcela reduzida da população e careciam de coordenação centralizada.

No decorrer da década de 1980, Uberlândia consolidou-se como um importante centro econômico do Triângulo Mineiro, ao mesmo tempo em que se destacava por intensas mobilizações sociais e reivindicações populares. Nesse contexto, Dantas (1996) aponta que as

associações de moradores desempenharam um papel crucial, tornando-se focos de mobilização popular e reivindicação por melhorias na infraestrutura urbana e nos serviços públicos, incluindo a Educação Infantil. Como destaca o autor, essas associações “se constituíram enquanto grande foco de mobilização popular de caráter reivindicativo por melhorias no local de moradia, aqui entendido como conjunto de bairro” (Dantas, 1996, p. 8).

Vale destacar, segundo Ferreira (2010), que a centralização política e financeira das ações sociais pelo governo federal nos anos 1980, somada ao controle tributário exercido sobre estados e municípios, dificultou a resolução de problemas sociais por meio da prestação de serviços e obras. Diante desse cenário, municípios como Uberlândia recorreram à participação popular para enfrentar esses desafios, conferindo aos movimentos sociais organizados um papel fundamental na interlocução com o poder público.

Contudo, Oliveira (2002, p. 114) ainda destaca que:

Por iniciativa da própria população, houve também maior aparecimento de creches comunitárias, que muitas vezes eram desvinculadas do apoio governamental e geridas pelos próprios usuários, geralmente pertencentes à classe média, ou recebiam verbas públicas para atendimento de crianças de famílias de baixa renda.

Nesse sentido, a partir de 1981, iniciou-se na cidade um movimento em prol das Creches Comunitárias, impulsionado pelos movimentos sociais e pela crescente mobilização popular. Esse processo ganhou força com a administração municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, no início de 1982, adotou medidas para apoiar a expansão dessas iniciativas (Ferreira, 2010).

Em virtude disso, conforme atesta Carrijo (2005), a partir do ano de 1983, foi implementado pela SMTAS o “Programa de Apoio às Creches Comunitárias”. Esse programa foi resultado das pressões das entidades comunitárias, demonstrando que o atendimento à criança pequena no Município emergiu da luta da comunidade, tendo em vista que as leis anteriores, como as de nº 4.024/1961 e a de nº 5.692/1971, não contribuíram, significativamente, para ampliar o atendimento das crianças de zero a seis anos.

Esse período marcou o início da mobilização no sentido de garantir a democratização, mesmo que relativa, do atendimento à criança pequena no município de Uberlândia. Cabe lembrar que a mobilização popular fez-se bastante presente, fosse por meio da criação de creches, que atendiam crianças de zero a seis anos, fosse em decorrência das cobranças encaminhadas à esfera pública. Por outro lado, tratava-se de uma gestão relativamente democrática e comprometida com os setores populares, o que respaldou a ampliação de vagas públicas, especialmente para crianças de seis anos, e o apoio às instituições não governamentais.

Com o fim do regime militar, em 1985, e a consequente redemocratização do país, novas políticas educacionais foram implementadas, tentando tornar a educação mais inclusiva e democrática. Esse processo fortaleceu ainda mais o movimento das Creches Comunitárias, que já contava com o apoio das associações de moradores e dos pais das crianças. Entrevistas realizadas confirmam que essas iniciativas foram decisivas para a ampliação do número de creches e turmas de pré-escola na cidade, aponta Ferreira (2010).

O recorte temporal da pesquisa sobre a referida instituição de Educação Infantil do bairro Dona Zulmira inicia-se na análise do contexto de sua criação legal, ocorrida durante o governo do prefeito Zaire Rezende. Conforme aduz Ferreira (2010), esse período foi crucial para a implantação de creches comunitárias em Uberlândia, inseridas na arquitetura política da chamada Democracia Participativa, entre 1983 e 1988. Esse intervalo de tempo foi marcado por transformações decorrentes da redemocratização política do país, com impactos significativos no âmbito local. A descentralização das decisões da gestão pública promovia a conscientização comunitária sobre a responsabilidade, que facilitava a conquista de direitos sociais.

Estimuladas pelo governo municipal via SMTAS e formadas, em geral, por membros de comunidades que desejavam melhorar o espaço onde habitavam, as associações representativas foram originadas, em sua maioria, por motivação política. Na cidade de Uberlândia sob a gestão da Democracia Participativa, quando o bairro não tinha associação de moradores, a prefeitura encarregava-se de induzir à criação de uma, destaca Ferreira (2010). Essa informação colabora com o relato do primeiro presidente da Ambazu daquela época, identificado na pesquisa como P1, o qual se mostra orgulhoso por ter participado da implementação dos primeiros equipamentos públicos feitos no bairro, durante a sua gestão: “Eu recebi o convite em 1985 para assumir a presidência da associação aqui do bairro Dona Zulmira porque eu era morador do bairro, o Zaire me procurou dizendo que precisava de mim para fazer as melhorias no bairro”.

E foi nessa perspectiva que a Ambazu, como quase todas as associações de moradores de Uberlândia, foi fundada, sob a orientação da prefeitura, em 13 de agosto de 1985. Em função da orientação a que foi submetida pelo poder local, possui toda a documentação necessária para que pudesse ser reconhecida legalmente, como registro em cartório, estatuto e atas registradas na prefeitura (Lima, 1988). No Anexo B deste trabalho encontra-se a Lei nº 4.654, de 08 de março de 1988, que considera a Ambazu uma utilidade pública.

Em vista disso, Ferreira (2010) acrescenta também que a maioria das associações comunitárias surgiram por uma necessidade do poder público municipal que, em parceria dessas entidades, pudessem realizar obras e oferecer serviços públicos obrigatórios por leis à

população dessas regiões mais carentes de Uberlândia. Assim confirma o ex-presidente da Ambazu, que estava à frente da gestão naquela época:

O Zaire gostava muito de vir aqui no bairro aos domingos para andar e ver como estava as coisas por aqui, ele foi uma pessoa maravilhosa, foi uma benção. Ele abriu tudo aqui, começou tudo na mesma época: a creche, a escola Guarda Antônio, o posto de saúde, coisas que a gente correu atrás e reivindicou. Foi com ele que pavimentou as ruas, eu tinha uma grande amizade com ele, tinha confiança nele. (P1)

Diante do relato do P1, em relação aos equipamentos públicos que surgiram no bairro Dona Zulmira nessa época, além da Creche Comunitária e o posto de saúde, ele ressalta também a “Escola Guarda Antônio”. Cabe destacar, segundo Silva (2021) que em 1988 foi criada a Escola Municipal Pré-Escolar do bairro Dona Zulmira, que atendia crianças de 4 a 6 anos, e que atualmente é denominada Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento.

De acordo com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da professora Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima, intitulado “A urbanização e Associação de Moradores do bairro Dona Zulmira em Uberlândia – no período de 1979 a 1988”, é possível compreender com mais profundidade o processo de criação da creche comunitária do bairro em referência. Segundo Lima (1988), antes da criação da Ambazu, os moradores recorriam a abaixo-assinados para apresentar suas reivindicações. Entretanto, conforme afirmam os próprios moradores, essas demandas raramente eram atendidas, pois as listas assinadas chegavam à prefeitura, mas acabavam sendo arquivadas logo na primeira secretaria por onde passavam. Dessa forma, a associação teria um grande trabalho pela frente, como fundamenta Lima (1988, p. 25):

[...] Associação que terá muito o que reivindicar, considerando que no bairro as carências são explícitas e diversas. Mesmo sendo um bairro não muito afastado do centro da cidade (apenas km), verifica-se que ele é muito esquecido por parte do poder local. É um bairro que existe há quase 80 anos e somente agora, final de 88, está sendo pavimentado.

Isto posto, a autora explica que o bairro, naquela época, enfrentava grandes carências, e as principais reivindicações giravam em torno da infraestrutura básica essencial para a sobrevivência da população. As prioridades incluíam pavimentação, saneamento, transporte coletivo, educação e assistência médica. À medida que conquistas como a pavimentação são alcançadas, a luta se amplia para a obtenção de escolas, postos de saúde e outros serviços fundamentais. A demanda por áreas de lazer, por sua vez, permanecia secundária, uma vez que as melhorias nas condições de vida ainda seriam a principal preocupação.

Segundo Lima (1988), uma análise mais detalhada da documentação da Ambazu revela que a associação era constantemente monitorada pelo poder público que, em diversos

momentos, tenta influenciar e direcionar suas atividades. Consoante expõe Lima (1988, p. 30):

Reunimos com Terezinha e Waldete da Ação Social na qual tratamos sobre a creche comunitária: é aquela que toda comunidade trabalha pela creche para que seja dada melhor condição para as crianças que necessitam mesmo dessa creche (...). Nesta, estivemos também a prestar esclarecimentos sobre o atendimento do posto de saúde pelo Dr. Aluisio e Dr^a Teresa. (Ata de reunião de 07/05/1986)

Dessa forma, Lima (1988, p. 30-31) salienta: “Percebe-se que a creche não deverá funcionar como desejarem e necessitarem os moradores do bairro, mas, sim, seguindo os parâmetros estabelecidos por representantes da prefeitura (funcionários da Ação social)”. Em concordância com a ata de reunião de 20 de junho de 1987: “Reunião de mães: Juntamente com a associação e com presença da técnica Waldete; E com os seguintes assuntos: mudança da creche, aumento da mensalidade das crianças, hora de funcionamento; sobre o uniforme das crianças e entrada da nova cozinheira [...]”.

No que se refere à creche, nota-se uma forte influência do poder público sobre o funcionamento da associação, já que as atas enfatizam principalmente sua criação e gestão. Na prática, a Ambazu opera frequentemente sob a orientação da prefeitura, o que limita a autonomia defendida por seus membros (Lima, 1988).

O participante P1, que esteve à frente da gestão da associação durante esse período, fez questão de ser apresentado o Estatuto da Ambazu (Anexo C). Segundo ele, o documento foi elaborado nesse contexto com o objetivo de viabilizar legalmente a realização de obras no bairro, incluindo a construção da creche:

Tudo o que nós fizemos foi instruído por ela, pela responsável técnica da Secretaria da Assistência Social. Tivemos que abrir um CNPJ para formalizar a associação como uma empresa e também criamos o seu Estatuto, tudo isso orientado pela prefeitura... O recurso vinha através do empenho que era assinado por mim e por outras pessoas da prefeitura, tinha que ter três assinaturas, esse empenho seria o dinheiro para manter as despesas da creche, pagar os funcionários e comprar as coisas que faltava, a gente tinha que prestar conta de tudo, tudo que a gente comprava tinha que ter nota fiscal e toda reunião era registrada em ata com a responsável técnica da prefeitura da Ação Social, eram várias técnicas, sempre tinha gente da prefeitura para nos apoiar. (P1)

Assim, a criação da Creche Comunitária no bairro Dona Zulmira foi resultado de reuniões promovidas pela Ambazu, com participação de representante da prefeitura, em especial da SMTAS, a fim de direcionar a abertura e o funcionamento da creche. De acordo com o PPP da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2022), a referida instituição começou a funcionar nesse contexto: “em prédio alugado, sendo mantida pela Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira” (PPP, 2022). Ao que tudo indica, o local era inapropriado para o atendimento a crianças, pois, segundo aponta a pesquisa de Lima (1988, p. 32), “as reuniões da

associação muitas vezes são realizadas na creche, local inadequado devido ao pequeno espaço”.

Nesse sentido, P1 colabora com a discussão, afirmando que:

Pediram pra gente conseguir uma casa para funcionar a creche. Conseguimos alugar uma casa na Rua Diábase, que inclusive era do meu vizinho, com os cômodos muito pequeninhos. Mas foi o que achou na época. Mas tivemos que mudar de lá porque já não estava cabendo mais as crianças. A creche funcionou na Rua Diábase por um ano, eu assinei o contrato de aluguel por um ano, aí faltando 15 dias para acabar o contrato mudamos para uma casa maior na Rua Safira, e somente depois que foi para a Rua do Ouro, mas nessa época eu já não estava mais”. (P1)

Apesar dos pontos negativos, pode-se afirmar que o período da gestão Democracia Participativa, em que tudo começou, teve seus limites, avanços e contradições, mas foi evidentemente importante, pois possibilitou a conscientização da população sobre a oferta de serviços educacionais, especialmente a disponibilização e ampliação de creches para crianças menores de 6 anos de idade. Vale destacar, conforme anui Ferreira (2010), que essa proposta foi relevante para boa parte da população, pois permitiu que segmentos populares se organizassem e constituíssem uma quantidade relevante de creches nos bairros periféricos.

Ferreira (2010), em seu estudo, apresenta um quadro com a relação das Creches Comunitárias de Uberlândia entre 1981 e 1988, elaborado a partir da compilação de diversas fontes documentais. Nesse levantamento, identifica-se que, em 1986, havia o registro de uma creche comunitária no bairro Dona Zulmira, localizada na Rua Diábase, nº 388. Também mostra que, em 1989, essa instituição passou a constar em outro endereço, na Rua do Ouro, nº 55. Essa alteração sugere possíveis mudanças de localização ao longo do período, contribuindo para compreender a dinâmica de funcionamento e reorganização das creches comunitárias no município.

Ademais, ao se cruzar as fontes, pode-se observar que o relato do P1 corrobora as informações apresentadas por Ferreira (2010), ao confirmar que a instituição iniciou suas atividades na Rua Diábase, antes de se estabelecer na Rua do Ouro. Contudo, o entrevistado acrescenta uma informação inédita à pesquisa, ao mencionar que a creche também funcionou na Rua Safira, um endereço intermediário que não constava em nenhum dos registros documentais analisados, o que foi também confirmado por outros participantes, conforme o relato da ex-auxiliar de creche e que também virou coordenadora nessa época, identificada como P2:

Eu cheguei a trabalhar na Rua Diábase como auxiliar de creche, mas foi por pouco tempo, aí logo a gente mudou para uma casa maior na Rua Safira, aí logo veio a Waldete, que fez uma reunião com a gente e falou que a creche estava precisando de uma coordenadora e tudo mais” (P2).

Destaca-se que durante os trâmites para a realização da entrevista, conforme as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFU e mediante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a P2 questionou em que poderia contribuir, anunciando: “Eu não tenho nada a ver com a EMEI Jean Piaget, eu trabalhei na época que a creche era administrada pela associação”. Diante disso, foi ressaltado a ela que a EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza – explicação sobre a troca de nome –, tal como é conhecida atualmente, só se tornou realidade porque teve um início, e esse início ocorreu justamente com ela e com outros sujeitos envolvidos na antiga Creche Comunitária. Após essa reflexão, a participante respondeu: “Então... mas ninguém lembra disso mais, ninguém sabe mais que fomos nós que começamos a creche, faz muito tempo” (P2).

Com o objetivo de evidenciar a relevância de sua participação, recorreu-se ao pensamento de Meihy (1996), no qual a história oral constitui um instrumento fundamental para recuperar narrativas que foram excluídas dos registros oficiais, possibilitando dar visibilidade a sujeitos e experiências historicamente marginalizados. Nesse contexto, a participante demonstrou-se esclarecida e reconhecida, sentindo-se valorizada por sua trajetória enquanto parte fundamental do grupo de pessoas que contribuíram para os primeiros passos da Creche Comunitária que, por sua vez, transformou-se em uma UDI e que hoje é a EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza.

Ao que lhe diz respeito, a P2 demonstrou possuir uma memória afetiva positiva em relação ao período em que atuou na creche, embora também tenha expressado certa frustração por não se sentir reconhecida pela comunidade pelo trabalho que desempenhou em conjunto com o ex-presidente da Ambazu, que esteve à frente da fundação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Ao lembrar o funcionamento da creche na Rua Diábase, P2 compartilhou informações significativas por meio de seu relato, o qual é corroborado pelas declarações do entrevistado P1, expressas anteriormente:

Quando a gente começou o trabalho lá, tinha vaga só para idade acima de três anos. Depois, muitas mães estavam pedindo berçário e tudo mais. Então tivemos que abrir um berçário no outro quartinho que era pequeno. Nós tivemos que correr atrás de tudo... Nessa época a creche começou a funcionar com a Abadia, a Fátima e a Dona Terezinha. Então eram só três pessoas para ficar com as crianças. Mas no início eram só duas, mas à medida que iam entrando mais crianças, contratava mais pessoas... Mesmo com os cômodos pequenos a creche atendia em torno de trinta crianças, dez bebês e vinte crianças maiores. Em um quartinho ficava os bebês e em outro as crianças de três a seis anos. (P2)

Ao se referir ao funcionamento da creche no endereço da Rua Safira, a mesma participante traz o seguinte depoimento:

Ah, lá na Safira já eram três quartos. Já era mais, já tinha um espaço, assim, um quintalão de terra. E lá já tinha mais gente pra ajudar, era eu, a Elismar, a Dona Fátima, a Ilka, a Maria Abadia e a Joana, e a Salma. Era em torno de 40 a 45 meninos, porque a gente abria mão, chegava uma mãe chorando falando que precisava trabalhar e não tinha com quem deixar a criança, aí a gente ia conversar e falava, olha a gente não tem nem colchão, porque eles dormem né... Aí já aumentou também o número de crianças, foi aí que teve que contratar a Joana. Ficava em torno de 10 crianças para cada funcionários. Quer dizer, eu pegava os maiores, porque eu tinha mais estudo que elas. A Abadia ficava com os bebês e a Salma ficava com os de dois a quatros anos [...]. (P2)

Em seguida, apresenta-se, na Figura 2, uma foto da Creche referente ao ano de 1987, quando funcionou em casa alugada na Rua Safira:

Figura 2 – Festividade de Natal



Fonte: Arquivo Particular (1987)

Desta feita, a Figura 2 exibe uma fotografia mais antiga que identifica a Creche, proveniente do arquivo particular da participante P2. Segundo o relato da participante, o momento registrado corresponde, provavelmente, a uma festividade de Natal, uma vez que, de acordo com ela, os registros fotográficos eram realizados apenas em ocasiões especiais como essa. A imagem demonstra a força simbólica da creche como um espaço de acolhimento, socialização e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a fotografia não apenas documenta um evento específico, mas também se configura como um importante vestígio histórico das práticas e da realidade vivenciada nos primeiros anos da creche, confirmando seu papel fundamental no desenvolvimento social e comunitário da região. Conforme Kossoy (2001), a fotografia pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como documento histórico e como suporte de memória.

A rotina da creche era semelhante nos dois espaços, tanto no endereço da Rua Diábase, como na Rua Safira, conforme expresso no depoimento da P2:

Eu chegava junto com cozinheira, ajudava a preparar o café pra dar logo pra eles pra gente começar a trabalhar, porque aqui tinha horário para tudo, pro banho, pra comer pra dormir. A gente recebia as crianças até 7:30 e logo já depois tomavam o café, as 9:00 oferecia a fruta, das 9:15 até as 10:30 era a atividade, terminava uma e já começava a outra, a gente não podia tomar muito tempo deles porque eles eram muito pequenos e logo eles enjoavam e não queriam, o banho começava as 10:30 e era um banheiro só para aquele tanto de menino, uma ia enxugando e a outra pondo roupa, o banho começava pelos bebês e depois passava para os grandes, por volta das 11:00 as 11:30 era o almoço, e depois eles dormiam até no máximo as 13:00, as vezes precisava de acordar eles, depois as 14:30 era o lanche da tarde, depois tinha mais atividades, aí já era uma atividade que a gente não deixava eles se sujarem, porque já estava próximo de ir embora e a gente não dava conta de dar dois banhos neles, e as 17:00 eles iam embora. (P2)

Os participantes P1 e P2 não souberam precisar o período em que a creche permaneceu no endereço da Rua Safira, uma vez que, antes mesmo da mudança para a Rua do Ouro, ambos já haviam se desligado da instituição. No entanto, relataram que a transferência de endereço ocorreu em razão da venda do imóvel anteriormente utilizado, o que levou a Ambazu a procurar outro local para garantir a continuidade do funcionamento da creche.

A seguir, apresenta-se o relato da ex-auxiliar de creche/educadora infantil, identificada como P3, que participou de todas as fases evolutivas da instituição, permanecendo nela até sua aposentadoria. A P3 iniciou sua trajetória profissional quando a instituição ainda funcionava como Creche Comunitária, localizada na Rua do Ouro. Logo, mostrou-se bastante saudosa daquele tempo e disse que gostava muito de trabalhar na instituição. Dessa maneira, o seu depoimento contribui significativamente para essa construção histórica da unidade:

Quando comecei a trabalhar lá, ainda era uma creche da associação, só depois que virou a EMEI Jean Piaget, a creche ficava lá na Rua do Ouro, acho que foi em 1988 ou 1989, não me lembro bem, eu ainda tenho a carteira de trabalho assinada pela associação, mas tenho que procurar. Mas antes de ser lá, ela funcionou lá na Diábase e na Safira, mas eu não consegui entrar antes porque eu tinha menino pequeno, aí não podia. (P3)

O dia a dia da creche relatado por ela era bastante semelhante à descrição feita pela P2, porém ela acrescenta novas informações:

Lá não tinha atividade, atividade que eu falo assim, igual é hoje, ali tomava banho, sentava para comer, direitinho, a gente olhava, organizava, ia limpo para a escola, mas não tinha metodologia de ensino, não tinha as atividades, também não tinha papel, não tinha nada para a gente fazer lá! Não tinha brinquedo. E o brinquedo tinha as vezes que a gente ganhava. As crianças ficavam lá como se diz para brincar, na hora de ir para a escola, dava o banho, trocava roupa e tinha uma educadora, um auxiliar que levava os maiores para a escola. Eles chegavam cedo, as 7:00, depois a gente dava o café, brincava, depois era o banho, almoçavam, depois do almoço eles dormiam,

menos os que já iam para escola, depois que acordavam a gente oferecia o lanche, brincava mais um pouco, depois a gente trocava e dava o banho e já era a hora da janta... A mãe tinha que tá trabalhando. Trazia um comprovante do lugar que ela trabalhava. A mãe tinha que apresentar para nós na hora que vinha a criança. Se a criança usava fralda, tinha que trazer aquela quantidade certa. Tinha a época de listagem, de compra de material. Tinha as coisas que pedia para a criança. Um xampu, um condicionador, um sabonete. A procura era grande, mas não dava para atender todas as crianças, eram poucas vagas, não cabia. (P3)

É notável, pelo que relata a P3, a característica assistencial da Creche Comunitária, com foco em cuidados básicos e sem proposta pedagógica estruturada. Também exhibe a precariedade de recursos, a exigência de vínculo empregatício das mães e o alto número de crianças para poucas funcionárias. Apesar das limitações do estabelecimento, a participante P3 destaca o empenho das educadoras em garantir o bem-estar das crianças, revelando a importância social da creche na comunidade.

Ferreira (2010), em seu trabalho, anuncia a rotina dessas instituições com base em um documento produzido pela SMTAS. O Quadro 4, que se segue, destaca que, nas Creches Comunitárias, a rotina era estruturada prioritariamente em torno da alimentação, do descanso, da higiene (banho) e da recreação, sendo esta última registrada como atividade.

Quadro 4 – Rotina das Creches Comunitárias

Rotina das Creches Comunitárias	
Horário	Descrição das Atividades
7h às 8h	Entrada das crianças
8h às 8h30	Café da manhã
8h30 às 10h30	Atividades
10h30 às 11h	Hábitos de higiene
11h às 12h	Almoço
12h às 14h	Descanso das crianças
14h às 14h30	Lanche
14h30 às 15h30	Atividades
15h30 às 16h30	Hábitos de higiene
16h30 às 17h	Jantar
17h às 17h30	Organização da creche e término de atividades

Fonte: (Ferreira, 2010)

Com base no relato das participantes P2 e P3, percebe-se que a rotina proposta pela SMTAS assemelhava-se àquelas desenvolvidas pelas profissionais da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Ainda nesse contexto, trazem outros autores:

Esquemáticamente, a rotina da creche se divide nos horários de refeição, descanso, banho e recreação [...] as atividades propostas pelas crecheiras consistem em passeios pela pracinha, desenho [...] dança. Essas atividades são assistemáticas, realizadas sem prévio planejamento, estando na dependência do interesse e da disposição da crecheira e do estado de saúde das crianças. (Vieira; Melo, 1989, p. 146)

Sendo assim, segundo afirma Ferreira (2010), o prefeito à época desenvolveu um novo projeto que, ao final de 1983, resultou no repasse de subsídios para as creches comunitárias. A partir de 1984, o Poder Executivo passou a destinar recursos específicos para a implementação e manutenção dessas instituições, sendo a distribuição dos repasses, prioritariamente, de responsabilidade das associações de moradores. No Anexo D, apresenta-se o documento referente ao Projeto de Lei nº 050/1993, que autoriza a concessão de subvenções a entidades comunitárias no ano de 1993, com a qual a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira foi contemplada. O documento foi localizado no Arquivo Municipal de Uberlândia.

Apesar da subvenção recebida, os ex-presidentes da Ambazu relatam que a administração da creche era bastante trabalhosa, demandava muito tempo e dedicação, além de não ser uma atividade remunerada. Tratava-se, portanto, de uma responsabilidade adicional assumida em benefício da comunidade. De acordo com o que destaca o entrevistado P1: “A responsabilidade era muito grande, a gente não parava, estava sempre correndo atrás para conseguir as coisas para a creche, não foi fácil”. Entretanto, o empenho dessas pessoas não foi em vão. Observa-se que a creche consolidou-se como uma instituição de grande relevância para a população em situação de vulnerabilidade social na região. Com a conquista de uma sede própria, a instituição deu um passo significativo em direção à ampliação e qualificação do atendimento prestado às crianças. Logo em seguida, iniciou-se o processo de municipalização da Creche Comunitária, culminando na transformação da instituição na UDI do bairro Dona Zulmira, o que reforçou ainda mais seu impacto social no território em que está inserida.

3.2 O processo de transição da Creche Comunitária para UDI do bairro Dona Zulmira

A mudança para a nova sede marcou não apenas uma conquista estrutural, mas também o início de um novo ciclo institucional. A partir desse momento, intensificaram-se os movimentos que culminaram na municipalização da Creche Comunitária, inserindo-a de forma mais efetiva nas políticas públicas voltadas à Educação Infantil. Instituiu-se, então, um novo modelo, que deixou de adotar a denominação de “creche” para assumir a de “Unidade de Desenvolvimento Infantil”, consolidando-se em uma organização mais sistematizada, orientada pelas diretrizes da SMTAS e da SME.

É nesse contexto que se desenvolve este subcapítulo, abordando o processo de transição da Creche Comunitária para a UDI do bairro Dona Zulmira. Em setembro de 1990, a creche

mudou de endereço para um prédio próprio comprado pela prefeitura, a fim de se estabelecer em um local mais amplo e seguro, conforme registra a Figura 3, que contém a imagem da placa de identificação patrimonial:

Figura 3 – Placa de identificação institucional (1998)



Fonte: Arquivo EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024), recorte feito pela pesquisadora

O PPP de 2022 da EMEI Jean Piaget também registra de forma clara esse processo de mudança de endereço, vide o observado na citação:

A escola em referência passou a funcionar como Creche Comunitária do Bairro Dona Zulmira a partir de setembro de 1990, em prédio próprio no atual endereço, Rua Dos Tamborins, 75. Tinha como finalidade atender crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. Neste período recebia subvenção social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. (PPP EMEI Jean Piaget, 2022, p. 5)

De acordo com esse texto, a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira transferiu-se para o endereço atual da instituição em 1990, deixando de funcionar em uma casa alugada, situada em uma rua próxima. A mudança para um prédio próprio permitiu à instituição ampliar sua capacidade de atendimento, oferecendo um maior número de vagas e melhores condições de atendimento. A menção à subvenção social da Prefeitura Municipal de Uberlândia indica que o funcionamento do estabelecimento continuava a contar com o apoio financeiro do poder público, o que reforça a importância da função do Estado na manutenção e continuidade do atendimento às crianças de famílias em situação de maior fragilidade econômica. Esse apoio

institucional manifesta também o reconhecimento da creche como um espaço essencial para o acolhimento e promoção de direitos na primeira infância.

No entanto, de acordo com o depoimento do participante P4, que esteve sob a gestão da Ambazu no período de 1991 a 1994, ele afirma que embora a responsabilidade jurídica e financeira fosse da prefeitura, a associação assumia grande parte do trabalho administrativo e operacional sem receber contrapartida financeira. A necessidade de cobrir despesas com recursos próprios, como a compra de alimentos em caso de falta, evidencia a fragilidade do suporte institucional e o caráter voluntário e comprometido da atuação da associação.

A subvenção da prefeitura era pagar os funcionários e a alimentação que eles mandavam todo o mês, a associação não tinha contato com o dinheiro, os funcionários da creche iam receber na prefeitura. Nós registrávamos os funcionários, contratávamos os funcionários e mandávamos para eles fazerem o pagamento. A responsabilidade judicial era toda da prefeitura... A associação tinha só trabalho e não recebia nenhum valor e recurso financeiro pra isso. A gente tinha o trabalho com a papelada da prestação de contas de funcionários, tinha que estar indo sempre no banco, além de buscar as verduras toda semana, e se faltasse alguma coisa, tipo óleo ou outro alimento, a gente tirava do próprio bolso para ajudar. (P4)

Selecionou-se, como parte da documentação referente à prestação de contas da Ambazu no período em questão, os seguintes documentos anexos: a apuração de ponto assinada pelo presidente da Ambazu (Anexo E), a folha de pagamento mensal dos funcionários emitida pela SMTAS (Anexo F) e a relação de empregados – (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal (Anexo G).

Mediante a documentação analisada, foi possível constatar que, após a mudança da creche para sua sede própria, o número de funcionários dobrou, passando a contar com 12 profissionais. Esse aumento está diretamente relacionado à ampliação do atendimento às crianças: anteriormente eram atendidas cerca de 40 delas, e esse número passou para aproximadamente 57, sendo que a maioria era atendida em período integral, enquanto uma parte permanecia em período parcial, visto já estarem em idade pré-escolar, com cinco, seis e sete anos, e frequentarem, simultaneamente, a escola regular.

Por sua vez, a nova sede da creche proporcionava um espaço mais amplo e confortável, contando com um refeitório amplo, um banheiro adaptado para as crianças e três salas destinadas ao atendimento de crianças com idades entre quatro meses e sete anos. Com a reorganização do espaço e da equipe, passou a existir duas auxiliares por sala, o que contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade do serviço prestado pela instituição. Segundo o relato da ex-auxiliar de creche identificada como P6, que demonstrou grande interesse em colaborar com a pesquisa e que atuou na instituição entre os anos de 1991 e 1995, incluindo o

período de transição para a municipalização, a rotina de trabalho no estabelecimento era centrada no cuidado integral das crianças e no apoio às famílias:

Naquela época eu trabalhava como educadora, cuidava das crianças de 6 e 7 anos e as levava para a Escola Municipal Guarda Antônio. A gente fazia o que podia para ajudá-los e ajudar as mães, como sempre. Éramos em torno de nove funcionárias, mais os vigias. Ficava duas em cada sala: duas no berçário, duas no meio e duas no fundo. E ainda tinha duas na cozinha e uma faxineira para limpar. Naquela época trabalhavam eu, a Fátima, Zilá, Abadia, Salma, Nilza... todas ficavam com as crianças. (P6)

A depoente também relatou que, além de atuar como educadora, foi convidada a assumir a função de coordenadora da creche. Com isso, sua principal responsabilidade era acompanhar o funcionamento cotidiano da instituição e repassar as informações relevantes à assistente social, que nem sempre estava presente no local:

Além de educadora eu fui convidada a ser coordenadora, apesar de ter somente o ensino fundamental, se bem que ninguém ali tinha muito estudo, elas me escolheram por eu ser a mais nova e eu tinha mais pulso firme com as crianças, então eu ajudava as outras funcionárias em tudo lá dentro, como também na prefeitura. Prestar conta pra prefeitura sobre o que acontecia lá dentro. Ou até mesmo com a assistente social, que às vezes não estava no local naquele momento, eu tinha que estar alerta, atenta em tudo ali dentro, que quando a assistente social chegasse, eu tinha que repassar o que foi acontecido ali, o bom ou o ruim. (P6)

Com as determinações da Constituição Federal de 1988, o município de Uberlândia passou a aprofundar, de forma mais sistemática, a discussão sobre o atendimento nas creches, cuja responsabilidade deveria ser assumida pelo poder público municipal, evidenciando o papel e a relevância das políticas de Educação Infantil.

Nesse sentido, de acordo com Carrijo (2005), a SMTAS, no mandato do prefeito Paulo Ferolla (1993-1996), assumiu 29 das 54 Creches Comunitárias existentes em Uberlândia, consoante o processo de municipalização iniciado em 1993 e finalizado em 1994, que foram, assim, designadas Unidade de Desenvolvimento Infantil – UDI. Tratava-se do primeiro ato municipal no sentido de assumir efetivamente essas creches e, desse modo, cumprir os preceitos da Constituição de 1988, que, face a redação original, em seu Art. 208, inciso IV, atestava: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (Brasil, 1988).

Contudo, foi somente em 1995 que a Creche Comunitária deixou de ser administrada pela Ambazu, passando a ser oficialmente uma instituição municipal, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio, primeiramente, da SMTAS. De acordo com o

primeiro PPP⁹ da instituição, o poder público, ao municipalizar a Creche Comunitária, desejava desvincular o termo assistencialista para um modelo orientado para o desenvolvimento da criança, indo além dos cuidados, conforme aponta o texto a seguir:

Surgiram, então as U.D.I.S. (Unidades de Desenvolvimento Infantil) antes intituladas creches. Devido às transformações que vêm ocorrendo, busca-se desvincular do termo “assistencialista” procurando ir além do cuidado com as crianças, oferecendo pressupostos para que as mesmas tenham embasamento necessário para o seu desenvolvimento. (PPP da EMEI Jean Piaget, 2003, p. 4)

Cabe evidenciar que a SMTAS, ao alterar a nomenclatura de “creche” para UDI, intentou se afastar do sentido historicamente assistencialista associado ao termo. Entretanto, segundo analisa Jakimiu (2021), a manutenção da nomenclatura “creche” nos documentos oficiais possibilitou sua ressignificação no campo educacional, ao integrá-la à Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, conforme a Constituição de 1988 e a LDB nº 9.394/1996. Dessa forma, a permanência do termo demonstra-se relevante por razões históricas, políticas e sociais, contribuindo para a consolidação da Educação Infantil como política pública educacional.

Contudo, Kuhlmann Jr. (1998) problematiza a conotação negativa atribuída à assistência ao afirmar que educar implica também estar junto, promover a socialização e fortalecer vínculos. Para o autor, a educação da criança pequena é um processo coletivo que não se opõe à assistência, mas se constrói na aproximação entre cuidar e educar.

Além disso, Kuhlmann Jr. (1998, p. 188) assinala que, junto com a luta para que as creches se tornassem educacionais, “se rejeitaram essas dimensões fundamentais da educação da criança pequena”, e o resultado que se estabeleceu é a visão de que a assistência e os cuidados são de menor importância na educação da criança pequena, mantendo a dissociação construída historicamente entre atendimento educacional e atendimento assistencial. Nas palavras do autor, a “polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção à função educativa” (Kuhlmann Jr, 1998, p. 188), como se fossem mutuamente excludentes ou incompatíveis. E os seus argumentos à época explicitam a força desse movimento que se

⁹ O PPP de 2003 foi o primeiro da instituição. Cabe ressaltar que, nesse ano de 2003, a instituição ainda se denominava UDI do bairro Dona Zulmira, vindo a se transformar oficialmente em EMEI Jean Piaget no ano seguinte, porém a unidade estava em processo de transição e um dos requisitos era a construção do PPP. “Compreendendo e desejando fazer parte da construção coletiva deste Projeto Pedagógico, a Unidade de Desenvolvimento Infantil Dona Zulmira que está em processo de transição para Escola Municipal de Educação Infantil Jean Piaget tem organizado estudos e debates com a comunidade escolar, para que esta instituição escolar possa construir o seu Projeto Político Pedagógico e, a partir dele, de forma ascendente, a Secretaria Municipal de Educação/CEMEPE, juntamente com as outras escolas municipais, possam estar estruturando o seu Projeto Político Pedagógico” (PPP da EMEI Jean Piaget, 2003, p. 4).

desenhava e o vigor do debate que se colocava, destacando, entre outros, que:

[...] a educação não é o contrário de assistência; a educação de baixa qualidade esteve voltada para as crianças pobres e isso precisa ser superado; e a educação das crianças pequenas envolve sempre cuidado e, por tal razão, as instituições de Educação Infantil têm o papel de cuidar e educar. (Kuhlmann Jr, 1998, p. 188)

Com esse processo de municipalização, todos os funcionários que haviam sido contratados pela Ambazu foram dispensados, abrindo espaço para a nomeação de novos profissionais aprovados em concurso público. Eis o relato da participante P6:

Eu era da associação e por motivo de municipalizar a creche no ano de 1995, aí teve que mandar os funcionários embora, dispensar, mas eu retornei porque eu estava machucada, eu machuquei lá dentro, então por lei eu pude continuar a trabalhar lá por mais um tempo, aí era só eu da associação, os outros funcionários eram todos novos e concursados da prefeitura. Depois que municipalizou, a prefeitura mandava os funcionários fazer curso, mas era somente para as concursadas. (P6)

Nesse sentido, destaca-se o relato da ex-auxiliar de creche identificada como P7, que ingressou na unidade em 1995 e nela permaneceu por 14 anos. Sua entrevista revelou um forte vínculo afetivo com a instituição. Ela iniciou sua trajetória profissional aos 18 anos e, apesar dos desafios, amadureceu com as experiências vividas, acompanhando também o crescimento de filhos e sobrinhos nesse espaço educativo. Atualmente, ela é diretora de uma EMEI em Uberlândia, atribuindo a essa experiência a base de sua formação profissional.

Quando eu entrei para a escola, fiz concurso para auxiliar de creche e tomei posse no final de 1994 e iniciei na escola em fevereiro de 1995. Antes disso, no mês de janeiro, a gente estava envolvida com treinamento e tudo. A gente tomou posse na SMTAS naquela época, e a escola era chamada de UDI Dona Zulmira, no endereço na Rua dos Tamborins, número 75. (P7)

Em sua grandiosidade, os relatos apresentados reforçam que o processo de municipalização da creche ocorreu de forma sistematizada, incluindo a realização de treinamentos para os novos funcionários, o que demonstra a preocupação com a qualificação e adaptação da equipe à nova gestão pública. Vale destacar, ainda, que, com essa mudança, a instituição recebeu a denominação oficial de UDI do bairro Dona Zulmira.

Enquanto UDI do bairro Dona Zulmira, sua reinauguração oficial ocorreu apenas em 29 de maio de 1998, após a conclusão de uma reforma. Em seguida, na Figura 4, eis o registro desse momento:

Figura 4 – Reinauguração da UDI do bairro Dona Zulmira (1998)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

A fotografia exibida na Figura 4 registra a cerimônia de reinauguração da UDI do bairro Dona Zulmira, marcada pelo descerramento da placa comemorativa. O evento contou com a presença de autoridades municipais, como a secretária da SMTAS, e simbolizou a transição da creche comunitária para uma unidade pública. A ex-coordenadora Danuza Franco Marques aparece emocionada, representando o envolvimento da comunidade nesse processo. O momento celebrou a conquista de melhores condições estruturais e pedagógicas para o atendimento às crianças da comunidade e teve a presença de políticos locais e da banda de música da Polícia Militar de Minas Gerais.

No que lhe diz respeito, a adoção da nomenclatura UDI não implicou a criação de uma

nova instituição, mas uma reconfiguração administrativa e profissional. Embora o funcionamento e as práticas permanecessem semelhantes, a denominação UDI passou a exigir a presença de um coordenador com formação em nível superior, bem como a realização de concurso público para as auxiliares de creche, destacando um processo de reorganização institucional e de valorização da profissionalização no âmbito da Educação Infantil.

De acordo com o documento Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA de 2000 (Anexo H), a UDI do bairro Dona Zulmira contava com: 01 coordenadora, 09 auxiliares de creches, 03 auxiliares de serviços gerais, 02 merendeiras e 03 vigias. E, conforme o relatório de levantamento de crianças atendidas em creches, encontrado no arquivo da instituição, a unidade atendia aproximadamente 60 crianças.

A participante P8, ex-auxiliar de creche/educadora infantil, ingressou na UDI como servidora concursada em 1996, permanecendo até sua aposentadoria, em 2023. Demonstrando grande paciência e disponibilidade, sua colaboração foi fundamental para organizar e esclarecer o emaranhado de informações levantadas durante esta pesquisa. Seu apreço pela instituição é evidente, a ponto de ter retornado ao trabalho como funcionária contratada mesmo após se aposentar.

Segundo ela, a rotina¹⁰ da UDI seguia uma organização bem estruturada, que aqui se apresenta. O horário de entrada ocorria às 07h00, seguido pelo café da manhã/ mamadeira, servidos às 07h20. Em seguida, realizava-se a higienização das crianças, com banho e troca de fraldas. A colação¹¹ era oferecida às 09h00, e o almoço, a partir das 10h30. Após a refeição, as crianças tinham um período de repouso, que se iniciava às 11h30. Ao despertarem, passavam por nova higienização/troca de fraldas e recebiam a colação/mamadeira, geralmente a partir das 13h30. O jantar era servido às 15h30, e a saída acontecia às 17h25. Nos intervalos entre essas atividades principais, eram promovidas brincadeiras e momentos recreativos, tanto na área externa quanto nas salas de aula. Outrossim, segundo o relato da participante P8, as auxiliares de creche desenvolviam atividades lúdico-pedagógicas mais estruturadas com as crianças, uma vez que havia cobranças nesse sentido. Já as crianças pré-escolares de cinco a sete anos, que também frequentavam a Escola Municipal Guarda Antônio do Nascimento, seguiam uma rotina

¹⁰ Conforme as mudanças institucionais ocorriam, a rotina também era gradualmente aprimorada, sendo ajustada sempre que necessário, de acordo com a dinâmica estabelecida.

¹¹ Colação geralmente se refere a uma refeição leve, intermediária, oferecida entre as principais refeições do dia, como café da manhã, almoço e jantar. Essa refeição costuma incluir alimentos como frutas, sucos, leite, pães, bolachas ou outro lanche leve, sempre conforme a faixa etária das crianças e as orientações nutricionais da instituição. (Cartilha de Alimentação Escolar para Educação Infantil. Disponível no site do FNDE: <https://www.fnde.gov.br>)

diferenciada:

As crianças chegavam às sete horas. As que iam para a escola chegavam depois das onze e vinte e cinco, né? As meninas iam buscar na Guarda Antônio. Aí, elas vinham, pegavam eles lá na escola, chegavam aqui, davam banho, almoçavam e iam para o descanso. E os que vinham de manhã e entravam às sete horas, elas levavam uma hora, davam banho, comida e iam para a escola. Aqui na escola ao lado, a Guarda Antônio, né, fica pertinho. (P8)

Na Figura 5, que se segue, eis a exibição de uma fotografia mostrando uma parte da rotina das crianças da UDI do bairro Dona Zulmira:

Figura 5 – Café da manhã das crianças na UDI



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Nesse contexto, a participante P9, ex-coordenadora da UDI Dona Zulmira entre os anos de 2001 a 2004, registra que:

Quando eu cheguei na UDI, peguei uma instituição bem organizada, apesar de ser uma creche, porque era creche mesmo porque a gente cuidava como serviço assistencialista, a gente cuidava das crianças que os pais trabalhavam... Tinha a rotina bem organizada das crianças: entrada, alimentação, higiene e brincadeiras. Era o que fazia. As auxiliares de creche recebiam orientação, o pessoal da prefeitura estava sempre lá na creche passando as orientações de atividades para elas. Vinha programas pra gente fazer com as crianças, a alimentação deles vinha toda programada. Na época que virou UDI, tinha uma coordenadora anterior a mim. Ela conseguiu muitos materiais pedagógicos. Aqueles bloquinhos de montagem, pecinhas de encaixe, muitos brinquedos, tinham demais, demais, demais. Tinha uma área muito boa com um parquinho..., mas sempre tinha um supervisor da prefeitura, ia lá, olhava,

conversava com a gente, conversava comigo, com as meninas, conversava direto. Olhava se a alimentação estava armazenada de acordo, olhava a questão de limpeza, tudo, olhava tudo. (P9)

Esse relato da ex-coordenadora evidencia que, mesmo operando sob uma lógica assistencialista, a UDI Dona Zulmira já demonstrava um nível significativo de organização e compromisso com a comunidade. A rotina é estruturada com horários definidos para alimentação, higiene e brincadeiras, além do acompanhamento constante da prefeitura, o que revela um cuidado institucional com o bem-estar das crianças. Somado a isso, a oferta de materiais pedagógicos e a presença de espaços adequados, como parquinho e uma grande quantidade de brinquedos, reforçam a importância da UDI como suporte fundamental às famílias trabalhadoras do bairro, funcionando como um embrião de políticas públicas direcionadas à Educação Infantil.

Vale destacar que a nova LDB estabeleceu que, até 1999, as prefeituras deveriam transferir as creches e escolas de Educação Infantil para suas respectivas SME. Logo, em meados de 2001, a UDI do bairro Dona Zulmira começa a passar por mudanças para se adequar à lei LDBEN (Lei nº 9.394/1996), sendo, então, transferida de secretaria, deixando de pertencer à SMTAS para se vincular à SME. Desta feita, a inclusão das creches no sistema educacional implica considerá-las na perspectiva da instituição escolar, ou seja, de um espaço educativo, onde a proposta pedagógica, a formação dos profissionais, a relação escola/família e o ambiente físico são itens a serem sublinhados.

De acordo com o exposto no PPP da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2022): “A partir de 2001¹², em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), passou a pertencer à Secretaria Municipal de Educação, ou seja, deixando o atendimento de ser puramente assistencialista para ser oferecido o atendimento pedagógico”. Entretanto, é importante destacar que a creche, posteriormente denominada UDI, já se configurava como uma instituição educativa, não podendo ser reduzida a uma função exclusivamente assistencial. Essa compreensão dialoga com Kuhlmann Jr. (1998), ao evidenciar que o reconhecimento das instituições de Educação Infantil como espaços educativos resulta de processos históricos de recharacterização e legitimação social.

De acordo com Carrijo (2005), o processo de transição ocorreu em decorrência de uma Comissão de Transição regulamentada por meio da Portaria nº 11.925, de 21/03/2002 (Uberlândia, 2002), a qual desenvolveu o documento interno da SME intitulado “Políticas

¹² De acordo com o Memorando nº 3.305 da SME de 2008 (Anexo I) e do trabalho realizado por Carrijo (2005, p. 122), oficialmente a mudança de secretarias ocorreu em outubro de 2002.

Municipais para a Educação Infantil” (Uberlândia, 2003), que descreve a atuação da comissão, evidenciando que o trabalho desempenhado foi voltado para a viabilização das determinações da nova LDBEN/1996, ou seja, para a incorporação das creches, unidades e escolas de Educação Infantil à rede de ensino associada à SME.

Em relação ao aspecto legal, designou-se para o acompanhamento das UDIs as EMEIs Parceiras que detinham especificidades junto a órgãos executivos e que eram aprovadas pelo legislativo, que as definiam como tais. Desta forma, as EMEIs Parceiras ficaram responsáveis por oferecer o aparato legal para que as UDIs pudessem executar o trabalho pedagógico ao proporcionar uma educação integral às crianças, assim como orientava as exigências da legislação vigente, até que tivessem todos os requisitos cumpridos para se transformarem também em uma EMEI.

Embora o processo de transferência tenha ocorrido dois anos após o prazo estabelecido pela LDBEN de 9.394/1996, ele representou um marco significativo na história da Educação Infantil em Uberlândia. Essa mudança simbolizou o início de uma transformação fundamental: a inserção da Educação Infantil no campo das políticas educacionais.

Ainda que incluída, naquele momento, em um contexto predominantemente assistencialista, anterior à adequação às diretrizes da LDB, a instituição desempenhava um papel relevante na comunidade local ao oferecer um espaço educativo e seguro para crianças em situação de vulnerabilidade social. Além de garantir o acolhimento e a proteção das crianças, contribuía para que suas famílias, especialmente as mães, pudessem exercer atividades laborais com maior tranquilidade.

E é nesse cenário que se destaca a importância da estrutura física da referida instituição em suas diferentes fases, inicialmente como Creche Comunitária e, posteriormente, como UDI.

Contudo, a análise desse espaço, de suas condições, adequações e significados, permite compreender melhor os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo do tempo, especialmente na relação entre o ambiente físico e as práticas de cuidado e educação voltadas à infância, a qual veremos no próximo subcapítulo.

3.3 A estrutura física e a organização dos espaços

Buscou-se reconstruir parte da trajetória de uma instituição de Educação Infantil no município de Uberlândia, considerando o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, que

abrange o período de 1986 a 2002, a partir de sua materialidade. Para isso, com base nas categorias fundamentais de análise propostas por Magalhães (2005), selecionou-se os seguintes aspectos para investigação: origem, criação, instalação e estrutura física, incluindo a implantação e a organização dos espaços.

Nesta seção, enfatizou-se a análise da estrutura física da instituição, com o propósito de destacar o processo de organização dos espaços, ao longo do período investigado. Para tanto, propôs-se um breve retorno histórico, com o intuito de compreender como ocorreu a expansão das primeiras instituições de Educação Infantil no Brasil, bem como identificar as condições estruturais que marcaram essas experiências iniciais.

A constituição e a consolidação dessa instituição de Educação Infantil no município de Uberlândia devem ser compreendidas à luz de um contexto mais amplo de expansão da escolarização básica, marcado por iniciativas locais e pelo envolvimento de diferentes atores sociais. Conforme analisa Souza (2010), a criação de escolas públicas foi, muitas vezes, considerada um presente às classes menos favorecidas, o que revela a importância atribuída à educação pública como promotora de ascensão social e integração comunitária. Esse movimento de valorização da escola pública, ainda que não se dirigisse exclusivamente à Educação Infantil, contribui para a compreensão do lugar simbólico e político ocupado pelas instituições escolares no imaginário social e nas dinâmicas de desenvolvimento urbano local.

No início do século XX até a década de 1970, a expansão das instituições de Educação Infantil ocorreu de forma lenta e gradual. De acordo com Vieira (1988), nesse período, as exigências para a criação de uma creche eram bastante rigorosas. A instalação dessas instituições demandava estrito controle higiênico e a presença de uma equipe profissional composta por médicos puericultores, enfermeiras ou auxiliares de enfermagem qualificadas, assistentes sociais e atendentes capacitados nos cuidados com a higiene infantil. Ademais, o espaço físico precisava incluir lactários, salas de isolamento, áreas cobertas e descobertas, e havia prescrições sanitárias severas, como a realização de triagens diárias nas crianças, nas quais as mães eram questionadas sobre o estado de saúde de seus filhos.

Por outro lado, conforme Rosenberg (2003), com o passar das décadas, a Educação Infantil passou a ser incorporada às estratégias de desenvolvimento econômico e social propostas por organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), voltadas especialmente aos países considerados subdesenvolvidos. Essas orientações intentaram sugerir formas de expansão que implicavam menores custos, o que resultou na substituição das exigências rígidas anteriormente impostas por soluções mais simplificadas e improvisadas, tanto em relação à infraestrutura quanto ao quadro de profissionais. Nesse novo cenário, consolidou-

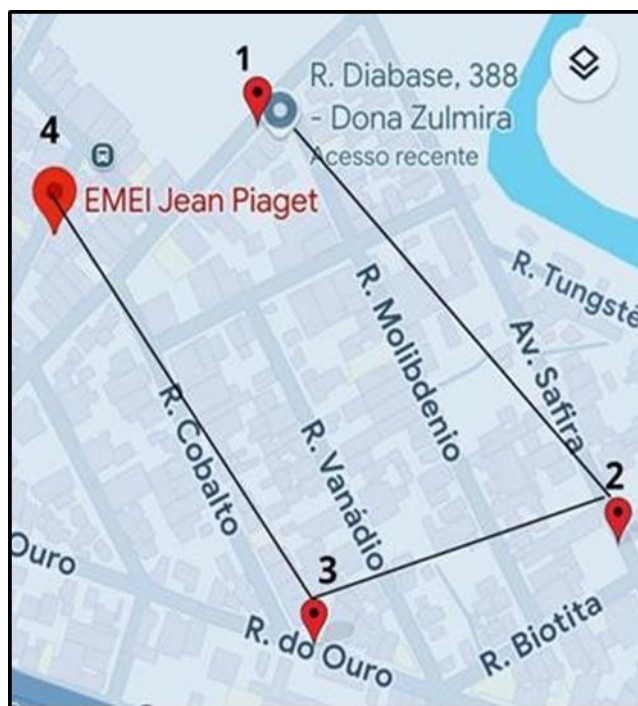
se o processo mais significativo de expansão das instituições de Educação Infantil no Brasil. Em âmbito nacional, a década de 1970 se destaca como um período marcante, quando diversas iniciativas governamentais começaram a ser implementadas, contribuindo para a definição do modelo de atendimento voltado às crianças de 0 a 6 anos (Kramer, 1987; Rosemberg, 2002; 2015; Kuhlmann Jr, 2000a).

Desafios foram enfrentados, nesta pesquisa, devido à ausência de documentos essenciais, especialmente relacionados à instalação e aos primeiros anos de funcionamento da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Dessa forma, recorreu-se às entrevistas como fonte oral e as fotografias como ferramenta metodológica para compor a narrativa apresentada. Essa abordagem possibilitou esclarecer aspectos da estrutura física da instituição e das práticas realizadas, permitindo o confronto com os documentos encontrados e com a legislação vigente sobre a Educação Infantil.

Conforme já mencionado, a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, antes de ser instalada em sede própria, funcionava em casas alugadas, situadas em áreas próximas umas das outras. Atualmente, a instituição está localizada na Rua dos Tamborins, endereço que, devido à reconfiguração da malha urbana do município, passou a integrar oficialmente o bairro Taiaman. Contudo, à época da instalação da creche nesse local, a região ainda era considerada parte do bairro Dona Zulmira.

O mapa que se segue, apresentado na Figura 6, é um recorte dos bairros Dona Zulmira e Taiaman, na cidade de Uberlândia/MG e ilustra o trajeto percorrido pela instituição de Educação Infantil até sua consolidação no endereço atual. O ponto inicial (apresentado em 1) localiza-se na Rua Diábase, onde funcionou a primeira sede da então Creche Comunitária. Em seguida, a instituição foi transferida para a Rua Safira (evidenciado em 2), depois para a Rua do Ouro (expresso em 3), até finalmente se estabelecer, em 1990, na Rua dos Tamboris (apontado em 4), onde permanece até os dias de hoje como a EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza:

Figura 6 – Recorte dos bairros Dona Zulmira e Taiaman na cidade de Uberlândia/MG



Fonte: Vide Google Maps, 2025 (recorte e edição feito pela pesquisadora)

As casas alugadas à época para o funcionamento da creche eram bastante simples, o que se justificava, em parte, pela dificuldade de encontrar imóveis com boa estrutura na região, naquele período. Em geral, tratava-se de construções de alvenaria, sem forro, com piso de vermelhão, e as áreas externas, em algumas casas, não eram cobertas e nem totalmente pavimentadas. Quando havia calçamento, este se limitava a cimento grosso, sendo grande parte do terreno composta por chão de terra batida.

A primeira casa, localizada na Rua Diábase, foi descrita pelos participantes como a mais inadequada para o funcionamento de uma creche. O imóvel contava com apenas quatro cômodos, bastante reduzidos: sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Embora a área externa fosse relativamente ampla, apenas uma pequena parte era cimentada e coberta, o que tornava o espaço inadequado para a realização de atividades com as crianças. Além disso, o terreno apresentava uma acentuada inclinação, o que dificultava ainda mais sua utilização. A seguir, apresenta-se o relato da participante P2, que trabalhou nesse local:

Tivemos que adaptar os berços dos bebês para caber no quarto, de tão pequeno que era o cômodo. Mandamos fazer os berços de madeira, e eles precisavam ser pequenos justamente para caber no espaço que tínhamos. Para conseguir abrir o berçário, organizamos vários eventos para arrecadar dinheiro e levantar recursos para ampliar o atendimento. Eu me lembro que o Zaire doou dois berços de madeira. Fizemos um festival de sorvete, um baile na quadra de cima, onde hoje funciona o Perfilados Reais, e outras coisas. Mas, no fim das contas, era só trabalho, e quase não dava dinheiro, porque todo mundo era pobre... (risos). (P2)

Após um ano de funcionamento na casa situada na Rua Diábase, a creche foi transferida para um novo imóvel, mais amplo e apropriado, localizado na Rua Safira. Essa mudança foi motivada pelas limitações estruturais do endereço anterior, que não atendia às exigências mínimas necessárias ao funcionamento de uma creche. O novo espaço destacava-se pelos cômodos mais amplos, incluindo três quartos, além de contar com uma varanda frontal e outra nos fundos, ambas com piso cimentado grosso. O quintal também era bastante espaçoso e arborizado, oferecendo melhores condições para as atividades ao ar livre.

A participante P2 recorda-se dessa mudança com entusiasmo: “Ah, lá na Safira foi bem melhor. A casa era grande e muito mais confortável, com cômodos grandes e três quartos. E tinha um quintalão enorme de terra... quando esses meninos iam pra lá, quase matava a gente de tanta sujeira!”.

Figura 7 – Ambiente doméstico e cotidiano da Creche



Fonte: Acervo particular da P2 (1987)

Compondo a Figura 7, na fotografia evidenciada, observa-se, à esquerda da imagem, uma parte da varanda situada nos fundos da construção. O grupo de crianças está posicionado na varanda localizada na parte frontal da casa. Ao fundo, vê-se o quintal, amplo e arborizado, em consonância com o relato da participante P2. Ademais, é possível identificar também, ao fundo do quintal, um varal com roupas estendidas, elemento que reforça o ambiente doméstico e cotidiano da creche.

Mesmo diante do entusiasmo da participante P2, sabe-se que a estrutura da casa da Rua Safira, mesmo que fosse mais confortável e ampla, ainda estava longe de ser o ideal, visto que, na infância, o espaço escolar ocupa lugar central na formação das primeiras noções de organização,

percepção e vivência do mundo. Conforme destacam Viñao Frago e Escolano (2001), a escola representou, logo após o ambiente doméstico, uma experiência fundamental tanto para a assimilação das primeiras referências espaciais quanto para a constituição do próprio esquema corporal do sujeito. Essa observação reforça a importância de ambientes planejados e apropriados, especialmente na educação infantil, etapa em que o espaço contribui significativamente para o desenvolvimento físico, afetivo e cognitivo das crianças.

No contexto da época, a casa localizada na Rua Safira foi considerada adequada para o funcionamento da creche. Entretanto, com a venda do imóvel pelo proprietário, a instituição foi transferida para um novo endereço, situado na Rua do Ouro. Essa residência integrava um conjunto de habitações populares e, embora possuísse três quartos, apresentava cômodos muito pequenos em relação à quantidade de crianças atendidas.

A participante P3, que trabalhou na creche nesse período, relatou:

Eu me lembro que a gente ganhava muitos brinquedos de doação, os que tinha eram, em sua maioria, doados [...]. Lá a gente atendia desde os bebês até os grandes que já iam pra escola. A procura por vagas era grande, mas não dava para atender todas as crianças, porque a casa era muito pequena, não cabia, os cômodos eram pequenos demais [...]. (P3)

A situação da casa situada na Rua do Ouro era bastante semelhante à da residência anteriormente utilizada na Rua Diábase, e a principal queixa registrada pelos participantes referia-se ao reduzido tamanho dos cômodos, o que tornava o espaço inadequado para o funcionamento da creche e dificultava o trabalho dos profissionais envolvidos.

Diante dessas dificuldades, a Prefeitura Municipal de Uberlândia providenciou uma sede própria para a creche, localizada na Rua dos Tamborins. Por sua vez, os participantes não souberam informar com precisão o tempo de permanência na casa da Rua do Ouro, mas tudo indica que tenha sido em torno de um ano e meio. Em setembro de 1990, a creche foi transferida para sua sede atual, conforme narrado pela participante P3, que participou diretamente da mudança: “Eu estava lá no dia da mudança, eu vim no caminhão de mudança junto com as crianças para a creche nova”.

Em seguida, compondo a Figura 8, apresenta-se um mapa do terreno da sede própria, que se apresenta grande, em formato triangular, destacado por linhas brancas. A área construída em branco corresponde, em parte, à área que inicialmente abrigava a creche e, posteriormente, tornou-se a UDI Dona Zulmira. As demais construções visíveis no terreno resultam da ampliação realizada durante a reforma concluída em 2008, que permitiu um aumento significativo no número de vagas ofertadas e que será discutido em uma outra oportunidade.

Figura 8 – Mapa do terreno da sede própria



Fonte: Imagem editada pela pesquisadora, retirada do aplicativo Google Earth (2025)

Considerando apenas a parte da construção em branco apresentada no recorte do mapa na Figura 8, é admissível concluir que o terreno era bastante amplo. No entanto, como não há acesso a documentos que contenham a planta baixa da instituição ou outros que retratam a estrutura inicial do prédio, não é possível afirmar com certeza que toda a área construída em branco correspondia à estrutura inicial da creche; sabe-se, contudo, que abrangia boa parte dela, uma vez que a edificação passou por diversas reformas ao longo do tempo. Na parte dos fundos do terreno, havia uma área de chão batido, onde foi cultivada uma horta de consideráveis proporções. Na parte frontal, onde o terreno se afunilava, localizava-se um parquinho de grande extensão, gramado, com algumas árvores e um tanque de areia.

A participante P6, que atuou na instituição entre 1991 e 1995, relata a sua percepção em relação à estrutura da creche, naquele contexto:

Pra mim era uma casa que foi alugada pela associação de moradores, por intermédio da prefeitura. Depois, com o decorrer do tempo, a prefeitura municipalizou a creche, adquirindo o prédio pra ela. Antes era uma casa alugada, com vários cômodos. Três quartos, sala, cozinha, uma varanda e um fundo que tinha algumas plantações de verduras e legumes. Ali tirava daquela plantação pra fazer as refeições das crianças. E fora o que vinha da prefeitura para ajudar com a alimentação junto. (P6)

Relato bem semelhante ao da participante P7, que ingressou na instituição em 1995 e saiu em 2009:

Quando eu entrei, em 1995, a impressão que eu tive é que era uma casa, mas assim, uma casa maior que foi transformada em escola. Eu não conhecia o prédio antes, como que foi construída. Não me lembro os detalhes ali, mas era mais o formato de uma casa com alguns quartos. E foi adaptada ali, um refeitório maior, uma sala grande ali que a gente chamava de refeitório. (P7)

Em 1995, a administração da instituição deixou de ser responsabilidade da Ambazu e passou a ser de competência do município, tornando-se uma unidade mantida pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e denominada UDI do bairro Dona Zulmira. Entretanto, sua oficialização ocorreu apenas em 1998, após a conclusão de uma reforma.

Com a realização da reforma, diversas melhorias foram realizadas no espaço, como pintura, pavimentação, construção do muro de tijolos que dá acesso à rua, entre outras intervenções. Embora não tenha sido possível confirmar com precisão todos os detalhes, devido ao tempo decorrido e à limitação das recordações dos participantes, tudo indica que, nessa reforma, foi instalado o forro de madeira no teto em alguns dos cômodos da unidade.

Dessa maneira, como toda reforma implica em transtornos e adaptações, a ex-coordenadora responsável pela obra na época fez questão de registrar esse processo de transformação do espaço por meio de fotografias, conforme os registros evidenciados na Figura 9, que se segue:

Figura 9 – Processo durante a reforma de 1998: improvisos com materiais de construção no refeitório (1998)



Fonte: Acervo EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (1998)

As imagens expressas na Figura 9 retratam, então, o refeitório da creche durante o período de reforma, demonstrando uma situação de improviso para manter ativas as atividades com as crianças. Ao fundo, aparecem pilhas de materiais de construção (provavelmente cimento

ou areia ensacados), o que confirma que as obras estavam em andamento simultaneamente ao funcionamento da instituição. As inscrições manuscritas expressas nas fotografias, “improviso durante a reforma” e “valeu a pena...”, sugerem uma narrativa de superação: apesar das condições difíceis, houve perseverança e dedicação para garantir o atendimento às crianças e, posteriormente, uma melhoria foi alcançada.

Além da reforma, outro aspecto que merece destaque é a horta da instituição, que foi mencionada por boa parte dos participantes, destacando o cuidado dedicado por aqueles que a mantinham e relembrando sua aparência sempre bonita e bem cuidada. Mesmo com a reforma, foi possível preservar a horta, e, pelo fato de a área ser muito grande, não houve a necessidade de pavimentar todo o terreno. Em seguida, eis a fotografia da horta, exibida na Figura 10:

Figura 10 – Horta institucional (s.d., anterior a 1998)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2025)

Consoante os depoimentos dos participantes, a horta esteve presente na instituição por alguns anos, desempenhando um papel fundamental na instituição, e para além de fornecer alimentos para as próprias crianças, também beneficiava suas famílias.

Ao que se segue, apresenta-se, na Figura 11, um registro fotográfico que evidencia os novos elementos incorporados no estabelecimento, após a reforma:

Figura 11 – Momento festivo - Festa de Natal (1999)



Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Na Figura 11, a fotografia retrata as famílias compartilhando um café da manhã oferecido pela escola em comemoração à festa de Natal. Como o refeitório da escola era insuficiente para acomodar todas as pessoas presentes na ocasião, o evento foi realizado na área externa, recém-reformada. Nessa imagem, é possível observar a pavimentação em cimento no espaço anteriormente gramado e destinado ao lazer e ao banho de sol das crianças.

É sabido que o refeitório da instituição, embora não se caracterizasse por um espaço particularmente amplo, atendia de forma adequada às necessidades das crianças durante as refeições e em outros eventos. Contudo, por ser o único espaço disponível no ambiente, era utilizado de maneira multifuncional, conforme registro apresentado na Figura 12. Em razão da ausência de uma sala de convivência e de uma secretaria, era comum que os servidores realizassem suas refeições e atividades de planejamento nesse mesmo local. Além de ser destinado às refeições das crianças, o refeitório também abrigava reuniões de pais, comemorações festivas, refeições dos funcionários, atividades de planejamento pedagógico, cursos de formação continuada, reuniões administrativas e pedagógicas, bem como a confecção de materiais decorativos pelas auxiliares de creche, entre outras atividades. Essa diversidade de usos resultava da falta de um espaço próprio de convivência para os funcionários.

Figura 12 – O refeitório da instituição utilizado de maneira multifuncional



Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2000)

A UDI do bairro Dona Zulmira atendia crianças de 0 a 6 anos (com algumas exceções para crianças de 7¹³ anos) em período integral. Havia, no entanto, exceções para as crianças em idade pré-escolar que frequentavam a instituição apenas em meio período, conforme relata a participante P8: “Tinha três salas. Só que eram divididas ao meio, né. Tinha a sala do berçário, a sala do agrupamento 1 e 2, em que ficavam as crianças de dois e três anos, e a sala do agrupamento 3, que acolhiam crianças maiores, de 3 anos em diante até os 7 anos, ficavam tudo misturados”.

Ao ser questionada sobre o tamanho da sala, a participante P8 esclarece que:

A sala do berçário era a mais pequena da Udi naquele momento, lá a capacidade era para cinco bebês, mas a gente atendia 9. Agora, as outras duas salas eram divididas ao meio, com um grupo de um lado e outro grupo de outro, e também estavam todas cheias, passava do limite. A sala do agrupamento de crianças de 1 e 2 anos era um pouco maior que a sala do berçário, eu não tenho muita certeza porque eu não ficava nessa sala, mas eu creio que era umas 12 crianças, agora a sala do agrupamento 3, que acolhia as crianças de 3 anos em diante até as crianças que já frequentavam a escola, de até 7 anos, era bem maior, a maior que tinha na escola, cabia muitas crianças, em torno de 25 crianças. (P8)

Com o intuito de otimizar o uso do espaço físico, algumas salas eram divididas ao meio por estantes, possibilitando a acomodação de dois grupos distintos de crianças, organizados por

¹³ Devido ao calendário de matrícula para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental, que, naquela época, se iniciava aos 7 anos, era comum ver a permanência de algumas crianças com essa idade na instituição.

faixa etária, conforme pode-se verificar na fala da participante P8: “Tinha que dividir a sala ao meio, eles colocavam a estante de madeira no meio para separar pela idade das crianças” (P8).

A organização dos alunos, de acordo com o que também pode ser observado na fotografia que compõe a Figura 14 adiante, era realizada conforme a faixa etária, distribuída em agrupamentos: berçário, que acolhia crianças de 3 meses a 1 ano e 6 meses; 1º agrupamento, destinado a crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos; 2º agrupamento, que incluía crianças de 3 a 4 anos; 3º e 4º agrupamentos, voltados a crianças de 5 a 7 anos. Esses quatro agrupamentos eram divididos em 3 salas de aula, segundo já relatado pela participante P8.

O documento *Levantamento das crianças atendidas na creche* (1999), apreciável, adiante, na Figura 13, assinado pela então administradora Danuza Franco Marques, refere-se ao período de 15 de setembro a 15 de outubro do ano de 1999 e se configura em duas tabelas, sendo que a primeira exibe o quantitativo de auxiliares de creche ali existentes, tanto quanto a faixa etária, o número de crianças, o nome do agrupamento, as crianças que frequentam também a escola e a quantidade de famílias atendidas.

No que concerne ao segundo registro neste documento à Figura 13, ele manifesta informações sobre a demanda referente à faixa etária e ao número de crianças. Por sua vez, o total ali apresentado surpreende ao mostrar o expressivo número de 162 crianças: especificando, a instituição atendeu, nesse período, 67 crianças, porém a sua demanda era para o atendimento de mais que o dobro dessa quantidade, bem mais do que a instituição poderia comportar. Em seguida, o documento traz, no item “observações”, um manuscrito feito pela administradora acerca de um conjunto de reclamações, possivelmente dos pais, pela demora, sobretudo, na disponibilidade de vagas disponíveis para a pré-escola.

A seguir, finalmente, exibe-se a Figura 13, contendo as informações necessárias para o entendimento quanto ao levantamento do número de crianças atendidas e sobre a demanda encontrada no estabelecimento, à época, aqui percorridas:

Figura 13 – Levantamento sobre quantitativo de crianças atendidas na creche em 1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PERÍODO: 15 de Setembro, à 15 de Outubro do ano de 1999.

EQUIPAMENTO SOCIAL: Unidade Alameda Zumbino

ENDEREÇO: Rua dos Tamborins nº 75

ADMINISTRADOR: Almeida Gomes Marques

COORDENADOR: Almeida

FONE DO EQUIPAMENTO: 3382459 FONE ADMIN/COORD: _____

LEVANTAMENTO DE CRIANÇAS ATENDIDAS EM CRECHES

Nº AUXILIAR	FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	NOME DO GRUPO	CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A ESCOLA	
				MANHÃ	TARDE
3	3m a 1ano e 6m	7	BORG		
2	1ano 7m a 3 anos	40	1º		
2	3 anos a 4 anos	19	2º		
2	5 anos a 7 anos	31	3º, 4º		
9	TOTAL GERAL	67		27	4

NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS: 56

DEMANDA

FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS
3m a 1ano e 6m	22
1ano 7m a 3anos	39
3anos a 4 anos	38
5anos a 7 anos	63
TOTAL GERAL	162

8 = 31

162
- 80
82

OBSERVAÇÕES: Estão reclamando da demanda das vagas e muita pressão para a praça de crianças de 4, 5 e 6 anos

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

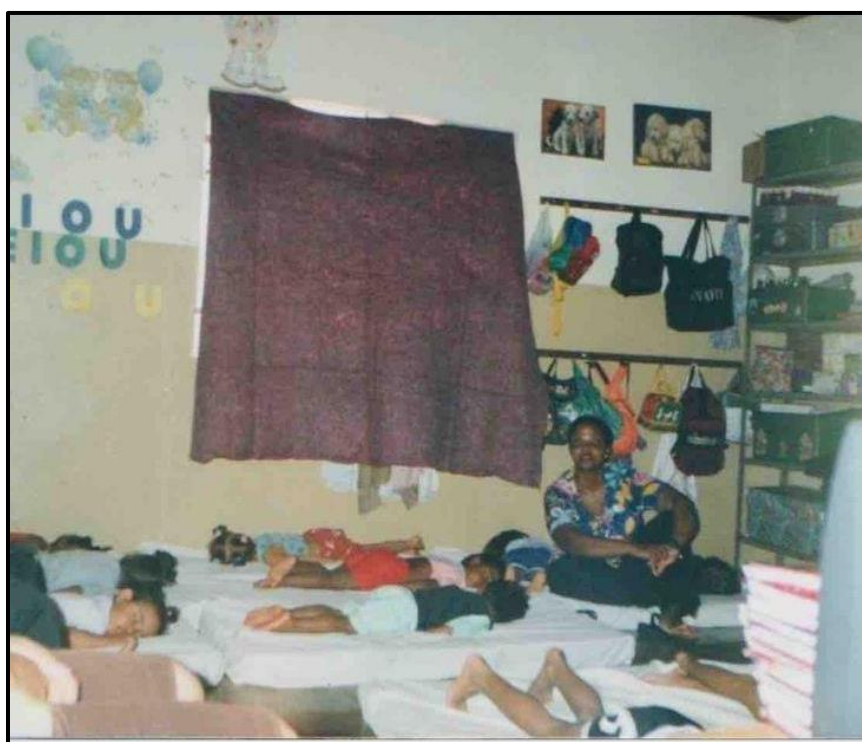
Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Por meio do Anexo J pode-se visualizar outras formas de solicitação de vagas – entre elas, ofícios da Câmara Municipal assinados por vereadores –, especialmente para crianças da comunidade local. Ademais, no Anexo K, constatou-se que era comum a instituição receber encaminhamentos do Juizado de Menores.

De modo geral, as salas de aula eram adaptadas para atender a múltiplas funções, às vezes com algumas improvisações, como a realização de atividades pedagógicas, momentos de descanso e, no caso de turmas como o berçário, também a alimentação. A decoração era

simples, quase sempre com desenhos infantis, composta por uma estante para a organização de materiais escolares e brinquedos, ganchos fixados nas paredes para a acomodação das mochilas, além de berços de madeira ou colchonetes empilhados em um dos cantos da sala, como é perceptível notar na fotografia vinculada à Figura 14, que se segue. Na maioria das salas, para possibilitar a divisão do grupo em dois espaços distintos, utilizou-se a própria estante, posicionada estrategicamente no centro da sala. Essas adaptações tornavam o ambiente mais funcional, possibilitando o atendimento às diferentes faixas etárias presentes na instituição, mesmo que às vezes de forma precária.

Figura 14 – Salas de aula adaptadas para atender múltiplas funções



Fonte: Arquivo privado P8 (s.d.)

Sendo assim, o registro fotográfico evidenciado na Figura 14 revela os momentos de descanso das crianças, uma cena que, apesar dos anos, pouco difere da realidade atual em muitas instituições de Educação Infantil. Observa-se que a sala de aula, com espaço reduzido, precisou ser adaptada para acomodar todos os colchonetes diretamente no chão, deixando as crianças muito próximas umas das outras. Com isso, a falta de espaço adequado limita a circulação das educadoras infantis, dificultando o deslocamento e tornando o ambiente mais suscetível a acidentes, como quedas ou tropeços, entre os colchonetes.

Na Educação Infantil, o espaço escolar não se limita à função de acolher as crianças na hora do repouso ou abrigar atividades pedagógicas, mas desempenha papel ativo na constituição

da experiência educativa das crianças. Como defendem Viñao Frago e Escolano (2001), o espaço-escola deve ser compreendido como um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, atuando como uma fonte de experiência e aprendizagem na infância. Essa compreensão é essencial quando se considera que as crianças pequenas aprendem por meio do corpo, do movimento, da exploração sensorial e da interação com os objetos e ambientes que as cercam.

A arquitetura escolar, portanto, deixa de ser neutra ou meramente funcional: ela pode ser considerada, inclusive, como uma forma silenciosa de ensino, pois organiza não apenas a circulação dos corpos, mas também os modos de ver, sentir e aprender. Para além de sua função material, a arquitetura escolar é um discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, expressando marcos simbólicos e educativos que moldam a subjetividade dos sujeitos desde a primeira infância (Viñao Frago; Escolano 2001).

Dessa forma, a estrutura física de uma instituição de Educação Infantil deve ser concebida com intencionalidade e sensibilidade, reconhecendo sua influência direta na conformação das práticas pedagógicas, nas interações sociais e nas experiências sensoriais e afetivas das crianças. Entretanto, essa não foi a realidade observada na instituição que constitui o objeto deste estudo. Ao contrário do que preconizam os princípios da arquitetura educativa, identifica-se ali um cenário marcado pelo imprevisto e pela ausência de um planejamento que considerasse as necessidades específicas da primeira infância.

Outrossim, grande parte da mobília era feita de madeira, como berços, mesas e cadeiras infantis, mas havia poucos móveis destinados aos adultos, que precisavam se adaptar aos assentos infantis. A ausência de uma sala de convivência para os servidores reforça essa situação, demonstrando que, mesmo após uma grande reforma, o poder público municipal não se preocupou em assegurar o bem-estar dos profissionais que atuam na instituição. Ainda assim, é importante reconhecer os esforços dos trabalhadores em garantir o cuidado e o acolhimento das crianças, mesmo diante de condições tão adversas.

Funari e Zarankin (2005) também destacam que a arquitetura, enquanto parte da cultura material escolar, constitui uma dimensão essencial das práticas educativas e das relações de poder que estruturam o cotidiano das instituições. Assim, no contexto da Educação Infantil, pensar a arquitetura é também pensar em como o espaço educa, acolhe e organiza o tempo, as experiências e os vínculos estabelecidos entre crianças, educadores e comunidade.

Figura 15 – Parque com atividades ao ar livre



Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (1998)

O parque, registrado na fotografia exibida na Figura 15, era uma alternativa essencial para atividades ao ar livre. Localizado na parte mais estreita do terreno triangular da instituição, ele era cercado por gramado e árvores, oferecendo um ambiente agradável e sombreado, além de contar com uma parte pavimentada.

Devido à inclinação do terreno, existia uma pequena escadaria que dava acesso ao parque. O espaço contava ainda com gangorras, balanços e uma área delimitada onde ficava o escorregador, proporcionando diversas possibilidades de brincadeiras para as crianças. Para além de sua função recreativa, o parque também era utilizado de diferentes maneiras, servindo como local de descanso para os funcionários, para atividades com as crianças na parte pavimentada, como ponto de encontro para reuniões e, inclusive, como espaço de convivência.

Em algum momento, entre os anos de 1998 e 1999, de acordo com a participante P8, a instituição passou por uma nova reforma¹⁴, embora não existam registros sobre o ano exato ou sobre a extensão das obras realizadas. A principal modificação dessa intervenção foi a transformação da antiga varanda, onde estavam instaladas as placas de identificação patrimonial

¹⁴ Houve também a troca de salas entre o berçário e os agrupamentos 1 e 2, uma vez que o espaço destinado aos bebês era pequeno para a demanda, comportando apenas 5 bebês, já que os berços ocupavam grande parte da área. Com a mudança, foram realizadas adequações na nova sala do berçário, incluindo a instalação de duas cubas e bancadas para o banho dos bebês. Desta forma, foi possível atender em torno de 16 crianças, afirma a participante P8, porém ela não soube precisar o ano em que essa mudança ocorreu.

da instituição, em uma pequena sala, mantendo-se apenas um curto espaço residual da varanda que dava acesso à entrada principal da instituição. A nova sala foi criada como um espaço para atender à demanda da unidade, sendo utilizada, segundo a participante P8, primeiramente como sala de massagem para os bebês, depois como biblioteca e possivelmente até como uma sala de aula.

De acordo com a ex-coordenadora da instituição, a unidade cedeu uma sala de aula¹⁵ para atender à demanda da Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento, situada no quarteirão ao lado, sendo necessário apenas atravessar a rua para acessá-la. A abertura dessa sala ocorreu em virtude da necessidade de vagas da pré-escola, que era a principal reivindicação da comunidade escolar, conforme relata a participante P9:

A gente tinha uma sala em anexo lá, que eu não vou saber me expressar como era muito bem o seu funcionamento, era uma sala em anexo daquela Escola Municipal Guarda Antônio, sabe? Eles mandavam pra nós uma professora, e a gente tinha um meio período de aula no prézinho, que funcionava na salinha onde era a biblioteca. Aí eles mandavam a professora e mandavam lanche para as crianças. Quando eu cheguei lá, em 2001, já tinha essa turminha lá. (P9)

De modo semelhante, a participante P8 discorreu a respeito de uma turma da pré-escola anexa à instituição, pertencente à Escola Municipal Guarda Antônio do Nascimento, local onde, na ocasião, chegou a matricular seu filho. No entanto, consoante seu relato, o atendimento ocorria de forma bastante precária: a sala estava lotada e a professora era responsável por atender crianças de diferentes faixas etárias, sendo necessário dividir o espaço e adaptar o ensino conforme as suas idades. Diante dessa situação, ela optou por retirar o filho da unidade, matriculando-o apenas posteriormente, quando ingressou no “prézinho”, que se refere hoje ao primeiro ano do Ensino Fundamental. Sendo assim, diante das condições precárias da instituição, a funcionária, ciente da necessidade de melhorias, decidiu tirar o seu filho da instituição, consciente das necessárias mudanças para o atingimento da qualidade do ensino e bem-estar das crianças.

Nas fotografias a seguir, contidas nas Figuras 16 e 17, é possível observar o prédio interno, com as reformas realizadas anteriormente e a fachada principal da instituição, contendo o nome UDI Dona Zulmira. Porém, não foram encontrados registros ou imagens da instalação original da instituição anteriores a esse período. Embora as fotos não possuam data, tudo indica que foram capturadas antes da reforma realizada em 2008.

¹⁵ Não há registros formais sobre o início e término de funcionamento dessa sala na instituição.

Figura 16 – Fachada principal da UDI Dona Zulmira



Fonte: Arquivo EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (s.d., anterior a 2008)

Figura 17 – Frente da UDI Dona Zulmira



Fonte: Arquivo EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (s.d., anterior a 2008)

Dessa maneira, foi plausível acompanhar, na medida do possível, a evolução da estrutura física da instituição que, em seus primeiros anos de funcionamento, operava de maneira precária, em residências alugadas e com recursos bastante limitados. Com a municipalização, a unidade passou a dispor de um prédio próprio, mais amplo e seguro para o acolhimento das crianças. No entanto, mesmo diante desta importante conquista, ainda persistiram os desafios, como a improvisação de sala de aula, a insuficiência de espaço e mobiliário inadequado para os profissionais da educação, a escassez de salas de aula, dentre

outros imprevistos, dificultando o atendimento pleno à demanda da comunidade local. Diante dessas limitações, observa-se um descaso do poder público municipal em se adequar às legislações vigentes que regulamentam a Educação Infantil, com vistas à melhoria das condições estruturais, de cuidado e das práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade.

Desta feita, a análise da estrutura física da instituição mostra-se fundamental para a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo, assim como para a identificação dos sujeitos que fizeram e ainda fazem parte de sua trajetória. Nesse contexto, tem início o terceiro capítulo desta pesquisa cujo propósito é apresentar os profissionais e demais envolvidos no cotidiano escolar, suas práticas educativas e os eventos organizados pela unidade. Por meio dessa abordagem, pretende-se destacar momentos significativos de interação entre a instituição e a comunidade, revelando os sentidos atribuídos à experiência escolar por aqueles que dela participaram.

4 SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Esta seção tem como objetivo apresentar os sujeitos da instituição, como a comunidade local, as crianças atendidas e as famílias, administradores/coordenadores e auxiliares de creche, bem como as práticas educativas realizadas e a organização interna da instituição, em caráter hierárquico, tanto quanto os eventos praticados pela instituição educativa.

4.1 Sujeitos da instituição

Com o intuito de compreender os sujeitos que compõem a instituição, é fundamental analisá-la a partir da noção de lugar no sentido certauniano, entendido como “a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” (Certeau, 2012, p. 184). Isto posto, a trajetória desta instituição de Educação Infantil do município de Uberlândia/MG iniciou-se na década de 1980, quando começou a funcionar como uma Creche Comunitária no então denominado bairro Dona Zulmira, localizado na zona oeste da cidade.

Essa perspectiva remete à concepção de espaço como algo dinâmico, continuamente construído e ressignificado pelas práticas sociais e pelas interações dos sujeitos. Assim, os sujeitos da instituição não podem ser dissociados do bairro e da comunidade que os envolvem, pois ambos configuram-se mutuamente por meio das relações cotidianas que ali se estabelecem.

No que se refere à origem do nome do bairro Dona Zulmira, as informações disponíveis são escassas. De acordo com registros de história local, o bairro recebeu essa denominação em homenagem à esposa de Luizote de Freitas, proprietário das terras onde a localidade foi implantada, responsável pela doação dos lotes que deram origem ao bairro. Todavia, não foram localizados registros mais detalhados sobre a trajetória pessoal de Dona Zulmira, o que evidencia a limitada documentação histórica acerca de sua biografia. Ainda assim, a atribuição de seu nome ao bairro constitui uma forma de preservação da memória local e da história fundiária do município de Uberlândia.

De acordo com Moura e Soares (2010), o bairro Dona Zulmira, loteado em 1954 pela Imobiliária Freitas, reflete a segregação socioespacial em Uberlândia. Enquanto áreas centrais eram destinadas às elites, os bairros periféricos com pouca infraestrutura, como o Dona Zulmira, abrigavam populações de menor renda, ampliando desigualdades sociais. Esse

processo foi impulsionado pela especulação imobiliária, que priorizou o lucro em vez de um planejamento urbano inclusivo.

Dessa maneira, volta-se no tempo, por meio do trabalho de Lima (1988), que esclarece como era o bairro na época da criação da Creche Comunitária. Segundo a autora, o bairro Dona Zulmira é um dos mais antigos e afastados de Uberlândia, sendo atravessado pela BR-365, que o dividia em duas partes: a parte alta, à esquerda da rodovia, e a parte baixa, à direita. Essa divisão não é apenas geográfica, mas também social, pois os moradores das duas regiões mantinham uma certa rivalidade, dificultando a coesão do bairro. No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a parte baixa do bairro concentrava a maior parte da população devido à presença de um frigorífico, que atraía trabalhadores para essa área. Sendo assim, os primeiros equipamentos públicos foram destinados a essa região, como o pré-escolar e a creche.

Com o tempo, novas explicações surgiram para essa rivalidade, associando essa diferença a interesses políticos. De acordo com os estudos de Lima (1988), relata-se que os moradores afirmavam que o ex-prefeito Virgílio Galassi possuía terrenos próximos à parte alta do bairro e que a falta de investimentos nessa área teria sido motivada por rivalidades políticas, já que melhorias beneficiariam indiretamente a sua propriedade. Entretanto, essa configuração transformou-se a partir da expansão do conjunto habitacional Luizote de Freitas, que utiliza, até nos dias de hoje, a parte alta do bairro Dona Zulmira como uma de suas principais vias de acesso. Com isso, causando o aumento do tráfego de veículos e a chegada de novos moradores impulsionando o crescimento do comércio e valorizando consideravelmente a infraestrutura dessa região.

A área em que se localiza a instituição é a parte baixa do bairro Dona Zulmira (hoje denominado bairro Taiaman), de acordo com o que foi relatado pela maioria dos participantes desta pesquisa-análise, espaço físico este que, apesar de ter recebido os principais equipamentos públicos, foi, historicamente, a área mais prejudicada em seu desenvolvimento, marcada pela falta de infraestrutura e investimentos públicos voltados para o crescimento da região. Ainda hoje é possível observar a escassez de estabelecimentos comerciais e espaços culturais e de lazer, além da persistência de ruas sem pavimentação, terrenos baldios e abandonados, acumulando lixo e mato alto, sobretudo em terrenos localizados próximos ao rio. Neste contexto, portanto, as reivindicações da Ambazu eram muitas e diversas, segundo demonstra a reportagem jornalística que entrevistou a participante P5, ex-presidente da entidade, expressa na Figura 18, que se segue:

Figura 18 – Jornal Dozutai (1996)



Fonte: Acervo particular da participante P5.

Sendo assim, na Figura 18, observa-se um exemplar do Jornal Dozutai, Ano I, nº 01, referente ao período de fevereiro de 1996. Trata-se de um informativo destinado à divulgação de notícias e demandas relacionadas aos bairros Dona Zulmira e Taiaman. Conforme corrobora a manchete: “Moradores dos bairros Dona Zulmira e Taiaman clamam por melhores condições de vida”, destacando a atenção em questões sociais e comunitárias e evidenciando reivindicações da população local sobre infraestrutura, serviços públicos e qualidade de vida.

Neste aspecto, a participante P5 colabora com a discussão ao revelar a precariedade do bairro:

O mais desafiador pra mim enquanto estive na presidência da associação foi conseguir a ajuda das pessoas. Era muito difícil, não era fácil conseguir alguma arrecadação para as crianças da creche. Mesmo vindo da prefeitura, a gente queria oferecer algo mais para elas, um brinquedo, um presente, fazer algo diferente pra elas. Mas as famílias não tinham condições, era um bairro muito precário, as pessoas eram muito pobres, de fazer dó. (P5)

Neste sentido, a atuação das associações de moradores em Uberlândia, naquela época, colocava em destaque os impactos do desenvolvimento capitalista, que concentrava benefícios em determinados grupos enquanto acentua a vulnerabilidade social nos bairros periféricos. No caso da Ambazu, a pauperização da maioria dos moradores direcionou suas principais reivindicações para melhorias de caráter econômico.

Assim, diante da crescente necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, ainda que funcionando de forma precária, desempenhou um papel fundamental no apoio às famílias carentes da comunidade. De fato, a

situação era tão escassa que, de acordo com o relato da participante P2: “As mães colocavam os filhos ali para comer”.

O documento mais antigo encontrado e que versa sobre o bairro é o PPP da EMEI Jean Piaget (2003), o qual elucida algumas informações a respeito da comunidade:

A Unidade está localizada em bairro residencial, onde funcionam também a Escola Estadual Jerônimo Arantes e a Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento, ambas de Ensino Fundamental. É um bairro com pessoas de nível socioeconômico médio baixo. As prioridades da comunidade do bairro Dona Zulmira, no momento, são a ampliação da nossa Unidade e a ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil para o bairro Dona Zulmira, pois a demanda é reprimida. Há necessidade de construção de áreas destinadas ao lazer. (PPP da EMEI Jean Piaget, 2003, p. 12)

Conforme anuído no texto, é possível constatar que a comunidade era formada por grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica e que a prioridade, naquele momento, era a ampliação da instituição. Destaca-se, ainda, a ausência de espaços destinados ao lazer na comunidade, fato que ainda não se resolveu, pois, de acordo com o PPP mais recente da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2022), as características da comunidade continuam semelhantes. Este documento expõe que a referida comunidade está situada em um bairro residencial com alguns pontos comerciais, que as construções dos imóveis são de alvenaria e que a população é constituída, em sua maioria, de assalariados, com renda média baixa. Cita, ainda, que o bairro em que a escola se localiza não dispõe de opções de lazer e cultura, visto não possuir quadras, bibliotecas, cinemas ou parques, tampouco espaços públicos adequados e seguros para práticas desportivas, culturais ou de lazer.

Em relação à comunidade local e às crianças atendidas na instituição daquela época, os participantes referem-se a eles como “pobres e carentes”. Kramer (1992) colabora para a compreensão do que seja a criança carente:

[...] as crianças das classes sociais dominadas economicamente desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa renda são consideradas como ‘carentes’, ‘deficientes’, ‘inferiores’ na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido. Faltariam a estas crianças, ‘privadas culturalmente’, determinados atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser nela incutidos. (Kramer, 1992, p. 24).

Apesar das dificuldades enfrentadas pela maior parte das crianças atendidas na instituição, os participantes da pesquisa relataram o quanto elas eram participativas e alegres e que se sentiam muito bem no ambiente. A seguir, compondo a Figura 19, eis uma fotografia das crianças acolhidas na UDI do bairro Dona Zulmira, em 1998:

Figura 19 – Crianças da UDI do bairro Dona Zulmira (1998)



Fonte: Arquivo da Emei Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

No que se refere ao perfil étnico-racial das crianças atendidas, ainda que não tenham sido encontrados registros documentais que explicitassem tais informações, a análise do acervo fotográfico permite inferir que boa parte das crianças era composta por indivíduos pardos e negros, destacando a presença de diversidade étnico-racial no ambiente escolar. Esse aspecto é fundamental para compreender o contexto social em que essas crianças estavam inseridas e a quem o atendimento assistencial era destinado.

Consoante o relato da participante P9, naquele momento a UDI do bairro Dona Zulmira recebia diversas crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar, muitas delas vítimas de maus-tratos e em condições precárias de higiene. Algumas chegavam infestadas de piolhos e com comportamentos agressivos, reflexo das violências que sofriam. Frete a essa realidade, as reuniões da instituição frequentemente abordavam o bem-estar das crianças, com ênfase na necessidade de cuidados básicos e higiene. Em muitos casos, ao chegarem à creche, determinadas crianças precisavam ser imediatamente banhadas antes de participarem das atividades. Essas discussões eram recorrentes, pois a equipe enfrentava desafios diários para garantir um ambiente acolhedor e seguro para todas.

A ex-coordenadora da instituição, identificada nesta pesquisa como participante P9, destaca ainda a realização frequente de reuniões com a equipe e a família, todavia, ressalta a baixa participação e o receio dos responsáveis em se expressarem, possivelmente devido à falta de escolarização ou insegurança em contextos formais. Assim ela evidencia esses desafios:

Eu sempre fazia reunião com a equipe e com os pais. A formação era pouca, a gente chamava os pais pra reunião, eles não queriam ir porque eles tinham vergonha de falar. Então, assim, eles ficavam caladinhos no canto. A gente gostava de puxar a conversa

com eles. Pra gente fazer a reunião direito, né? Pra poder falar das crianças e horários. Essas coisas que a gente fazia direto. Mas era difícil. (P9)

A participante P9 destaca também que, embora a comunidade estivesse situada em uma região periférica, havia uma relação de convivência harmoniosa com os moradores: “Eles nos recebiam de maneira acolhedora, reconhecendo a relevância do nosso trabalho. Tratava-se de indivíduos de origem humilde e trabalhadores” (P9). Ela também salientou que a comunidade se fazia presente sobretudo em ocasiões festivas, porém, quando se tratava de reuniões de pais para tratar de assuntos relacionados a crianças e ao regimento interno da instituição, o número de presentes caía bastante.

Por meio da Figura 20, que se segue, visualiza-se, na fotografia apresentada, o registro de uma festa oficializando o momento de reinauguração da UDI do bairro Dona Zulmira, após a conclusão de uma reforma.

Figura 20 – Momento de descerramento de placa após a reforma, em 1998



Fonte: Arquivo da EMEI Jean Piaget (2024)

As administradoras/coordenadoras da UDI ocupavam cargos de confiança, cuja nomeação variava em consonância com a troca de prefeitos. Geralmente, eram lotadas na SMTAS, entretanto não necessariamente eram assistentes sociais, como, por exemplo, a participante P9, que tem a sua formação em Biologia e esteve à frente da administração nos anos 2001 a 2004. Prestavam contas por meio de relatórios que contemplam diversos aspectos da instituição, com pontos positivos e negativos especialmente acerca do funcionamento e do trabalho pedagógico da instituição, sendo essas informações discutidas com a chefia imediata, usualmente uma representante da SMTAS, frequentemente assistente social, responsável por orientar o trabalho.

Essas representantes visitavam a escola com frequência para o acompanhamento das atividades e ofereciam cursos para os administradores. Segundo afirma a participante P9, suas atribuições incluíam:

Coordenar a equipe que era formada pela sua maioria pelas auxiliares de creche, tinha também as merendeiras, as faxineiras e os vigias. Eu cuidava também dos bens móveis e imóveis, a parte pedagógica, área da alimentação, relação com as famílias, dentre outros assuntos. A gente fazia mesmo, porque não tinha muita coisa que a gente fazia além disso. (P9)

No que se refere aos auxiliares de creche que atuaram na instituição durante o processo de transição de creche comunitária para UDI do bairro Dona Zulmira, observou-se uma significativa rotatividade de funcionários, os quais apresentavam formações diversificadas ou, em alguns casos, ausência de formação específica. De acordo com a participante P3, a gestão feita pela Ambazu contratava funcionários sem exigência formal de qualificação, priorizando o vínculo comunitário e o afeto pelas crianças: “A associação é que dava oportunidade pra gente trabalhar na creche, eles não pediam diploma, mas tinha que ser conhecido deles e tinha que gostar muito das crianças, eles cobravam só o amor” (P3).

Nesse sentido, colaborando com a discussão, Rosemberg (1994, p. 53) atesta que:

No Brasil, a formação educacional e profissional da trabalhadora em Educação Infantil, principalmente das que atuam em Creche, inexistente como habilitação profissional e é insuficiente. Alguns diagnósticos que foram realizados em capitais de estados assinalam, ainda, o expressivo número de profissionais que não terminaram, ao menos, a escolaridade de 1º grau.

Consoante Carrijo (2005), durante a gestão de Paulo Ferolla (1993-1996), a SMTAS assumiu 29 das 54 creches existentes, incluindo a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira. Esse processo aconteceu no âmbito da municipalização iniciada em 1993 e concluída em 1994, resultando na designação dessas unidades como Unidade de Desenvolvimento Infantil (UDI). Esse foi o primeiro ato do município no sentido de assumir oficialmente a gestão das creches, alinhando-se aos preceitos da Constituição de 1988. Nesse aspecto, houve um concurso público para contratação de funcionários concursados, face o discurso do participante P7:

Entrei na escola através do concurso público, tomei posse no final de 1994 como auxiliar de creche pela Secretaria de Ação Social, mas iniciei na escola só em fevereiro de 1995. Porque antes disso, no mês de janeiro, tivemos que passar por um treinamento. A escolaridade exigida era o ensino fundamental completo e não tinha outra exigência. Naquela época a escola era chamada de UDI do bairro Dona Zulmira, e ficava no endereço da Rua dos Tamborins, número 75. (P7)

Por meio do relato, constata-se que, a partir de 1995, a UDI do bairro Dona Zulmira

passou a receber novos auxiliares de creche, agora servidores efetivos e concursados. A formação exigida para o cargo era apenas o Ensino Fundamental completo, corroborando a ênfase em um atendimento de caráter assistencialista.

Contudo, em seu relato, a participante P8 afirma que mesmo sem a formação adequada, em sua atuação, era exigido desses profissionais, para além dos cuidados básicos, um planejamento pedagógico de suas atividades com as crianças, o que revelava uma contradição entre as exigências da função e a qualificação formal requisitada para o cargo. Assim a participante descreve:

Eu tomei posse como auxiliar de creche, que de auxiliar, assim, eu falo que não tinha nada de auxiliar, porque a gente praticamente fazia de tudo. Além dos cuidados básicos com as crianças, a gente tinha que fazer também o planejamento das atividades pedagógicas e a avaliação de desenvolvimento das crianças, era tudo por conta de nós, com o nome de auxiliar, né? Então, foi bem assim mesmo. (P8)

Nesse ínterim, a função de professor de Educação Infantil emergiu da necessidade de um profissional com qualificação específica para a condução do trabalho pedagógico. As auxiliares de creche, embora realizassem suas atividades com dedicação e competência, em sua maioria, não possuíam formação adequada nem a devida regulamentação legal para desempenhar atribuições de natureza pedagógica. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Uberlândia ofereceu o curso de magistério para as auxiliares de creche, para se adequarem às novas exigências legais e almejem um cargo de professor.

O que estava sendo exigido naquela época era o ensino fundamental. Inclusive, quando eu parei de estudar, eu parei no segundo ano do ensino médio. Então, depois surgiram as oportunidades da gente poder estudar mais um pouquinho, na época do prefeito Zaire. Assim, fiz o supletivo, terminei, depois cheguei a fazer um curso também que o Zaire ofereceu, que é do magistério. Fiz o magistério na UFU, estudei no CEMEPE e peguei o diploma. Então, foi assim que me habilitei. Teve a formatura, ele providenciou tudo, foi tudo bonitinho. A prefeitura pagou tudo. (P8)

Em seu relato, a entrevistada, caracterizada como P8, refere-se ao Curso Emergencial de Magistério, com habilitação em Educação Infantil, oferecido pela SME em consonância à legislação vigente, na qual passa a ser discutida uma nova identidade do educador que atua nas instituições de Educação Infantil. Esses critérios vinham sendo incorporados nos documentos do Ministério da Educação desde 1994 e culminam no texto da LDBEN nº 9.394/1996, passando a compreender como docente o profissional com formação em nível superior, mas, por ora, admite-se uma formação mínima em nível médio na modalidade normal (Brasil, 1996).

Desta feita, o artigo 67 do texto legal da LDBEN propõe fomentar a valorização do profissional da educação, assegurando aos docentes do magistério público o direito ao

aperfeiçoamento profissional continuado. Em suas Disposições Transitórias, determina-se que “[...] até o final da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em treinamento em serviço” (Brasil, 1996).

A persona das educadoras infantis que atuavam com as crianças menores prevaleceu na tradição do “mito da mulher” como educadora por ser mãe: “[...] ‘naturalmente’ educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional” (Arce, 2001, p. 182). Esse perfil construído historicamente requereu de nossas participantes que buscassem uma formação profissional específica, visto que seus relatos demonstram que, em diversos momentos, sentiram-se reconhecidas apenas como babás. Estas expressões dos relatos reforçam a imagem desse mito da professora de criança pequena pautada no sentimento, ou seja, aquela que gosta de crianças e que, com isso, exerceria a atividade profissional com mais competência (Arce, 2001).

Figura 21 – Comemoração dos aniversariantes (s.d.)



Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Com base nos relatos das entrevistadas, foi possível identificar um perfil comum entre as profissionais que atuaram ao longo da trajetória da instituição, refletindo tanto aspectos históricos quanto estruturais da profissão. De modo geral, e conforme pode ser notado no registro fotográfico exibido na Figura 21, essas profissionais são, em sua maioria, mulheres, destacando a forte presença feminina no cuidado e na educação infantil, historicamente associados ao papel da mulher. Todavia, não foram localizados registros documentais que

explicitassem o perfil étnico-racial das profissionais vinculadas à instituição.

Além disso, grande parte dessas trabalhadoras vêm de classes populares e enxerga a docência na Educação Infantil como uma oportunidade de ascensão social. Muitas conciliam múltiplas jornadas, dividindo-se entre o trabalho na instituição, as responsabilidades domésticas e, em alguns casos, a continuidade dos estudos. Valorizar a memória dessas trajetórias é fundamental para refletir sobre os desafios históricos da consolidação da Educação Infantil como etapa da educação básica, com identidade própria e autonomia pedagógica.

As dificuldades da profissão foram amplamente mencionadas pelas participantes, especialmente no que se refere às múltiplas funções e à desvalorização por parte do poder público e, em algumas situações, até mesmo das famílias, que tendem a enxergar essas profissionais apenas como cuidadoras, desconsiderando o caráter pedagógico de seu trabalho. Ainda assim, muitas entrevistadas descreveram uma forte vocação para o cuidado e a educação, exibindo compromisso com a formação e o bem-estar das crianças, apesar dos contratempos enfrentados.

4.2 Práticas educativas e organização interna da instituição

A creche comunitária surgiu como resposta a uma necessidade das mães trabalhadoras, e, ao mesmo tempo, impunha-se em um cenário social que promovia a socialização e a educação das crianças que recebiam atendimento nesta instituição. Neste cenário educativo, as creches comunitárias organizavam-se por meio de práticas associadas aos cuidados básicos da criança, como alimentação e higiene, e as atividades educativas, específicas e necessárias a cada faixa etária dessas crianças, e em especial a ludicidade, que vinculavam ao cuidado e à educação.

Dessa forma, tanto a prática quanto a organização foram sofrendo mudanças de acordo com a legislação vigente, no sentido de garantir o desenvolvimento das crianças, à maneira de cuidar e ensinar. Ao embasar as exigências propostas à instituição, isso de iniciou com a promulgação da atual Constituição Federal brasileira, e advindo dela, outras legislações que ganharam destaque, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, estabelecendo às crianças o seu atendimento em creches ou pré-escolas, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, que instituiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Sendo assim, apontou-se, de forma geral, as necessárias adaptações de acordo com a

legislação vigente, que direciona como as creches se organizam, planejam e executam as suas práticas educativas, assim como o seu aparelhamento interno. Desse modo, a instituição enquanto Creche Comunitária, administrada pela Ambazu, cuja gerência e organização interna, naquele momento, era exercida por seus presidentes, prestavam contas a um assistente social vinculado à SMTAS, responsável por visitas frequentes à unidade. Logo, hierarquicamente, o presidente da associação assumia a responsabilidade pela instituição, gerenciando a contratação de funcionários e a parte administrativa, enquanto as práticas educativas eram desempenhadas pelos adultos responsáveis pelas crianças, fundamentalmente representados pelas auxiliares de creche, que se uniam aos demais profissionais na intenção de privilegiar o cuidado e a educação das crianças em uma perspectiva humanizadora, em um contexto histórico, legal e documental.

Ao correlacionar o trabalho com as crianças, no que concerne à realização das práticas educativas e organização interna da instituição, considera-se o relato da participante P2, que iniciou o seu trabalho no estabelecimento como auxiliar de creche, designada para atuar, além de sua função, também como coordenadora pedagógica. Ademais, existia ali a presença constante de representantes da Prefeitura, denominados, à época, de técnicos (assistentes sociais), que orientavam e direcionavam o trabalho desenvolvido. Conforme sua exposição, a entrevista denominada P2 afirmou: “Tudo que nós fizemos foi instruído por ela, pela Waldete, que era a assistente social da Ação Social, ela estava sempre lá na creche para orientar o nosso trabalho. Primeiro foi a Waldete, depois a Rosa e depois a Maria de Lourdes” (P2).

Em síntese, a organização do poder dentro da instituição é regulada por normas internas que conduziam o funcionamento e estabeleciam regras de convivência. Essas disposições definiam responsabilidades, hierarquias e práticas cotidianas, assegurando a manutenção da ordem, da disciplina e da coerência nas ações institucionais. Segundo Nosella e Buffa (2009), os estudos sobre instituições escolares consideram a sua materialidade em diversos aspectos, incluindo as normas disciplinares, que refletem a organização interna da instituição.

Nesse sentido, o documento encontrado no arquivo da escola denominado *Regimento Interno das Creches vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social* (Anexo L) ajudou a compreender a maneira como a instituição regia o seu funcionamento. Apesar de não ser datado, indica ser da década de 1990, período principal analisado nesta pesquisa. Os tópicos nele abordados foram: Objetivos Gerais da Creche, Regime de Funcionamento, Rotina, Atribuições dos pais ou responsáveis e Penalidade de Desligamento.

Em relação aos “Objetivos Gerais da Creche”, o documento ressaltava que o atendimento aconteceria em período integral para a faixa etária de 3 meses a 7 anos completos e, prioritariamente, atendendo as crianças do bairro em que a creche estava localizada. Além de

oferecer um local adequado para os cuidados básicos, essenciais para o desenvolvimento global das crianças, e se constituir um espaço de exercício de uma prática social em que os responsáveis por essas crianças contribuiriam para a formação de uma consciência crítica. Este documento apontava a creche como um espaço educativo, em que ofereceria a “estimulação adequada em seus aspectos: psicomotor, afetivo, cognitivo, intelectual, etc. [...] respeitando-se o ritmo de cada uma e oferecendo condições ambientais e educativas que incentive a invenção criadora” (Regimento Interno das Creches vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, s/d).

Sob esse prisma, havia uma compreensão da SMTAS de que a educação¹⁶ era uma das funções das creches desde o início do processo de sua criação. De modo que, no documento em questão, expressa-se o momento de redefinições de papéis que vivia a Educação Infantil, em que se altera o papel social da creche, ou seja, o que se espera dela.

Entre os aspectos citados, destaca-se o item “O regimento de funcionamento”, que versa sobre a situação familiar ao enfatizar que a família deveria ter baixa renda e a mãe teria que trabalhar fora. Em suma, impunha critérios para a admissão da criança na creche, sendo que, dessa forma, o acesso estaria vinculado à situação funcional da mãe e não a um direito da criança. Assim, a compreensão do direito à creche pelas famílias é um elemento que tensiona o debate acerca do acesso à Educação Infantil.

Sobre essa questão, Rosenberg (2015, p. 177) pontua que:

Se, por um lado, a oferta das creches pode permitir o trabalho profissional de mães, a ambiguidade e mesmo o estigma contra a creche provocaram a concepção de que os bebês só devem frequentar creches quando suas mães trabalham. Ou seja, a creche também pode ser vista apenas como um direito ao trabalho das mães e não um direito à educação dos filhos. A educação inicial também pode ser vista exclusivamente como assistência ou direito à educação dos bebês sem contemplar a perspectiva do direito das mulheres ao trabalho.

Rosenberg (2015) reflete, em sua análise, sobre uma questão muito relevante, mostrando a contradição recorrente, tal como se percebe a Educação Infantil brasileira, pois como restringir o direito da criança à creche apenas às crianças filhas de mães que trabalham? Isso está implícito em sua narrativa, em que elenca a existência de desigualdades sociais e de

¹⁶ Cabe evidenciar que, ainda no século XIX, já existiam referências ao caráter educacional das creches e pré-escolas assistencialistas. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998, p. 168): “Para Jean-Noel Luc, na ‘sala de asilo’ francesa, a função de guarda já a constituía como educativa, ao buscar impedir a vagabundagem e também retirar a criança das mãos de uma guardiã julgada incapaz, preservando-a das más influências. A educação ativa interviria em seguida: depois de retirar a criança dos perigos exteriores, o asilo empreendia o cultivo de sua inteligência e do seu coração”.

gêneros, quando esta deveria integrar o direito da criança à educação e o direito da mulher/mãe ao trabalho.

Outro aspecto abordado no documento refere-se à “Rotina”, em que se observa a rigidez minuciosa quanto aos horários destinados à entrada, alimentação, higiene, repouso e atividades lúdico-pedagógicas. Ao passo que as atividades pedagógicas tais como brincadeiras ou musicalização ficassem sempre em segundo plano e, quando aconteciam, eram usadas como forma de socialização controlada e não como experiências livres da infância. Neste sentido, a rotina anunciada reflete um mecanismo de institucionalização da infância, em que cada momento é padronizado e previamente estabelecido. Desse modo, Viñao Frago (1998) colabora ao afirmar que a escola é, antes de tudo, uma forma de organização do tempo e do espaço que disciplina os corpos, regula os comportamentos e interioriza hábitos.

O item “Rotina” traz, ainda, uma anotação que diz respeito à sua flexibilização, de acordo com a necessidade de cada agrupamento, e que o berçário deveria obedecer a uma rotina diferenciada. Registra também uma recomendação: “A educadora de creche poderá aproveitar o período de repouso das crianças para realizar seu planejamento de atividades dentro ou na porta do agrupamento” (porta da sala de aula) (Regimento Interno das Creches vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, s/d).

No que concerne ao item “Atribuições dos pais ou responsáveis”, a creche, mediante suas regras rígidas, manifesta uma função disciplinadora sobre as famílias carentes. A respeito disso, Kuhlmann Jr. (1998) destaca que, para a população pobre, a proposta educativa era caracterizada por uma pedagogia da submissão, vista como um mecanismo para corrigir as famílias economicamente menos favorecidas e controlar e disciplinar as crianças para o trabalho nos moldes capitalistas. Dessa forma, as famílias, ao colocarem seus filhos nas creches, estavam submetidas a normas e regulamentos rígidos com recomendações de higiene, disciplina, horários e padrões de conduta.

Outras situações que chamam a atenção no documento foram os itens “Penalidades” e “Desligamento”. No campo das penalidades, identificam-se advertências, suspensão e até desligamento em caso de persistirem os atrasos, por exemplo. Já segundo subtexto informa que a criança seria desligada nas seguintes situações: ao completar sete anos de idade, ter dez faltas consecutivas sem justificativas, caso os pais não estivessem trabalhando, agressão física a qualquer pessoa dentro da creche, forem suspensos por três vezes durante o ano e caso os pais recusassem-se a cumprir as normas. (Regimento Interno das Creches vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, s/d).

Percebe-se, dessa maneira, que o Regimento impunha regras rígidas e disciplinares para

a manutenção das crianças na instituição. Segundo atesta Chartier (1988), a cultura expressa-se nas representações coletivas, conquanto o Regimento, com toda a sua rigidez, representava a visão da instituição como disciplinadora em relação a sua organização administrativa. Sendo assim, para Chartier (1988), as práticas culturais não se limitam à imposição de modelos, mas implicam processos de apropriação diferenciada. Em decorrência disso, é permitido refletir que as famílias atendidas pela instituição interpretavam as regras impostas conforme as suas condições e que as penalidades previstas no Regimento eram, claramente, pontos de tensões entre as famílias e a gestão da creche.

Outra documentação importante para compreender a organização interna da instituição refere-se às *Atribuições Gerais dos Funcionários*, como se pode visualizar no Anexo M. Elas constituem outro registro documental importante para compreender a organização interna da instituição. Apesar de não conter essa informação explícita, entende-se que ela foi elaborada pela SMTAS, já que o órgão é citado no decorrer do texto. Logo, o documento caracteriza-se como um manual de atribuições, elaborado para organizar as funções e responsabilidades dentro da creche.

Neste documento, o texto ilustra as práticas da gestão da instituição, no período da década de 1990, que evidencia uma concepção de infância voltada para a disciplina, o cuidado, a higiene e a educação, sendo que as atribuições gerais e específicas dirigem-se aos funcionários representados pela auxiliar de creche, a cozinheira, os serviços gerais e os vigias. Dessa maneira, o documento complementa o Regimento mencionado anteriormente ao descrever a hierarquia funcional, as normas de conduta, as funções básicas dos profissionais, as proibições, as responsabilidades pedagógicas e os cuidados com as crianças. De modo que se manifesta um forte controle institucional, tanto sobre as crianças, famílias e os próprios funcionários.

Por meio das práticas educativas desenvolvidas na instituição, percebe-se uma concepção de educação integral, na qual o cuidar e o educar articulam-se de forma indissociável. As atribuições específicas da auxiliar de creche revelam esse duplo aspecto da instituição, que se expressa tanto nas ações relacionadas aos cuidados básicos com as crianças, quanto nas dimensões educativas, materializadas nas atividades lúdico-pedagógicas, no estímulo à criatividade e na formação de hábitos saudáveis.

Isto posto, evidencia-se a precarização e as múltiplas funções das auxiliares de creche que, além de apoiar seus esforços no cuidado com a higiene, repouso e alimentação das crianças, deveriam, segundo o documento, planejar e executar atividades lúdico-pedagógicas, zelar pelo material pedagógico e manter diálogo com as famílias. Além disso, o registro traz a seguinte recomendação: “Verificar a possibilidade de cuidar da criança: em caso de pequenos

ferimentos, fazer curativos; em casos de emergência, tomar as providências necessárias, segundo orientação recebida pelo profissional da S.M.T.A.S. [...]” (Atribuições Gerais dos Funcionários, s/d).

É notável também uma prática comum em creches, naquele contexto de direcionamento para a prevenção da saúde da criança. No início do funcionamento da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira, as crianças eram acompanhadas na própria instituição pela médica do Posto de Saúde da comunidade, como relata a participante P2: “A doutora Lídia Regina Nicolau, ela me deu uma assistência muito boa ali, só que depois cortou as visitas dela na creche. Então eu tinha que levar as crianças no postinho, eu tinha prioridade se estivesse um menino passando mal” (P2).

Para boa parte das crianças, a creche tinha uma importância fundamental em relação aos seus cuidados, já que auxiliava na manutenção de suas necessidades de nutrição, assim como no que concerne às práticas de asseio corporal, banho, eliminação de piolhos e escovação dentária. O que é denominado como “cuidado” abrange um conjunto de ações de nutrição, saúde e higiene, práticas que ocupam lugar de destaque na rotina institucional e que compreendem um conjunto de funções alargadas e que, atualmente, não apresentam tanta ênfase nas práticas das instituições de Educação Infantil.

Além desses cuidados básicos com as crianças, as auxiliares de creche também tinham como atribuições planejar e executar atividades ludo-pedagógicas sob orientação da supervisora ou coordenadora, conforme citado neste documento. Eis a narrativa da participante P2, que atuou como auxiliar de creche e, posteriormente, como coordenadora, na época da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira:

Os planos de aula, eu cobrava delas para eu passar para a técnica da assistência social. A gente tinha que passar toda semana, por exemplo, segunda-feira a gente tinha que chegar com o plano de trabalho pronto. A gente tinha um objetivo para trabalhar com as crianças. A gente trabalhava coordenação motora, cores, pontilhados. A gente tentava ao máximo com eles, pulava corda, desenhava, a gente corria com eles [...]. Eu saía com os meus meninos na rua, eles eram maiores e os menores todos os dias tomavam banho de sol. (P2)

Ao ser questionada sobre essa cobrança em relação ao plano de aula mesmo sem ter uma formação específica para tal função, a participante intitulada P2 respondeu que era muito esforçada e comprava livros para estudar, e que, além disso, a Prefeitura oferecia cursos de aperfeiçoamento: “Eu tive que passar por treinamentos, cheguei até fazer um curso na época que eles ofereceram lá naquela escola René Giannetti. Você tinha muito treinamento na Prefeitura. Então, a gente ia lá e aprendia várias coisas: cantar, dançar [...]” (P2).

Com a municipalização, a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira transformou-se em UDI do bairro Dona Zulmira e foi administrada, diretamente, pela SMTAS, e, posteriormente, pela SME. Nesse contexto, a unidade calhou de receber funcionários concursados que passaram por treinamento para atuarem nas suas funções, assim como relata a participante P7: “A gente recebeu treinamentos com psicólogo, pra ver a questão das crianças”. Em outro relato, a participante P8 reforçou que era oferecido muito estudo na época em que a instituição fazia parte da SMTAS e lembra de um curso que fez assim que começou a atuar como auxiliar de creche:

Participei de um curso que me ajudou muito, porque às vezes eu não estava saindo bem no pedagógico e tudo, porque a gente fica preocupada quando a gente entra. Aí, a moça do curso falou pra mim: ‘Olha, desde ensinar a criança a beber um copo de água, ensinar a comer, o desfralde, tudo você tá trabalhando o pedagógico’ [...]. Mas a gente tinha também apostilas com atividades pedagógicas referentes a cada idade e que ajudava muito. (P8)

A UDI do bairro Dona Zulmira era acompanhada de perto pelos assistentes sociais que visitavam com frequência a unidade, mesmo o estabelecimento já contando com uma administradora fixa no local, que era substituída em conformidade com a troca de prefeito. Nesse sentido, a UDI elaborava com constância documentos como relatórios, levantamentos e prestações de contas, destinados às respectivas secretarias, fornecendo um retorno detalhado sobre o trabalho desenvolvido com as crianças. Como se nota, por exemplo, no “Relatório: UDI - Dona Zulmira de 1996”, contendo 28 páginas, que discorre sobre a avaliação feita pelos profissionais quanto ao trabalho realizado no ano 1996 e a sugestões para o ano de 1997. Neste relatório, as auxiliares de creche, merendeiras e a monitora social descrevem as atividades realizadas ao longo do ano, trazendo ao conhecimento geral as conquistas e os desafios que tiveram no decorrer do processo.

Entre os aspectos mencionados pelas auxiliares de creche, relacionados aos conteúdos trabalhados com as crianças, destacam-se: identidade social, família, higiene, meio ambiente, desenvolvimento psicossocial, coordenação motora, desenvolvimento físico-motor, psicomotricidade e linguagem. No que lhe diz respeito, as estratégias e recursos utilizados foram: rodinhas, cantigas de roda, contação de história, jogos, ginástica no colchão, dobraduras, recortes, pintura, brinquedos de montar, sucatas, karaokê, gincana e dança. No geral, todas as profissionais relataram um bom aproveitamento e sugeriram mais recursos para passeios, adaptações de vasos sanitários e bebedouros para as crianças, ampliação de salas de aula e mais incentivos aos pais para participarem da vida de seus filhos na creche.

Cabe destacar que até as merendeiras conceberam um relatório explanando sobre o

trabalho realizado por elas em 1996. Descreve-se que foi alcançado 95% dos “alvos” e que o trabalho foi bem avaliado pela nutricionista e pela pediatra. Foi citado, também, o trabalho desenvolvido com as crianças: “Com o cultivo da horta na creche foi possível ter o acompanhamento das crianças desde a sementeira até a colheita, havendo assim oportunidade da nossa parte poder explicar a eles o valor das verduras e conhecerem as formas de preparação” (Relatório: UDI - Dona Zulmira de 1996, p. 23).

Entretanto, nem toda avaliação foi satisfatória: a monitora social descreve a ação envolvendo uma auxiliar de creche que foi designada pela coordenadora para acompanhar o planejamento dos demais agrupamentos e ajudar a colocá-los em prática. Quanto à sua prática com a turma do agrupamento quatro, que atendia crianças de cinco a sete anos, o documento relata que: “Os resultados não foram totalmente satisfatórios, cerca de 40% da turma não assimilou bem algumas das atividades [...] Deixando muito a desejar” (Relatório: UDI - Dona Zulmira de 1996, p. 25). Logo, o relato da monitora demonstra que os esforços empreendidos pela profissional em específico não corresponderam plenamente às suas expectativas.

Dessa forma, ao documentar experiências, estratégias, atividades, resultados e sugestões de trabalhos desenvolvidos com as crianças, elas se tornaram testemunhas de práticas educativas que nortearam a ação pedagógica da unidade, visto não apenas como registros administrativos, mas como uma parte da memória institucional. Como destaca Magalhães (2004), a instituição educativa é um lugar de memória, depositária de práticas, regulamentos e representações que caracterizam uma cultura própria e participam de um pacto social mais amplo.

Oliveira (2002) afirma que as creches eram vistas como “mal necessário”, planejadas como instituições de saúde. Nesse contexto, encontra-se, no arquivo da escola, alguns informativos, ofícios e projetos relacionados à prática da saúde, tais como: “Programa Saúde nas Creches”, “Projeto de olho nas creches” (2000), “Projeto prevenir para não adoecer” (1999), “Projeto Oficina do corpo” (2002) e o “Projeto Massagem Infantil e Atividades Psicomotoras de Zero à Dois Anos”, que se iniciou em 1994, pela SMTAS, tendo sido implementado em 29 UDIs, inclusive a do bairro Dona Zulmira. Em seguida, destaca-se, na Figura 22, o informativo encontrado no arquivo da escola:

Figura 22 – Projeto de Massagem Infantil e Atividades Psicomotoras de Zero a Dois Anos (s.d.)

O Projeto de Massagem Infantil e Atividades Psicomotoras de Zero à Dois Anos, iniciou-se em 1994 na então Secretaria Municipal de Ação Social, onde foi implantado nas 29 Udis (Unidade de Desenvolvimento Infantil) e nas 31 Ongs (Creches de Organizações Não Governamentais). No ano de 1996 o projeto foi estendido para as faixas etárias de Três a Seis anos .

Em 1999 marcou o início da implantação do Projeto nos Emeis (Escola Municipal de Educação Infantil), com o retorno das professoras de Educação Física para a Secretaria Municipal de Educação ,compondo assim a equipe de Educação Infantil do CEMEPE.

Em 2001 foi elaborado e implantado pela equipe de Educação Física Infantil um " Programa de Atendimento com Atividades de Massagem e Relaxamento para crianças de Três a Seis Anos dos Emeis.

Os projetos foram elaborados e implantados pelas Professoras de Educação Física .

CARMEM REGINA CALEGARI CUNHA
MÍRIAM FARIA ALVES VILELA
MÔNICA DA COSTA RIBEIRO

MASSAGEM INFANTIL

Massagear o corpo do bebê pode ser fundamental para o seu perfeito desenvolvimento e como uma forma de maior interação entre pais e filhos , educadores e crianças, proporcionando uma experiência agradável através do toque.

BENEFÍCIOS DA MASSAGEM INFANTIL

- Contribui para o contato afetivo e promove a harmonia da criança com o mundo exterior.
- Alivia e previne cólicas e prisão de ventre ;
- Deixa a criança tranquila e relaxada permitindo um sono mais calmo;
- Aumenta a percepção corporal;
- Aumenta a oxigenação dos tecidos, estimula o fluxo de energia atuando diretamente sobre o desenvolvimento psicomotor;
- Adquire maior confiança , através do contato da pele;
- Prazer, alegria , atenção e comunicação.

ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO MOTORA

O movimento é uma característica essencial da criança desde a vida intra-uterina, e é através dele que ela percebe as diferentes sensações: motoras, orgânicas, sensoriais e afetivas.

A estimulação favorece o desenvolvimento físico, mental e social da criança principalmente nos três primeiros anos de vida, e a medida que ela cresce, sua mente , sua personalidade e sua afetividade se desenvolve de maneira contínua e incessante. É a essa força de vida da criança que devemos integrar os estímulos , as atividades motoras e a afetividade importantes para que ela tenha um crescimento harmonioso.

" A MASSAGEM É UMA EXPRESSÃO DE AMOR ATAVÉS DE UM TOQUE CARINHOSO . "

Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

A massagem, segundo o referido informativo, contribuiria para o contato afetivo e promoveria a harmonia da criança com o mundo exterior, sendo que as atividades de estimulação motora favoreceria o desenvolvimento físico, mental e social da criança, principalmente nos três primeiros anos de vida. Dessa maneira, a massagem infantil e as atividades psicomotoras faziam parte da rotina das crianças da UDI do bairro Dona Zulmira, segundo atesta a participante P8:

Eu participei do curso de massagem infantil, a shantala, eles pediam pra ir uma de nós para aprender a fazer a massagem nos bebês e depois a gente tinha que ensinar para as outras profissionais, então eu fui a escolhida [...]. O pessoal vinha aqui dar o curso e depois eles voltavam para ver se a gente estava fazendo certinho. A gente pegava a criança, preparava tudo e eles ficavam na sala observando a gente, pra ver se estávamos fazendo todos os passos. Eu gostei muito de ter aprendido, apesar de ser bem trabalhoso, os bebês amavam, alguns até dormiam durante a massagem. (P8)

No arquivo da escola foram encontradas algumas atas de reuniões manuscritas, registradas em folhas avulsas de caderno, referente ao ano de 2000. Essas fontes abordam uma variedade de assuntos, como orientações gerais, agradecimentos, cuidados e desenvolvimento das crianças, desempenho dos funcionários, organização dos espaços, reclamações, reforço das regras internas, calendário de vacinação, disciplina, elaboração de relatórios, decoração, cursos de aperfeiçoamento, entre outros temas relacionados ao funcionamento da instituição.

Por meio desses relatos foi possível compreender de que forma as práticas eram normalizadas pela instituição. A Ata do dia 05/06/2000 (Anexo N), por exemplo, relata que a preocupação com a obediência e a disciplina das crianças sempre estava presente nas discussões, assim como o planejamento feito pelas auxiliares de creche:

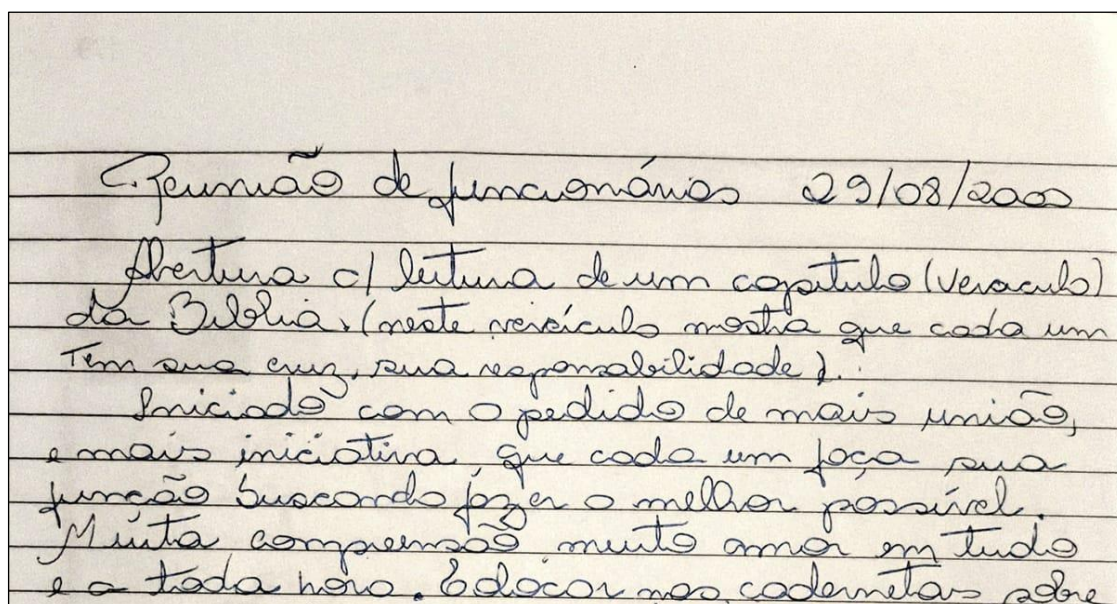
[...] Manter mais disciplina com as crianças. Planejar usando jogos, histórias, músicas, tem diversos materiais a serem usados. Trazer algo de si, não somente receber. O retorno está escasso. [...] Planejamento das 12:00 às 13:00, utilizando o referencial¹⁷. [...] Fazer com que as crianças se habituem no mesmo lugar sempre. Mantendo disciplina e união geral (Ata do dia 05/06/2000).

Percebe-se que as funcionárias eram incentivadas a colaborarem caso faltasse algo na instituição: “Quando faltar algo na creche é necessário colaboração de todos” (Ata do dia 05/06/2000). Contudo, o ponto que mais se destacou, presente na maioria das atas, dizia respeito a prestar um serviço de qualidade para a comunidade. Ademais, narrou-se também o relacionamento entre os funcionários, com ênfase na necessidade de colaboração mútua, aprimoramento da comunicação, fortalecimento da união da equipe e, principalmente, incentivo à excelência do trabalho realizado. À primeira vista, parece ser apenas um estímulo ao desempenho, mas, fundamentalmente, percebe-se, nestes incentivos, uma cobrança explícita para exercer um trabalho com excelência, configurando-se como uma forma de violência simbólica, interiorizada por essas mulheres como algo natural.

A seguir, apresenta-se, na Figura 23, um recorte de uma ata que demonstra o contexto discutido. A íntegra do documento pode ser consultada no Anexo O.

¹⁷ Embora a ata mencione a utilização de um “referencial” para o planejamento das atividades, não foram localizados documentos oficiais que explicitassem ou normatizassem esse referencial pedagógico.

Figura 23 – Ata da reunião de funcionários em 29/08/2000



Fonte: Recorte da ata feito pela pesquisadora (2025)

Verifica-se que a ata em questão, referente ao dia 29/08/2000, inicia-se com a leitura de um versículo da Bíblia, acompanhada de uma breve interpretação, na qual se destaca a mensagem: “Neste versículo mostra que cada um tem sua cruz, sua responsabilidade” (Ata do dia 29/08/2000). Depreende-se disso que, por mais penoso que o trabalho fosse, elas deveriam cumprir a sua missão com responsabilidade.


De acordo com Chartier (1988), estudar cultura é também revelar os mecanismos simbólicos de dominação embutidos nas representações sociais que, por sua vez, nunca são neutras, mas carregam relações de poder. Dessa forma, as auxiliares de creche eram envolvidas em um discurso que atribuía ao seu trabalho um caráter assistencial, compreendido como uma prática de cunho vocacional ou caritativo, voltada às famílias pobres, o que contribuía para a desvalorização de sua atuação e para a negação de seu reconhecimento como profissionais da educação. Essa representação social colaborou para que muitas delas aceitassem a sobrecarga como natural, pois se viam prestadoras de um serviço quase beneficente, filantropo.

Como já citado no capítulo anterior, para se adequar às exigências da LDB de 1996, em que as prefeituras deveriam transferir as creches e escolas de Educação Infantil para SME até o ano de 1999, a SME, mediante a Comissão de Transição, regulamentada por meio da Portaria nº 11.925, de 21/03/2002 (Uberlândia, 2002), designou as EMEIs Parceiras para o suporte legal e pedagógico para as UDIs, já que detinham aprovação às especificidades para tais funções junto a órgãos executivos. Logo, a inclusão das creches no sistema educacional implicou

considerá-las na perspectiva da instituição escolar, ou seja, de um espaço educativo, onde a proposta pedagógica fazia parte do seu currículo.

Assim, no final do ano de 2001, a EMEI Maria Claro assumiu o papel de EMEI Parceira, com a responsabilidade por cinco UDIs, entre elas a do bairro Dona Zulmira, dando todo suporte, principalmente no que concerne ao aspecto pedagógico. A seguir, contido na pauta de reunião da Comissão de Transição datada de novembro de 2001, a relação das EMEIs Parceiras e suas respectivas UDIs, exibida na Figura 24:

Figura 24 – Relação EMEIs/Escolas Parceiras (2001)

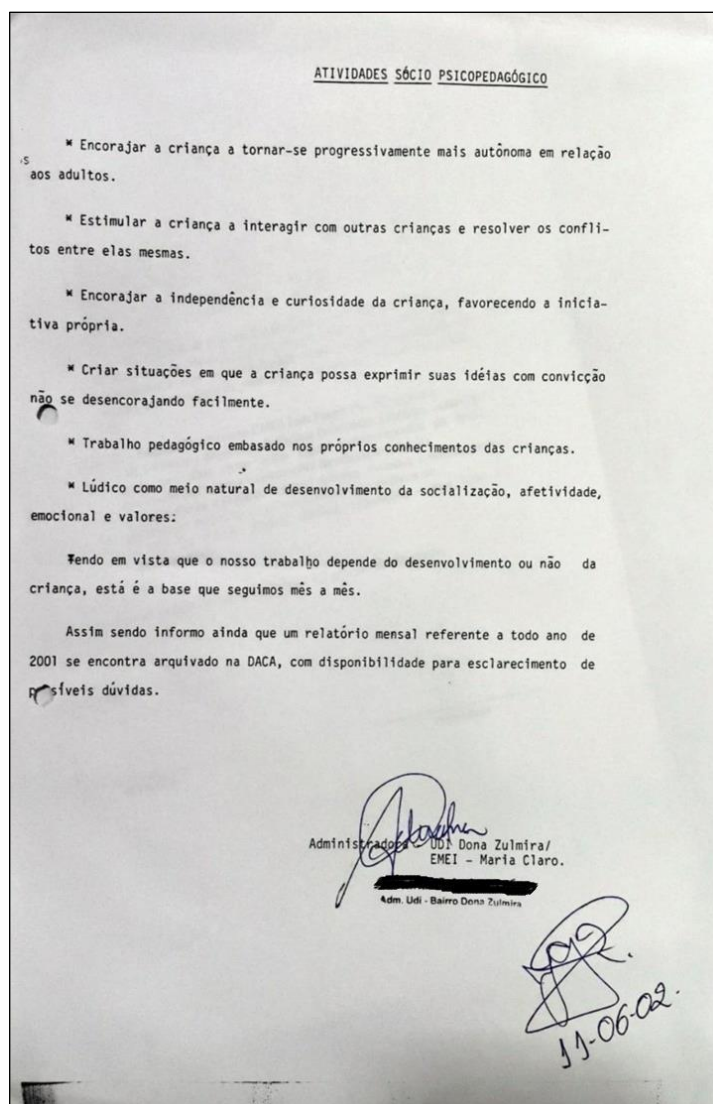
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSPETORIA ESCOLAR <i>inspesc@hotmail.com</i>	
EMEIS / ESCOLAS PARCEIRAS	
EMEI Prof. Maria Claro <ul style="list-style-type: none"> - UDI Dona Zulmira - UDI Jardim Brasília - UDI Bairro Maravilha - UDI Tocantins - UDI Satélite 	EMEI do Bairro Luizote de Freitas <ul style="list-style-type: none"> - UDI Planalto - UDI Osvaldo I
EMEI Prof. Edna Aparecida de Oliveira <ul style="list-style-type: none"> - UDI Tubalina I - UDI Tubalina II - UDI Patrimônio I - UDI Patrimônio II - UDI Roosevelt I 	EMEI Prof. Maria Luiza Barbosa de Souza <ul style="list-style-type: none"> - UDI Santa Luzia - UDI Segismundo Pereira - UDI Alvorada - UDI Pampulha - UDI Lagoinha
EMEI Maria Pacheco Rezende <ul style="list-style-type: none"> - UDI Roosevelt II - UDI Santa Mônica - UDI Tibery I - UDI Tibery II - UDI Aparecida 	EMEI Prof. Maria Beatriz Vilela de Oliveira <ul style="list-style-type: none"> - UDI Nossa Senhora das Graças - UDI Cruzeiro do Sul - UDI do Bairro Esperança - UDI Marta Helena - UDI Santa Rosa - UDI Aclimação - UDI Ipanema

Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

De acordo com o exposto no Anexo P, referente às *Orientações gerais para o período transitório das Udis*, dentre várias recomendações, apontava-se que as ações administrativas, bem como o calendário escolar das UDIs, deveriam embasar-se no Regimento Escolar das respectivas EMEIs Parceiras. No que diz respeito ao caráter pedagógico, aludia que: “As ações pedagógicas das UDIs deverão ser construídas, tendo como referência as propostas curriculares existentes na Rede Municipal de ensino para a Educação Infantil” (*Orientações gerais para o período transitório das Udis*, 2001, n.p), assim como sugestões de planejamento já desenvolvidas pelas EMEIs Parceiras.

Nesse contexto, enquanto a UDI passava pelo processo de transição, a EMEI Maria Claro oferecia o suporte administrativo e pedagógico. Sendo assim, a UDI do bairro Dona Zulmira passou a oferecer um atendimento integral às crianças. Em seguida, compondo a Figura 25, um documento com atividades sociopsicopedagógicas, assinado pela administradora da UDI, porém agora, em seu carimbo, já consta o nome da EMEI Maria Claro, evidenciando, de forma explícita, a parceria estabelecida entre as instituições:

Figura 25 – Atividade sociopsicopedagógica (2002)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

O documento contido na Figura 25 relaciona-se aos objetivos gerais da creche, anteriormente mencionados, ao apresentar sugestões de atividades voltadas ao estímulo psicomotor, afetivo, cognitivo e intelectual das crianças. Trata-se, portanto, de orientações a serem consideradas no planejamento pedagógico, configurando-se como ações concretas que

serviram de base para o desenvolvimento das atividades educativas. Entende-se que a UDI estava se adequando a uma nova realidade para ofertar um atendimento de qualidade, integralizando o cuidar e o educar, oferecendo às crianças ferramentas para se tornarem autônomas, comunicativas e independentes.

Diante disso, encontrou-se alguns memorandos SME/Comissão de Transição das UDIs acerca de um convite aos funcionários da instituição para participarem do I e II Seminário de Educação Infantil, e do I Congresso Nacional de Educação, cujo tema era *Formação de Professores: história, políticas e desafios*, oferecidos pela Faculdade de Educação da UFU e pela professora desta Universidade, Dra. Sônia Maria dos Santos. Além disso, foi encontrado um memorando originado da SME, datado de 1999, anunciando parceria com uma universidade privada – dentre os critérios, somente professores que tivessem o Ensino Médio, ingressando no curso de graduação com 50% de desconto (Anexo Q).

Os documentos acima destacados foram os mais enfatizados para este trabalho, todavia, várias foram as fontes oferecidas para esta pesquisa pelo acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza. Dentre eles, encontram-se: memorandos, ofícios, convites e informativos relacionados a cursos, estudos, palestras, seminários, além de que, é importante ressaltar, muitos se dão no momento em que ocorre o movimento da transição das UDIs para EMEIs.

Para além do explanado, a respectiva instituição aqui destacada contava com eventos e festividades, cívicas e comemorativas, que faziam parte da sua proposta pedagógica, como são apresentados no subcapítulo que se segue.

4.3 Os eventos e as festividades

Os eventos e festividades de uma instituição fazem parte das práticas culturais constitutivas da sociedade. Logo, estabelecem aproximações com o campo da cultura escolar, conforme proposto por Viñao Frago (1995, p. 68): “A cultura escolar pode ser definida como o conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Ela inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, objetos materiais, modos de pensar, significados e ideias compartilhadas”.

Essas ocasiões sempre estiveram presentes na Creche Comunitária e na UDI do bairro Dona Zulmira, as quais desempenharam um importante papel social e cultural, responsáveis por constituir uma infância institucionalizada na comunidade do bairro Dona Zulmira.

Considerados como práticas culturais, esses eventos e festividades foram fundamentais para conceber a identidade da instituição, além de servir como um mecanismo de legitimação institucional.

Com isso, a participante cunhada como P2 apresentou algumas fotos de seu acervo pessoal que revelaram essa relação entre as datas comemorativas e as atividades realizadas com as crianças.

Eu fazia a festa da Páscoa, eu fazia o carnaval com meus meninos [...] eu enfeitava eles e me enfeitava também. E aí eu chamava as famílias para participarem também. As mães participavam das festas só se fosse assim, só nessas ocasiões, por exemplo, no Dia das Mães e no Natal. (P2)

A entrevistada P2 evidencia, em seu relato, as festividades realizadas sob sua atuação como coordenadora da instituição, sendo possível visualizar sua prática no registro fotográfico associado à Figura 26:

Figura 26 – Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira - Festa de Natal (1987)



Fonte: Arquivo privado da participante P2.

Na Figura 26 pode-se perceber que, diante da situação precária vivida pela Creche Comunitária, naquele tempo, era necessário que os gestores e funcionários recorressem a pedidos de doações, venda de rifas, entre outras estratégias, com o objetivo de arrecadarem dinheiro para oferecerem às crianças e suas famílias alguns momentos festivos. Desta feita, os presentes para as crianças também faziam parte dessas ocasiões, principalmente em datas especiais, como o Dia das Crianças e o Natal, considerando que o subsídio financeiro enviado pela prefeitura não contemplava esses momentos e essas iniciativas.

A seguir, constituindo a fotografia destacada na Figura 27, apresenta-se um dos registros fotográficos mais antigos do acervo da escola, registrando um momento significativo da trajetória institucional, em que a Creche Comunitária já estava acomodada em seu prédio próprio. Apesar de não datada, a foto teria sido registrada anteriormente ao ano de 1995¹⁸, em um momento festivo que aconteceu no refeitório da instituição, provavelmente alguma comemoração de aniversário, destacando o papel social e afetivo no cuidado e no acolhimento das crianças da comunidade.

Figura 27 – Momento festivo no refeitório da Creche (s.d., anterior a 1995)



Fonte: Arquivo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2025)

A partir de 1998, ano em que a UDI do bairro Dona Zulmira foi reinaugurada, observou-se um número considerável de fotografias que mostram a sua rotina, mas, principalmente, os diferentes eventos e festividades, como aniversários de crianças e servidores, festas externas para os servidores, celebrações de datas comemorativas, passeios externos, festas realizadas na rua, entre outras ocasiões.

Esses registros ocorreram especialmente durante os anos de 1998 a 2000, confirmados nas entrevistas analisadas neste estudo, ligados ao fato de que a gestora, nomeada à época por indicação do prefeito, possuía parentesco e influência política, contando, ainda, com seus recursos financeiros na obtenção de ferramentas que permitiram prover os registros

¹⁸ A indicação dessa data se justifica pelo fato de as duas funcionárias identificadas na fotografia serem vinculadas à Ambazu, sendo 1995, portanto, o último ano em que atuaram na creche. Nesse mesmo ano, com o processo de municipalização da instituição, ambas foram desligadas de suas funções, dando lugar à posse de funcionárias concursadas.

fotográficos. Sugere pensar que o fato tenha ocorrido, também, em decorrência da cobrança de sua chefia imediata quanto à prestação de contas do desempenho de seu trabalho. Dessa forma, compreende-se inclusive o motivo da ausência e a escassez de registros fotográficos, anteriores e posteriores, à sua gestão.

Nesse contexto, foram encontrados diversos registros de festas de aniversário, que aconteciam internamente na instituição, como se pode notar nas Figuras 28 e 29, que se seguem:

Figura 28 – Registro de festas de aniversário entre os anos 1998 a 2000



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Figura 29 – Comemoração de aniversário das servidoras (1998)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Os registros fotográficos que compõem a Figura 28 mostram a realização de aniversários das crianças (e potencialmente de servidores), que eram festejados com bolos adornados e decorações temáticas, geralmente oferecidos pela própria instituição, nas pessoas das servidoras ou administradoras, ou por meio de doações. Entende-se que, mesmo diante da precariedade das unidades escolares, havia altruísmo e solidariedade entre as servidoras e administradoras ao promover momentos de alegria nessas comemorações. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se destacar também o reconhecimento dos/das profissionais da unidade, quando eram homenageados em seus aniversários, como mostra a Figura 29.

Sobre o registro fotográfico vinculado à Figura 29, este mostra a realização de uma comemoração de aniversário de duas servidoras da instituição, conforme identificado na legenda do álbum de fotografias, com a participação das demais colegas de trabalho, fato que ocorria comumente na unidade. Portanto, e de acordo com os relatos das auxiliares de creche componentes desta pesquisa, as comemorações e festividades sempre estiveram presentes no estabelecimento.

Por sua vez, as datas comemorativas eram vinculadas às práticas pedagógicas por meio de instruções a respeito das atividades educativas, da organização das festas, assim como a decoração da instituição, que mudava de acordo com as festividades, e cujas alterações eram repassadas pela gestão consoante as reuniões registradas em atas (Anexo R).

Nesse entendimento, verifica-se que a sua proposta pedagógica baseava-se também em datas comemorativas. Com isso, percebe-se que a aprendizagem também era pautada nesses eventos, reforçando uma visão já estabelecida, sem espaço para questionamento ou diversidade cultural. Isso se deu especialmente em virtude do tipo de atendimento que era oferecido nas creches naquela ocasião.

De acordo com os relatos das participantes, a organização das atividades pedagógicas, que incluíam também eventos e festividades, era, em algumas ocasiões, orientada pelo calendário cívico, o que frequentemente culminava na realização de festas que reuniam todas as crianças e os adultos atuantes na instituição. Algumas fotografias desses eventos evidenciam o senso de coletividade vivenciado nesses momentos, conforme exibido na Figura 30:

Figura 30 – Festa de carnaval (antes de 1998)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Na Figura 30, observa-se uma fotografia que retrata uma festa de carnaval, sem indicação de data. No entanto, os elementos visuais sugerem que o registro é anterior à reforma de 1998, uma vez que, a partir desse período, a pintura do refeitório e a decoração passaram a apresentar características distintas. Nessas ocasiões de festividades, a rotina era interrompida para organizar desfiles, teatros ou apresentações musicais. Esse registro fotográfico em especial mostra o refeitório enfeitado com a temática e as crianças, de variadas idades, com adereços de carnaval, como máscaras e vestimentas. Foram colocados na fotografia adesivos com as frases: “Essa turminha é fera!” e “Quer dançar comigo!” (sic).

Entende-se que as datas comemorativas como a Páscoa, a Festa Junina e o Natal, sempre estiveram presentes nos eventos festivos oferecidos pela instituição, fazendo parte, assim, da sua cultura. É perceptível que parte desses eventos estava associada a celebrações de caráter religioso, de modo que a religião, sobretudo a tradição cristã, esteve atuante em suas práticas educativas por meio dessas ocasiões. Desta feita, a valorização de tais práticas exprime o apagamento das tradições de outras denominações religiosas.

Em seguida, na Figura 31, exibe-se um momento de celebração da Páscoa:

Figura 31 – Comemoração da Páscoa (1998)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

O registro fotográfico vinculado à Figura 31 mostra as crianças reunidas no refeitório, assentadas ao redor da mesa, utilizando máscaras de coelho. Ao fundo, observa-se a presença da auxiliar de creche, que também utiliza a máscara. Evidencia-se, ainda, a decoração temática composta por balões e painéis com duas figuras de coelhos afixadas na parede.

Nesse contexto, vale ressaltar que a temática do Natal também foi bastante explorada nas comemorações na instituição, de modo que foram encontrados registros desta data desde 1987, como já citado anteriormente, conforme registros desses momentos retratados nas Figuras 32, 33, 34 e 35, que se seguem:

Figura 32 – Comemoração do Natal (1998)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

A Figura 32 ilustra uma festa em comemoração à data de Natal, em que aparece um

homem caracterizado de Papai Noel, uma mulher (não identificada) e, ao centro, as crianças de diferentes faixas etárias, assentadas ao chão e se alimentando. Cabe refletir que cenas como esta eram bastante comuns em eventos natalinos em instituições de Educação Infantil e, ainda hoje, é possível encontrar eventos semelhantes, nos quais doces e presentes são distribuídos às crianças por um adulto vestido de Papai Noel. Assim, compreende-se, à luz de Chartier (1988), que as práticas são criadoras de usos ou de representações, inserindo-se na construção de uma cultura.

Figura 33 – Comemoração do Natal (1999)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Figura 34 – Celebração do Natal (1999)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Por outro lado, as Figuras 33 e 34 expõem outra comemoração de Natal, com uma proposta diferente oferecida pela instituição, realizada em uma área externa, em um espaço que acolhia os familiares das crianças atendidas, sendo decorada com uma mesa de café da manhã, uma árvore de Natal enfeitada, frutas variadas e, ainda, outras mesas espalhadas no pátio contendo uma diversidade de alimentos, como bolos e pães.

Figura 35 – Apresentação de Natal (2000)



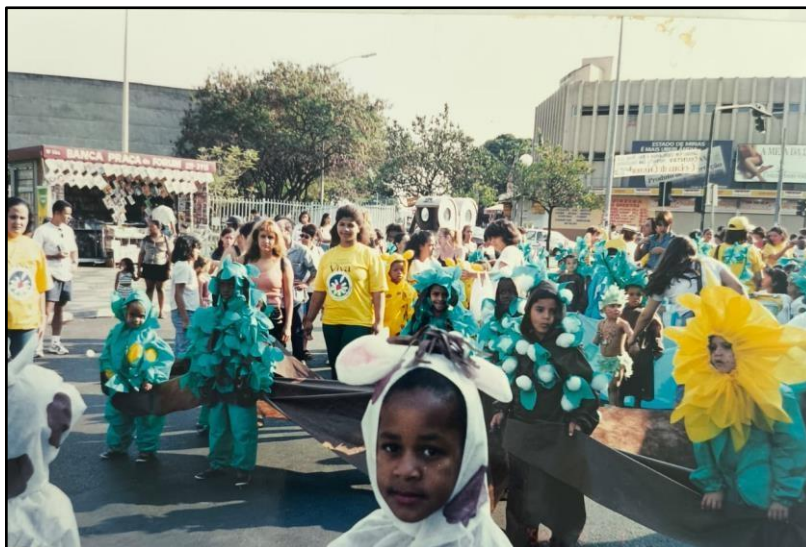
Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

No registro fotográfico da Figura 35, por sua vez, identifica-se uma apresentação realizada por crianças maiores, possivelmente com idade pré-escolar. Ao fundo, destaca-se a decoração de temática natalina, composta por balões coloridos e, sobre o fundo vermelho, um painel e uma figura do Papai Noel, além de outros elementos característicos do período. Sugere notar que as crianças estão realizando uma apresentação musical, em que estão vestidas de forma social: as meninas com vestido branco e os meninos com calça preta e camisa branca.

Dessa forma, é possível depreender, neste conjunto de figuras, diferentes momentos e formas de comemoração da festa do Natal. Estas imagens permitem inferir que os momentos de festa eram formas de viver a coletividade entre adultos e crianças, bem como as maneiras de apropriação e representação desta festa social no ambiente da creche.

Cabe ressaltar que a UDI do bairro Dona Zulmira também realizava passeios com as crianças fora da instituição. Um deles foi para a comemoração da Independência do Brasil, com o desfile das crianças no 7 de setembro, descrita na legenda do álbum, conforme consta na Figura 36, a seguir:

Figura 36 – Desfile de 7 de setembro (1998)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Aprecia-se, no registro fotográfico expresso na Figura 36, as crianças de diferentes faixas etárias fantasiadas, possivelmente, de árvores e flores, e as auxiliares de creche, identificadas com a blusa amarela do programa *Uberlândia Viva*¹⁹, todos desfilando em uma avenida do centro da cidade. Esses eventos ocorridos fora da instituição constituíam uma das poucas oportunidades para que as crianças da UDI, em sua maioria em situação de vulnerabilidade social, vivenciassem momentos culturais da cidade.

Ademais, encontrou-se registros de momentos em que políticos e autoridades de órgãos municipais estiveram presentes em determinados eventos da instituição. A fotografia a seguir, exibida na Figura 37, não apresenta informações sobre a natureza do evento realizado na rua, mas os indícios sugerem tratar-se de uma festa com venda de comidas e bebidas, possivelmente acompanhada de alguma apresentação envolvendo as crianças, em que autoridades locais se faziam presentes:

¹⁹ O programa *Uberlândia Viva* é uma iniciativa da Prefeitura de Uberlândia que visa levar serviços públicos e atividades culturais diretamente à comunidade, especialmente em bairros e distritos da cidade. Por meio desse programa, são realizadas ações que promovem a inclusão social, o acesso à cidadania e o fortalecimento da convivência comunitária. Fonte: www.uberlândia.mg.gov.br.

Figura 37 – Evento Festivo não-identificado (1999)



Fonte: EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Esse evento contou com a presença do então prefeito Virgílio Galassi e da secretária da SMTAS, Sra. Josefina, que aparecem ao centro da fotografia, dentre outras autoridades. A Figura 37 mostra, ainda, os convidados acomodados, sentados ao redor da mesa, decorada com forro branco e dois centros de mesa com personagens infantis, posicionados de modo a assistirem a uma apresentação.

Somado a isso, deparou-se, também, no acervo da EMEI Diretoria Maristela Gomes de Souza, com outros registros fotográficos contendo a presença, em eventos da instituição, de ilustres componentes da política regional. A título de exemplificação, consta o registro do então Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro, que futuramente se tornaria prefeito de Uberlândia, participando de um evento realizado na instituição denominado “Programa Uberlândia Viva” (Figura 38). Em outra foto, componente da Figura 39, aparece o então Secretário de Habitação, Sr. Luiz Humberto Carneiro, que se tornaria, em pouco tempo, deputado estadual, distribuindo presentes para as crianças em uma festa de Natal que ocorreu em 1998. Eis as imagens:

Figura 38 – Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro e duas servidoras da instituição durante o evento “Programa Uberlândia Viva” (1998)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

A Figura 38, portanto, mostra a imagem do Deputado Federal Odelmo Leão Carneiro e de duas servidoras do estabelecimento, identificadas pela vestimenta do “Programa Uberlândia Viva”, evento realizado na UDI do bairro Dona Zulmira em 1998.

Figura 39 – Secretário Municipal de Habitação Luiz Humberto Carneiro distribuindo presentes para as crianças (1998)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Logo, a presença de figuras públicas em eventos e festividades oferecidos pela instituição contribuía para a construção de uma imagem pública favorável, essencial em períodos eleitorais, quando essas aparições tornam-se estratégias de aproximação com a comunidade para a obtenção de benefícios eleitorais. Dessa maneira, esses eventos, como as celebrações de datas comemorativas, programas da esfera municipal e inaugurações de unidades escolares, serviram como oportunidades para que políticos ligados ao município estreitassem laços com a comunidade escolar, visando a obtenção de benefícios eleitorais, sobretudo a garantia de votos.

Cabe destacar que eventos culturais também eram promovidos fora do ambiente da instituição. Algumas festas, em especial as Festas Juninas, eram realizadas na rua em frente à Unidade, e no período da noite. Importante refletir que o horário seria adequado para atender as famílias que não poderiam estar presentes durante o dia devido aos compromissos de trabalho. Além disso, a realização das festas na rua justifica-se pelo fato de o espaço ser maior, possibilitando a participação de toda a comunidade local.

A seguir, expressa na Figura 40, uma fotografia de uma Festa Junina realizada no ano de 2000:

Figura 40 – Apresentação de Quadrilha - Festa Junina 2000



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Por conseguinte, na fotografia veiculada na Figura 40 foi possível visualizar as crianças caracterizadas com roupas e adereços típicos de festas juninas, durante a apresentação da dança, identificada como a quadrilha das crianças; ao fundo, aparece também a decoração do espaço.

Segundo Bencostta (2010), as festas escolares constituem-se como acontecimentos sociais no espaço da escola, pois evidenciam momentos simbólicos de integração entre os diferentes sujeitos do universo escolar, ao mesmo tempo em que mobilizam a construção de instrumentos que lhes atribuem significado como fenômeno cultural. Estes momentos festivos, além de repercutirem o cotidiano das creches, demonstram a cultura local e institucional, assim como o foco do trabalho do profissional que atuava diretamente com as crianças.

Nesse sentido, a Festa Junina, popular e tradicional no contexto educativo, especialmente na Educação Infantil, constitui-se como uma prática recorrente. A cena apresentada na Figura 40 retrata um momento bastante conhecido nesse contexto, de modo que as apresentações referentes a essa festividade continuam a se repetir até os dias atuais, na instituição.

O relato da participante P8 traz uma narrativa referente a essas festas realizadas na rua:

As festas eram na rua mesmo, na época da Danusa, fez-se muita festa. Não só na época dela, não. Porque ela gostava demais de festa. Ela criava festa de bolos, e vendia os pedaços, fazia tudo na rua. E a festa junina também era na rua. Mas porque ela tinha muita influência com os políticos, então ia muita gente. Não dava pra fazer a festa junina lá dentro não. Aí por isso que ela fazia essas festas na rua. E depois dela, eu acho que ainda aconteceu alguns anos na rua. Porque eu lembro, a gente ia na Guarda Antônio buscar banco, buscar as coisas. [...] Pra nós era muito difícil. Tinha que ir buscar aquelas coisas de bambu, sabe, e carregar banco. E tinha às vezes que desmontar as barracas que a prefeitura mandava e a gente tinha que carregar banco, fogão, botijão, tudo pra rua, né? Pra servir os caldos quentinhos. Nossa, era muito trabalhoso. Nossa, quando eles tiraram, eu falei, gente, nós tá no céu agora. Tanto que eu achei bom. (P8)

Além de festas realizadas na rua, era também comum, naquele tempo, passeios realizados fora da instituição, tanto para as crianças, como para os funcionários. Deparou-se com alguns memorandos e fotografias relacionados a eventos fora da instituição, como: capacitação dos servidores, comemoração do dia das mães, “Programa Uberlândia Viva” e diversos passeios com as crianças referentes a algumas datas comemorativas, como o desfile de 7 de setembro, dia das crianças, páscoa, entre outros. Encontrou-se registros de passeios com as crianças visitando algumas instituições, porém não foi possível identificar o nome desses estabelecimentos. Contudo, notou-se, na legenda do álbum de fotografias, alguns passeios na UDI do bairro Planalto em celebração ao Dia das Crianças e a Páscoa, segundo observável na Figura 41, que se segue:

Figura 41 – Festa da Páscoa na UDI do bairro Planalto (1999)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

A fotografia contida na Figura 41 registra um evento referente à comemoração da Páscoa, realizada no ano de 1999, na UDI do bairro Planalto, com a presença da Secretária da SMTAS. A imagem traz uma montagem com duas fotos, de modo que a foto acima retrata a decoração com balões, caixas de som, a presença de algumas mulheres e crianças, além de adultos fantasiados de “coelho” e “banana de pijama”, enquanto que a fotografia abaixo mostra as crianças da UDI do bairro Dona Zulmira sentadas na arquibancada, usando fantasias no peito, possivelmente posicionadas para assistir à apresentação do evento.

No que lhe concerne, o Parque do Sabiá foi o destino mais visitado pelas crianças da UDI do bairro Dona Zulmira, conforme os relatos dos participantes entrevistados para esta pesquisa. A seguir, componentes das Figuras 42 e 43, apresentam-se alguns momentos desses registros:

Figura 42 – Passeio no Parque do Sabiá (1998)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Figura 43 – Passeio no Parque do Sabiá (s.d.)



Fonte: Acervo da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2024)

Neste cenário, a participante P8 colabora com a discussão, apresentando uma narrativa sobre os passeios realizados fora da instituição:

Tinha muitos passeios na época da UDI, em alguns lugares a gente levava só os maiores, mas no Parque do Sabiá a gente levava até os bebês. A gente ia com esses meninos no Parque do Sabiá e quando soltava eles nos brinquedos, eu quase ficava louca, porque menino corre por tudo quanto é lado [...] pensa bem, olha tudo que a gente passava, hoje em dia isso não acontece mais. Mas naquela época tudo era bom, a gente fazia com satisfação [...] A gente levava as panelas, a Genoveva fazia uma galinhada gostosa e a gente levava suco, sentava debaixo das árvores [...] tinha hora que nem dava pra trocar os meninos direito, e quando a gente chegava, era aquela correria pra organizar os meninos pra entregar para os pais. Então, assim, era muito

passeio. [...] Eu achei bom demais também quando foi proibido esses passeios, porque era muito trabalhoso pra nós e olha a responsabilidade com esse tanto de meninos. (P8)

Apesar de não haver registros fotográficos a partir de 2001, é possível perceber por meio do relato da entrevistada referida como P8 que havia, sim, muitos passeios e eventos em outra época, cuja gestão seria de responsabilidade de condução de outra administradora:

Na época da [...], também tinha as festas e passeios, inclusive fomos até no cinema ver aquele Nemo, aquele filme, lá no Terminal Central, lá tinha um cinema nessa época e fomos de ônibus todo mundo, todo mundo assim, os maiores né, porque tinha lugares que não dava pra levar os bebês. (P8)

É plausível supor que as administradoras da UDI organizassem esses passeios e eventos com a devida antecedência, considerando que a preparação de todos os itens necessários para a realização desses momentos demandava um esforço adicional. Nesse aspecto, foram encontrados dois memorandos, feitos pela então administradora da UDI no ano de 2002, sendo o primeiro solicitando o empréstimo de 4 barracas para a realização da Festa Junina, e o segundo requerendo transporte para levar as crianças no Center Shopping e no Parque do Sabiá (Anexos S e T).

Isto posto, pode-se afirmar que boa parte dos eventos e festividades realizados na referida instituição, no recorte temporal analisado, estabelecem estreitas relações com o calendário cívico, enfatizando as principais datas comemorativas em seus eventos e festejos. Assim, conclui-se que tais ações fazem parte de uma tradição que compõe a cultura escolar das instituições de Educação Infantil e que perdura atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da temática investigada nesta pesquisa relaciona-se, sobretudo, à minha trajetória profissional. Iniciei minha atuação em 2012 como professora da Educação Infantil, por meio de concurso público, na então denominada EMEI Jean Piaget que, a partir de 2022, passou a ser denominada EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza. Diante dos desafios vivenciados na prática docente, especialmente no cotidiano da sala de aula, emergiu a necessidade de refletir sobre as possíveis causas dessas dificuldades.

Compreende-se, assim, que a análise do contexto atual não pode ser fundamentada em uma explicação causal linear ancorada exclusivamente em suas origens, conforme adverte Marc Bloch (2001) ao criticar o chamado “ídolo das origens”, isto é, a tendência de atribuir aos primórdios dos fenômenos históricos um poder explicativo absoluto. Nesse sentido, o estudo do percurso histórico dos processos educativos, particularmente dos primórdios do atendimento regulamentado à Educação Infantil no município de Uberlândia, não se configurou como uma busca pelas causas determinantes dos problemas atuais, mas como um exercício de problematização histórica. Essa abordagem permitiu situar os desafios ainda enfrentados pelos profissionais da área como parte de um processo histórico complexo, dinâmico e em permanente construção.

Assim, com base nas experiências vivenciadas em minha infância e, atualmente, na atuação profissional na Educação Infantil, reafirmo a percepção da relevância dessa etapa de ensino na vida das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social. O aprofundamento no conhecimento sobre a história da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza tornou-se, portanto, uma fonte de inspiração para a realização desta pesquisa, que remonta à década de 1980 e tem como objeto de estudo uma Creche Comunitária, posteriormente transformada em Unidade de Desenvolvimento Infantil – UDI.

O presente estudo, ao abordar o processo de criação e municipalização de uma creche comunitária em Uberlândia, possibilitou importantes reflexões acerca das primeiras formas de atendimento destinadas a crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em um dos bairros periféricos do município.

Ressaltando-se, então, a importância dos estudos sobre instituições escolares na educação brasileira e enfatizando a necessidade de compreender profundamente suas trajetórias, mesmo aquelas menos valorizadas academicamente. Nesse sentido, a investigação sobre uma instituição de Educação Infantil em um bairro periférico como o Dona Zulmira não

apenas integra estudos regionais com nacionais, mas também oferece novas perspectivas na história educacional. Assim, o estudo trouxe contribuições pertinentes ao entender como essa instituição influenciou a comunidade e contribuiu para a construção da identidade educacional local. Reconhece-se a importância de documentar e analisar essas histórias para promover um diálogo entre passado e presente, a fim de entender sobre os modelos educativos no Brasil e seu desenvolvimento histórico.

Dessa maneira, para compreender o início de todo esse processo, fez-se necessário um retorno ao passado, com o propósito de identificar as primeiras iniciativas voltadas à Educação Infantil, bem como o surgimento dos jardins de infância e das instituições educativas destinadas às crianças pequenas no Brasil, em Minas Gerais e, especificamente, no município de Uberlândia. Compreende-se que a história das instituições de Educação Infantil no Brasil teve um desenvolvimento distinto em comparação à Europa. Até meados do século XIX, praticamente não havia instituições dedicadas à educação de crianças no Brasil, especialmente devido ao contexto rural, onde o cuidado infantil era visto como responsabilidade materna. Por sua vez, o cuidado infantil, inicialmente centrado na família, inspirou instituições como creches e escolas maternas, associadas à ideia de abrigo e proteção. Paralelamente, surgiram formas alternativas de amparo, como redes de parentes, mães mercenárias e rodas dos expostos, geralmente sob responsabilidade de instituições religiosas, que buscavam preparar as crianças para o trabalho.

Kuhlmann Jr. (2000b) aponta que a creche surgiu na França em 1844 e se difundiu a partir da década de 1870, impulsionada pelos avanços da microbiologia e pela possibilidade de amamentação artificial, alcançando também o contexto brasileiro. Além disso, Kuhlmann Jr. (1998) destaca que, no século XIX, as salas de asilo, especialmente na França e na Inglaterra, constituíram as primeiras formas de atendimento coletivo às crianças pobres, marcando o início da Educação Infantil no Brasil e a transição de práticas assistenciais para propostas pedagógicas mais estruturadas, como as escolas maternas e os jardins de infância.

Logo, para se compreender o surgimento da Educação Infantil, é fundamental reconhecer as contribuições de Friedrich Froebel, criador dos jardins de infância e precursor da educação de crianças pequenas, que contribuiu com princípios norteadores da história da Educação Infantil e que estão presentes nos marcos legais, orientando e estruturando as práticas pedagógicas, como, por exemplo, o brincar, o jogo, os materiais não estruturados, as interações e as brincadeiras.

No Brasil, os jardins de infância, com raras exceções, não eram financiados pelo Estado, já que se configuravam como um privilégio restrito às crianças de famílias ricas. Esses

espaços foram inicialmente concebidos como espaços pedagógicos voltados para brincadeiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, físico, moral e intelectual. Nesse sentido, os jardins de infância já possuíam um caráter educacional, diferenciando-se das creches, que tinham como objetivo principal a guarda e a proteção das crianças das classes populares.

Embora tenha se verificado que as creches e os jardins de infância surgiram, inicialmente, como instituições de cuidado, apenas posteriormente estabelecendo-se como instituições de ensino. A controvérsia principal girava em torno de sua finalidade: sendo caritativos e voltados aos pobres, muitos argumentavam que não deveriam ser financiados pelo poder público.

O debate sobre a infância no Brasil foi fortemente influenciado por fatores políticos e econômicos, especialmente durante o processo de industrialização e urbanização, que ampliou a demanda por creches e parques infantis devido à crescente inserção feminina no mercado de trabalho. Enquanto as classes mais favorecidas economicamente dispunham de uma educação formal, oferecida por meio dos jardins de infância, as camadas populares eram atendidas por instituições de caráter assistencialista, marcadas pelas práticas higienistas, a puericultura e a presença de entidades filantrópicas nesses espaços, pois o atendimento dessas crianças não era vinculado à educação, mas à saúde para o combate da mortalidade infantil.

Assim, constatamos que no século XX, a criação de creches refletiu essa lógica, atendendo principalmente aos filhos de trabalhadores, mas sob uma perspectiva filantrópica e não como um direito social. Nesse contexto, as creches eram vistas, segundo Vieira (1988), como um “mal necessário”, com foco na saúde e na higiene, servindo para controlar e regular a vida das populações pobres, em uma relação marcada pela hierarquia e pela caridade institucionalizada.

No cenário internacional, ganhava força uma abordagem de educação compensatória, fundamentada na visão de privação cultural. Essa perspectiva, que chegou ao Brasil na década de 1970, sugeria que crianças de classes populares, privadas de experiências culturais em razão de sua condição social, deveriam ser “compensadas” na pré-escola. No desenvolvimento das instituições pré-escolares voltadas à infância pobre, o assistencialismo consolidou-se como modelo educacional, focado mais na submissão das crianças e de suas famílias do que na emancipação. A desigualdade no acesso à educação e o interesse da classe média pela pré-escola intensificaram a demanda por escolas públicas para atender essa faixa etária.

Durante a ditadura militar, pesquisas sobre desenvolvimento infantil levaram a algumas mudanças na postura governamental em relação à Educação Infantil. No entanto, a legislação

vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma do Ensino de 1971, não trouxe alterações significativas, apresentando mecanismos limitados para garantir a pré-escola. Assim, os sistemas de ensino apenas supervisionavam o atendimento a crianças menores de sete anos, incentivando empresas a oferecer educação pré-escolar principalmente às filhas de suas funcionárias, caracterizando uma política educacional estagnada e pouco efetiva.

A partir da década de 1970, o governo de Minas Gerais ampliou a educação pré-escolar pública para crianças de 4 a 6 anos, criando instituições, leis e normas que regulamentavam o acesso e a expansão do ensino. No final desta década, programas compensatórios incluíram crianças de classes populares, em parceria com áreas de saúde e assistência social. Paralelamente, houve crescimento das pré-escolas particulares e a regulamentação de seu funcionamento. Entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980, o país passou por transição política, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e maior demanda por instituições para crianças de 0 a 6 anos, em meio a uma crescente desigualdade social.

Nos anos 1980, a expansão de creches passou a representar espaços de convivência infantil e autonomia para as mulheres. Movimentos sociais de feministas e mulheres periféricas passaram a demandar educação e guarda diurnas para seus filhos, criando creches e centros infantis comunitários, muitas vezes apoiados por programas públicos. Esse processo marcou o rompimento com a tutela filantrópica tradicional, permitindo que organizações populares também assumissem a gestão da assistência infantil.

Constatou-se que, antes da década de 1980, Uberlândia contava com apenas duas instituições públicas de Educação Infantil: o Jardim de Infância Suzana de Paula Dias (1967-1972), voltado principalmente para crianças de classe média alta, e o Pré-Fundamental Nossa Casinha (1977), ligado à UFU, que atendia aos filhos de funcionários e que, posteriormente, se expandiu para ensino pré-escolar e 1º grau, tornando-se, em 1988, uma escola pública com ingresso por sorteio. Ademais, na década de 1980, o atendimento a crianças de zero a seis anos, especialmente de bairros periféricos, dependia de iniciativas filantrópicas e religiosas, sendo insuficiente para a demanda existente. Nesse contexto, Zaire Rezende destacou-se politicamente em Uberlândia, promovendo a Democracia Participativa e implementando mudanças e investimentos sociais, com ênfase na educação.

O atendimento pré-escolar em Uberlândia, realizado pela SME e por algumas escolas estaduais, era restrito e não atendia adequadamente à população, especialmente às crianças de famílias mais pobres e trabalhadoras. Para enfrentar essa limitação, foi criado o Projeto Municipal de Educação do Pré-Escolar, que ampliou significativamente o número de crianças

atendidas. Nesse projeto, seguindo a proposta do prefeito Zaire Rezende, a prioridade na oferta de vagas passou a ser das crianças pertencentes às classes menos favorecidas, buscando reduzir desigualdades no acesso à Educação Infantil.

Em 1983, a SMTAS implementou o “Programa de Apoio às Creches Comunitárias”, resultado das pressões das entidades comunitárias e da mobilização popular, já que as Leis nº 4.024/1961 e nº 5.692/1971 não haviam contribuído significativamente para ampliar o atendimento às crianças de zero a seis anos. As creches foram estimuladas pelo governo municipal e organizadas por associações de moradores que buscavam melhorar suas comunidades. Durante a gestão da Democracia Participativa, a prefeitura chegou a incentivar a criação dessas associações onde elas ainda não existiam. É nesse cenário que surgiram as condições que possibilitaram a criação da Creche Comunitária, a qual, mais tarde, se transformou na UDI do bairro Dona Zulmira.

Destaca-se que a criação da Creche Comunitária no bairro Dona Zulmira foi fruto da parceria da Ambazu com o poder local para atender às necessidades de serviços públicos básicos da comunidade carente. A participação ativa desses atores refletiu a política de descentralização e participação popular promovida pela gestão Democracia Participativa entre 1983 e 1988, no governo de Zaire Rezende. Isso influenciou diretamente na expansão quantitativa das creches, apesar dos desafios em relação à qualidade do serviço devido à escassez de recursos. Essa iniciativa possibilitou a conscientização da população sobre a oferta de serviços educacionais, especialmente a disponibilização e ampliação de creches para crianças menores de 6 anos de idade.

A criação da Creche Comunitária no bairro Dona Zulmira resultou das reuniões promovidas pela Ambazu, com apoio da prefeitura, por meio da SMTAS, para organizar sua abertura e funcionamento. A instituição iniciou suas atividades de forma bastante modesta em um prédio alugado, administrada pela associação por meio de subsídio da prefeitura e atendia crianças carentes de zero a seis anos. No entanto, o espaço era inadequado para o atendimento infantil, devido à precariedade das casas encontradas no bairro para aluguel, de modo que, com a estrutura limitada, mudou-se de endereço duas vezes em busca de oferecer melhores condições de atendimento.

Com as determinações da Constituição Federal de 1988, o município começou a estudar de forma mais significativa a questão do atendimento nas creches, visto que as novas leis tornavam relevantes a necessidade de que o trabalho realizado nas unidades tivesse não só um caráter assistencial, mas, especialmente, educativo, cuja responsabilidade deveria ser assumida pela instância pública municipal, o que demonstra o papel e a importância das políticas de

Educação Infantil.

Contudo, em 1990, a Creche Comunitária foi transferida para um prédio próprio, doado pela prefeitura, com o objetivo de oferecer um espaço mais amplo e seguro. Esse endereço corresponde ao atual local da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, que, devido à atualização da malha urbana, deixou de pertencer ao bairro Dona Zulmira, passando a integrar o bairro Taiaman. A mudança para um prédio próprio permitiu à instituição ampliar sua capacidade de atendimento, oferecendo um maior número de vagas e melhores condições de atendimento.

A mudança para a nova sede marcou não apenas uma conquista estrutural, mas também o início de um novo ciclo institucional. A partir desse momento, intensificaram-se os movimentos que culminaram na municipalização da Creche Comunitária, inserindo-a de forma mais efetiva nas políticas públicas voltadas à Educação Infantil.

Nesse contexto, em 1995, a Creche Comunitária deixou de ser administrada pela Ambazu, passando a ser oficialmente a UDI do bairro Dona Zulmira, uma instituição municipal, sob a responsabilidade, primeiramente, da SMTAS. No entanto, sua reinauguração oficial ocorreu apenas em 29 de maio de 1998, após a conclusão de uma reforma. Tratava-se do primeiro ato municipal no sentido de assumir efetivamente essas creches e, assim, cumprir os preceitos da Constituição de 1988, que, conforme a redação original, em seu Art. 208, Inciso IV, dizia: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (Brasil, 1988).

Apesar da escassez de documentos sobre a criação e o funcionamento da Creche Comunitária, bem como sobre os primeiros anos de atividade da UDI do bairro Dona Zulmira, as narrativas dos participantes e as fotografias permitiram reconstruir a história da instituição, compreender sua estrutura física e práticas educativas e relacioná-las à legislação da Educação Infantil.

Assim sendo, foi possível acompanhar, na medida do possível, a evolução da estrutura física da instituição que, em seus primeiros anos de funcionamento, operava de maneira precária, em residências alugadas e com recursos bastante limitados. Com a municipalização, a unidade passou a dispor de um prédio próprio, mais amplo e seguro para o acolhimento das crianças. No entanto, mesmo diante desta conquista, ainda persistiram os desafios, como a improvisação de sala de aula, a insuficiência de espaço e mobiliário inadequado para os profissionais da educação, a escassez de salas de aula, dentre outros improvisos, dificultando o atendimento pleno à demanda da comunidade local. Diante dessas limitações, observa-se um descaso do poder público municipal em se adequar às legislações vigentes que regulamentam a

Educação Infantil, com vistas à melhoria das condições estruturais, de cuidado e das práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade.

Para compreender os sujeitos que compõem a instituição, é fundamental analisá-la a partir da noção de lugar, entendendo-a como um espaço constituído por múltiplas relações e convivências. Nesse sentido, deu-se ênfase ao conhecimento da comunidade e do bairro Dona Zulmira, localizado na zona oeste de Uberlândia, onde teve início a história dessa instituição.

Constatou-se que bairro Dona Zulmira, criado em 1954, surgiu em meio à segregação socioespacial de Uberlândia, abrigando populações de baixa renda em uma área com pouca infraestrutura, resultado da especulação imobiliária e da falta de planejamento urbano inclusivo. A área em que se localiza a instituição, a parte baixa do bairro Dona Zulmira (hoje denominado bairro Taíaman), conforme relatado pela maioria dos participantes, que apesar de ter recebido infraestrutura básica e contemplado com os principais equipamentos públicos, como posto de saúde e creche e escola, foi, historicamente, a mais prejudicada, marcada pela falta de investimentos públicos direcionados para o crescimento da região. Verifica-se ainda que a comunidade era formada por grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica e que, ainda hoje, é possível observar a escassez de estabelecimentos comerciais e de espaços públicos adequados e seguros para práticas desportivas, culturais ou de lazer no bairro citado.

Os depoimentos revelam que a comunidade atendida e as crianças eram consideradas “pobres e carentes”, com predominância de crianças pardas e negras, refletindo a diversidade étnico-racial do contexto. Algumas crianças chegavam em condições precárias de higiene e outras eram vítimas de maus-tratos, inclusive encaminhadas pelo Conselho Tutelar, evidenciando os desafios enfrentados pela instituição. A participação das famílias nas reuniões era baixa, possivelmente devido à falta de escolarização ou insegurança, embora se mostrassem mais presentes em eventos e festividades. Esses elementos destacam o papel central da instituição como espaço educativo, de acolhimento e mediação social, promovendo o desenvolvimento infantil e a articulação com a comunidade.

Vale salientar a presença de assistentes sociais na instituição, principalmente quando esta estava sob a responsabilidade da SMTAS. As visitas desses profissionais eram constantes na instituição e tinham como finalidade a orientação e acompanhamento quanto ao atendimento oferecido. As administradoras/coordenadoras da UDI recebiam orientações contínuas, ocupavam cargos de confiança sujeitos a mudanças políticas e prestavam contas por meio de relatórios que avaliavam o funcionamento e o trabalho pedagógico da instituição.

De modo geral, as profissionais que atuavam na instituição naquele contexto eram majoritariamente mulheres, refletindo o papel histórico feminino na Educação Infantil, embora

não haja registros sobre seu perfil étnico-racial. Durante a fase da Creche Comunitária, os auxiliares eram contratados pela Ambazu sem a necessidade de possuir formação específica, sendo valorizado principalmente o vínculo com a comunidade e a dedicação ao cuidado das crianças. Por outro lado, com a municipalização, em 1995, a UDI do bairro Dona Zulmira passou a contar com auxiliares efetivos e concursados, tendo no mínimo o Ensino Fundamental completo, evidenciando o caráter assistencialista do atendimento. As participantes destacaram os desafios da profissão, incluindo as múltiplas funções e a desvalorização pelo poder público e, às vezes, pelas famílias, que enxergam o trabalho apenas como cuidado. Ainda assim, muitas demonstraram forte vocação, comprometimento com a educação e atenção ao bem-estar das crianças, apesar das dificuldades enfrentadas.

A partir do contato com as fontes documentais, a Creche Comunitária é apresentada tendo como objetivo ser um espaço que vai além dos cuidados básicos como alimentação, repouso, higiene e proteção, aspectos essenciais ao desenvolvimento integral das crianças. Ela também se configura como um ambiente educativo e social, onde as famílias participam da formação de uma consciência crítica. Os documentos analisados destacam ainda a importância da estimulação adequada, como psicomotora, afetiva, cognitiva e intelectual, respeitando o ritmo individual e promovendo a criatividade. Sob essa perspectiva, entendemos que a SMTAS já compreendia a educação como uma função essencial das creches de Uberlândia desde a sua criação.

Com o tempo, a organização e as práticas educativas das instituições foram se adequando às legislações vigentes, especialmente após a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a LDBEN (1996), que reconheceram o direito das crianças ao atendimento em creches e instituíram a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Nesse contexto, com a municipalização, em 1995, instituiu-se, então, um novo modelo, que deixou de adotar a denominação de “creche” para assumir a de “Unidade de Desenvolvimento Infantil”, consolidando-se por meio de uma organização mais sistematizada, orientada pelas diretrizes designadas pela SMTAS até o ano de 2000. Dessa forma, a análise das fontes revelou que, nas práticas educativas, as auxiliares de creche eram cobradas a elaborar planejamentos pedagógicos detalhados e relatórios sobre o desenvolvimento das crianças, incluindo avanços e sugestões para aprimorar suas práticas. Observou-se que, além dos cuidados básicos, essas profissionais desempenhavam múltiplas funções, conciliando atenção às crianças, planejamento pedagógico e participação em estudo de formação continuada, destacando assim a precarização do seu trabalho.

Constatou-se também, por meio das fontes analisadas, que a instituição, enquanto orientada pela SMTAS, praticou um rigoroso controle institucional, especialmente no que se refere à disciplina, exercido não apenas sobre as crianças, mas também sobre as famílias e os próprios funcionários. Comprovou-se que o atendimento oferecia uma educação integral, articulando os cuidados básicos com as crianças às dimensões educativas, mediante atividades lúdico-pedagógicas, do estímulo à criatividade e da promoção de hábitos saudáveis.

A trajetória da instituição analisada evidencia sua relevância no atendimento à infância ao tensionar a histórica dissociação entre assistência e educação. Conforme assinala Kuhlmann Jr. (1998), a polarização entre o assistencial e o educacional opõe, de forma equivocada, as funções de guarda e proteção à função educativa, como se fossem incompatíveis. Ao contrário, o autor sustenta que a educação da criança pequena envolve necessariamente o cuidado, cabendo às instituições de Educação Infantil o papel indissociável de cuidar e educar, perspectiva que se expressa nas práticas desenvolvidas pela instituição investigada.

Ademais, a partir de 2001, em conformidade com a LDBEN nº 9.394/1996, a administração foi transferida para a SME. De acordo com o PPP da EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza (2022), essa mudança marcou a transição de uma abordagem assistencialista para um enfoque prioritariamente pedagógico. Contudo, a análise das fontes evidencia que, embora o início de seu funcionamento tenha ocorrido no âmbito de uma política assistencialista, a instituição sempre se configurou como um espaço educativo, integrando o cuidar e o educar, expressando tal caráter por meio de suas práticas pedagógicas.

Embora a UDI do bairro Dona Zulmira não tivesse aparato legal para desenvolver um trabalho pedagógico, a SME criou ações a fim de fazer parcerias com as EMEIs existentes naquela ocasião. Nesse momento, a UDI do bairro Dona Zulmira passava pelo processo de transição para também virar uma EMEI. Nesse contexto, ao longo do período de transição, a EMEI Maria Claro assumiu o suporte administrativo e pedagógico da unidade, favorecendo a consolidação do atendimento ofertado, o qual passou a ser reconhecido pela centralidade atribuída ao desenvolvimento integral das crianças.

Com base em registros fotográficos, narrativas de participantes e documentos institucionais, como memorandos e atas, foi possível identificar e analisar a realização de eventos e festividades na instituição entre 1998 e 2000. Essas celebrações refletiam os significados políticos e sociais do período, estando fortemente vinculadas ao calendário cívico e às principais datas comemorativas. Conclui-se que essas práticas integram uma tradição consolidada na cultura escolar da Educação Infantil, que se mantém presente até os dias atuais.

Por sua vez, conclui-se que esta pesquisa contribuiu para a compreensão dos processos

históricos que marcaram a comunidade do bairro Dona Zulmira e a trajetória da instituição, valorizando sua identidade como um espaço fundamental de educação. Observou-se que os diversos elementos analisados, desde as condições de criação até as práticas cotidianas, entrelaçam-se e influenciam a história de vida dos sujeitos que fizeram parte dessa trajetória.

Em síntese, o estudo reafirma a relevância de investigar as instituições escolares como forma de interpretar o sentido de sua existência e de sua singularidade, além de reforçar o papel da instituição, hoje denominada EMEI Diretora Maristela Gomes de Souza, como provedora essencial da Educação Infantil e espaço de formação humana e social para a comunidade.

Contudo, é importante deixar expresso que ainda existem muitas possibilidades de pesquisa sobre a instituição. Ademais, esta é uma das possíveis histórias narradas sobre ela, a partir de escolhas teóricas e metodológicas, pois não desejo esgotar as possibilidades de análises, mas despertar o interesse de outros pesquisadores sobre as temáticas apresentadas, sempre pensando em contribuir com articulações possíveis entre os diferentes campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALEM, J. M. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 79-102, jan./jun. 1991.
- ALVARENGA, N. M. Movimento popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia (1983/88). **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 103-129, jan./jun. 1991.
- ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 167-184, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- ARCE, A. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARCE, A. **A pedagogia na era das revoluções: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel**. Campinas: Autores Associados, 2002a.
- ARCE, A. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 20, p. 107-120, maio/ago. 2002b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200009>. Acesso em: 21 mar. 2025
- ARCE, A. O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 9-25, abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100002>. Acesso em: 3. fev. 2025.
- BENCOSTTA, M. L. A. **História da educação e cultura escolar: representações e imagens das festas escolares**. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de out. 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 05 fev. 2025.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v. 1-3.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 13 abr. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 fev. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 18 dez. 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 14 de janeiro de 2010. Define diretrizes operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 15 jan. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2010>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha de Alimentação Escolar para Educação Infantil**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BUFFA, E. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas:

Autores Associados, 2007, p. 151-164.

CARRIJO, M. C. F. de O. B. **Educação infantil e políticas públicas na contemporaneidade**: avanços e limitações no discurso legal e na dinâmica educacional. 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13812/1/MCFernandesDISSPRT.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2025.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

COTRIM, G.; PARISI, M. **Fundamentos da educação**: história e filosofia da educação. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

DANTAS, S. M. **Uberlândia – Terra fértil para novas semeaduras**: a experiência da Democracia Participativa (1983-1988). 1996. 74 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18539/1/UberlandiaTerraFertil.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FARIA FILHO, L. M. de. Educar, instruir e civilizar: contribuição à História da Educação Infantil em Minas Gerais. **Série Documental/Relatos de Pesquisa**, Brasília, INEP/MEC, v. 3, n. 24, p. 109-115, 1995.

FERREIRA, V. de S. **Creches comunitárias e democracia participativa**: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-1988). 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13827/1/Diss%20Vanessa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FIGUEIRA, L. **Luizote de Freitas era casado com Dona Zulmira**; conheça as histórias de alguns bairros de Uberlândia. g1 Triângulo e Alto Paranaíba, Uberlândia, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/08/31/luizote-de-freitas-era-casado-com-dona-zulmira-conheca-as-historias-de-alguns-bairros-de-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 1 (46), p. 135-144, jan./abr. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/4827582/Cultura_Material_escolar_Zarankin_e_Funari. Acesso em: 25 maio 2025.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Orgs.) **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação pela imprensa. Campinas: Autores

Associados/Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 3-24.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723818382017081>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GUIMARÃES, J. L. O financiamento da Educação Infantil: quem paga a conta? In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 43-56.

JAKIMIU, V. C. L. A manutenção da cisão histórica entre “creche” e “pré-escola” e as implicações para a declaração e efetivação do direito à educação no contexto da educação infantil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, p. 1-32, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v15i0.81492>. Acesso em: 26 jun. 2025.

KENDZIERSKI, M.; PIETROBOM, S. R. G. Friedrich Froebel e os jardins-de-infância. In: II FÓRUM DE LICENCIATURAS, 2., 2012, Guarapuava. **Anais [...]**. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2012. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/flicenciaturas/pdf/iiv2n1/104.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

KISHIMOTO, T. M. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 57-60, fev. 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1184>. Acesso em: 15 abr. 2025.

KISHIMOTO, T. M. Froebel e a concepção de jogo infantil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 145-167, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v22n1/v22n1a06.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

KOCH, D. **Desafios da educação infantil**. São Paulo: Loyola, 1985.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, S.; SOUZA, S. J. Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 28, p. 12-31, 1987.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 11. ed. São Paulo: Ática, 1992.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23857>. Acesso em: 20 out. 2019.

KRAMER, S. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 117-132.

KUHLMANN JR., M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922).

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 78, p. 17-26, ago. 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1027>. Acesso em: 28 jan. 2025.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a, p. 469-496.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000100002>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KUHLMANN JR., M. O jardim de infância e a educação de crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (Org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 1-30.

KUHLMANN JR., M. Educação Infantil e currículo. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

KUHLMANN JR., M. Parque infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 223-244, set./out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.68371>. Acesso em: 27 mar. 2025.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **A História**: novos objetos. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, Celina Cardoso, Francisco J. M. Guimarães. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LIMA, S. C. F. de. **Urbanização e Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira em Uberlândia – no período de 1979 a 1988**. 1988. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19999/1/UrbanizacaoAssociacaoUberlandia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MACHADO, M. C. T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991.

MAGALHÃES, J. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados/Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 91-103.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (Org). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016, p. 69-97. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marcilio_ML_56_2785923_ARodaDosExpostosEACriancaAbandonadaNaHistoriaDoBrasil1726-1950.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MISTRAL, G. Seu nome é hoje [poema]. Tradução de Maria Teresa Almeida Pina. **Poesia Latina** — Blog Utopia. Publicado em 13 mar. 2009. Disponível em: <https://blogs.utopia.org.br/poesialatina/seu-nome-e-hoje-gabriela-mistral/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG103216156>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: COLÓQUIO SOBRE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 2., 2005, Campinas. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2006.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Z. R. de O. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs). **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PALHARES, M. S.; MARTINEZ, C. M. S. A educação infantil: uma questão para o debate. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 2003.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 05 abr. 2025.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Trad. Cibele Saliba Rizek. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSEMBERG, F. Formação do profissional de Educação Infantil através de cursos

supletivos. In: BARRETO, A. M. R. (Coord). **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p. 51-63. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/me002343.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ROSEMBERG, F. **Educação infantil, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 1999.

ROSEMBERG, F. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 63-78.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2183/40-artigos-rosembf.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ROSEMBERG, F. A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras. In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G. de (Orgs). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil; Fundação Carlos Chagas, 2015, p. 163-184.

SAITO, H. T. I. **História, Filosofia e Educação: Friedrich Froebel**. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004. Disponível em: <http://old.ppe.uem.br/dissertacoes/2004/2004%20-%20Heloisa%20Toshie%20Irie%20Saito.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre as fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 3-12.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, F. A. **História e Memória da Educação Pré-escolar na Democracia Participativa em Uberlândia (1983-1988)**. 2021. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34109/2/HistoriaMem%c3%b3riaEduca%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SOUZA, S. T. de. O universo escolar nas páginas da imprensa tijucana (Ituiutaba-MG – anos de 1950 e 1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 523-541, jul/dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11461>. Acesso em: 28 jan. 2025.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica**. Lei Orgânica do Município de Uberlândia/MG. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, [1990]. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/cidadania/escola-do-legislativo/biblioteca/lei-organica-1-1990-uberlandia-mg.pdf/view>. Acesso em: 6 jun. 2025.

UBERLÂNDIA. **Portaria nº 11.925, de 21 de março de 2002**. Institui a comissão que acompanhará o processo de transição das Unidades de Desenvolvimento Infantil – UDIs da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de Educação, designa seus membros e dá outras providências. Uberlândia: Diário Oficial do Município de Uberlândia, 25 mar. 2002. Disponível em: <http://folder.prodaub.com.br/basetemp/c98097299dbacf1bb745734a86b098659b523eb1f675f42459f5bde4a563c66dO63l362743/F12348.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil**. Uberlândia, 2003.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil Jean Piaget. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia, EMEI Jean Piaget, 2003.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 382, de 26 de outubro de 2004**. Cria as escolas municipais que menciona e dá outras providências. Uberlândia: Diário Oficial do Município de Uberlândia, 28 out. 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2004/39/382/lei-complementar-n-382-2004-cria-as-escolas-municipais-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 14 abr. 2025.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil Jean Piaget. **Projeto Político Pedagógico**. Uberlândia, EMEI Jean Piaget, 2022.

UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº 735, de 9 de agosto de 2022**. Altera a Lei Complementar nº 382, de 26 de outubro de 2004 e suas alterações, que “cria as escolas municipais que menciona e dá outras providências”. Uberlândia: Diário Oficial do Município de Uberlândia, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2022/74/735/lei-complementar-n-735-2022-altera-a-lei-complementar-n-382-de-26-de-outubro-de-2004-e-suas-alteracoes-que-cria-as-escolas-municipais-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 fev. 2025.

VIEIRA, A. M. D. P. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, J. C. da; ORSO, P. J.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). **História da educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013, p. 65-78.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1215>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VIEIRA, L. M. F.; MELO, R. L. C. de. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: prática de manutenção/prática de educação – 1985. In: ROSEMBERG, F. (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 135-178.

VIEIRA, L. M. F. A pré-escola em Belo Horizonte 1908/1980: notas de pesquisa. **Educação**

Popular, Belo Horizonte, Ameppe, p. 33-44, 1993.

VIEIRA, L. M. F. Educação da Criança Pequena na Legislação Educacional Brasileira do Século XX: abordagem histórica do Estado de Minas Gerais (1908-2000). In: 30ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, ANPEd, 2007, p. 1-15. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT07-3692--Int.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n00/n00a05.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. (Orgs). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 59-136.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Roteiro de entrevista com Ex-auxiliares de creche:

1. Fale um pouco sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional. Houve apoio da família ao longo desse percurso? Você enfrentou algum obstáculo significativo?
2. Conte-me quando e como você começou a trabalhar na instituição (Creche Comunitária/UDI).
3. Quais eram os requisitos exigidos quanto à formação específica para atuar na instituição naquele período?
4. Ao chegar à instituição, como você se deparou com o espaço físico? Quais foram suas primeiras impressões?
5. Como eram as crianças, as famílias atendidas e o bairro Dona Zulmira naquele período?
6. Como era a rotina das crianças e a organização do trabalho cotidiano na Creche/UDI?
7. Quais eram as suas funções na instituição e como se dava o planejamento das atividades pedagógicas?
8. Como era realizado o agrupamento das crianças e a divisão por salas?
9. Você recebia algum tipo de treinamento ou formação continuada? Como isso ocorria?
10. Aproximadamente, qual era a quantidade de crianças atendidas por profissional e quais eram as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano?
11. Você percebeu mudanças significativas na instituição ao longo do período em que atuou? Quais foram as principais transformações?
12. Como era a relação da instituição com a comunidade, com as famílias e com a Prefeitura Municipal de Uberlândia?
13. Como eram organizadas as festas e eventos promovidos pela instituição?
14. Como você avalia o atendimento oferecido pela instituição no período em que atuou?
15. O que trabalhar nessa instituição representou para você, dos pontos de vista pessoal e profissional?
16. Fique à vontade para relatar outras lembranças, experiências ou aspectos da instituição que considere importantes.

Roteiro de entrevista com Ex-coordenadora:

1. Fale sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional até assumir a coordenação da instituição.
2. Quando e em que contexto você assumiu a coordenação da Creche/UDI?
3. Quais eram os critérios exigidos para atuar profissionalmente na instituição (auxiliares, educadoras e coordenação)?
4. Como era a estrutura física da instituição no período em que você atuou como coordenadora? Houve adequações ou reformas?
5. Como se organizava a rotina institucional e o planejamento pedagógico?
6. Como se davam os processos de tomada de decisão no cotidiano da instituição?
7. Havia participação da equipe, das famílias ou da comunidade nessas decisões?
8. Como era composta a equipe da Creche/UDI?
9. Havia ações de formação continuada ou orientação pedagógica para os profissionais?
10. Quais eram os principais desafios enfrentados na gestão da instituição?
11. Como você caracteriza o perfil das crianças e das famílias atendidas?
12. Como eram realizadas a organização dos grupos e a distribuição das crianças por faixa etária e por sala?
13. De que forma as políticas públicas impactavam o funcionamento da Creche/UDI?
14. Quais transformações você identifica no processo de transição da Creche Comunitária para UDI?
15. Como você avalia o atendimento oferecido pela instituição no período de sua atuação?
16. O que a experiência como coordenadora representou em sua trajetória profissional?
17. Há algum aspecto, memória ou vivência que você considere importante registrar e que não tenha sido abordado nas perguntas anteriores?

Roteiro de entrevista com Ex-presidentes da Associação de Moradores do Bairro Dona Zulmira:

1. Fale um pouco de sua formação escolar, como foi sua trajetória política, houve apoio da família? Ocorreu algum obstáculo?
2. Qual a principal motivação para assumir a presidência de uma Associação de Moradores?
3. Quais eram as maiores dificuldades encontradas pelo presidente da Associação?
4. Como era a comunidade local e bairro Dona Zulmira?
5. A comunidade participava das reuniões promovidas pela Associação de Moradores? Como acontecia essa participação?
6. A Associação de Moradores tinha sede própria?
7. Como era o relacionamento da Associação com a Prefeitura Municipal? De que forma chegavam as reivindicações da comunidade na Associação e depois na PMU?
8. As reivindicações eram atendidas pela PMU tal qual foram solicitadas?
9. Em que ano e como se deu a criação da Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira?
10. De que forma a Associação administrava a Creche? Quais eram as responsabilidades?
11. Como se dava o relacionamento da Associação de Moradores com a Creche Comunitária para além do repasse de recursos?
12. O que a subvenção proveniente da PMU para a Associação repassar para a Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira contemplava?
13. A subvenção enviada pela PMU à Creche Comunitária do bairro Dona Zulmira via Associação de Moradores era suficiente? Como ocorria a prestação de contas?
14. Havia campanhas na comunidade para arrecadar fundos para a Creches Comunitária do bairro Dona Zulmira?
15. Qual a sua análise da gestão Democracia Participativa no que se refere às Creches Comunitárias?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada Memória e História da Instituição Escolar de Ensino Infantil Jean Piaget (1986 a 2004, sob a responsabilidade dos pesquisadores Sauloéber Tarsio de Souza e Naiana Rúbia Rezende Tavares. Nesta pesquisa nós estamos buscando conhecer o processo de criação da EMEI Jean Piaget no período de 1986 a 2004, analisando o contexto das políticas públicas educacionais vigentes nesse período. A pesquisa busca também valorizar a memória e as experiências dos envolvidos que contribuíram para a história dessa instituição.

Sua participação é voluntária e consistirá em conceder entrevistas orais, com a utilização de aparelhos eletrônicos de gravação, sobre o tema pesquisado. A metodologia adotada será a História Oral Temática. As entrevistas serão previamente marcadas em local, dia e horário de sua conveniência. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Naiana Rúbia Rezende Tavares. Os benefícios da pesquisa permeiam-se nas possibilidades de proporcionar aos participantes uma melhor compreensão da importância dos estudos sobre instituições escolares que revelam a trajetória da Educação Infantil no Brasil, bem como a relevância dos conhecimentos sobre a história da Emei Jean Piaget como parte da história da educação de Uberlândia. De modo que a instituição exemplifica claramente a transição de uma abordagem assistencialista para educacional, alinhada às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Utilizando uma abordagem histórica, o projeto busca fomentar a discussão sobre políticas públicas educacionais e preservar a memória das pessoas envolvidas na história da instituição.

Os riscos da pesquisa circunscrevem-se a eventuais desconfortos por parte dos entrevistados em relação às interpretações e conclusões da pesquisa. É um estudo inserido na área de ciências humanas, em que os princípios éticos serão respeitados, restringindo as análises aos aspectos atinentes ao objeto da pesquisa. Um possível risco seria a identificação dos participantes da pesquisa. Em nenhum momento os participantes da pesquisa serão identificados. A fim de evitar qualquer possibilidade de identificação, os participantes serão referidos no texto com uma codificação criada para a dissertação, qual seja, a letra P (de participantes) seguida de um numeral. Assim, vão permear o texto as formas designativas P1, P2.... Os resultados da pesquisa serão publicados e, ainda assim, as identidades dos participantes serão preservadas. Caso seja necessária que algumas entrevistas se tornem públicas, para minimizar os riscos decorrentes desta publicação será apresentado um documento de cessão gratuita de direitos de depoimento oral para o participante da pesquisa e a entrevista só será publicada, mediante a assinatura deste documento. O (A) Sr. (a) não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa. O (A) senhor (a) é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação da pesquisa, o (a) senhor (a) é livre para solicitar a retirada das informações constantes em sua entrevista.

Nós, pesquisadores, atenderemos as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. É compromisso do pesquisador responsável a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa, procedendo com envio de e-mail com tal solicitação, que será respondido pelo pesquisador principal.

O (A) senhor terá uma cópia desse documento, logo após o aceite na participação. Este termo está assinado pelo(a) pesquisador(a) responsável, e contém seu telefone e endereço para que você possa tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação. Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Naiana Rúbia Rezende Tavares, telefone (34) 998684447, instituição originária da pesquisa Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 25 de setembro de 2024.

Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Telefone: (34) 99996 9750
E-mail: sauloeber@gmail.com

Naiana Rúbia Rezende Tavares
Telefone: (34) 99868 4447
E-mail: profnaianar@gmail.com

Participante da pesquisa: _____

ANEXO A – DENOMINAÇÃO DEFINIDA PARA A INSTITUIÇÃO NO ANO DE 2002

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UDI – Dona Zulmira/EMEI Maria Claro

Memorando n ° 27 / 02
Uberlândia, 13 de Dezembro de 2002


Ao Secretário Municipal de Educação
José Eugênio

Informo através deste que em reunião feita com a maioria dos funcionários desta Unidade no dia 11 de dezembro do mês corrente, decidimos que o suposto desta nome Unidade que apresentáramos aos pais seria EMEI – JEAN PIAGET.

No dia 12 de dezembro convidei vários pais a participarem de uma outra reunião, isto por que nós não formamos um conselho escolar ainda, apresentei o nome a eles explicando os detalhes, eles aceitaram sem problemas.

Com isto informo que o nome eleito para a Unidade será EMEI – JEAN PIAGET.

Atenciosamente,


Administradora UDI - Dona Zulmira /

*Recin
13.12.02
Zulmira*

ANEXO B – LEI QUE CONSIDERA A AMBAZU UTILIDADE PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

LEI Nº 4654 DE 08 DE MARÇO DE 1988.

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE QUE MENCIONA.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Dona Zelmira (AMZM) com sede nesta cidade.

Art. 2º Ficam revogados os dispositivos em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 08 de março de 1988.

ZAIRÉ REZENDE
Prefeito Municipal

ANEXO C – REGISTRO DA AMBAZU EM CARTÓRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Uberlândia Estado de Minas Gerais

Cartório de Registro de Títulos e Documentos

OFICIAL: Av. João Pinheiro, 442

Edsonina da Cunha Marquez Fone: 234-2251

CERTIDÃO EDSONINA DA CUNHA MARQUEZ, Oficial do CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS desta Cidade e Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc.

CERTIFICO E DOU FÉ, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em meu Cartório, os livros de REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, no livro A-nº. 4, nêles às fls. 96V., encontrei o registro dos Estatutos da "ASSOCIAÇÃO DE - MORADORES DO BAIRRO DONA ZULMIRA" sob o número de ordem: 2.018 em data de 13 de agosto de 1.985, feito de acordo com o extrato dos referidos estatutos publicados no Órgão, deste Estado, o MINAS GERAIS, datado de 31 de outubro de 1.984. -.-.-.

NADA MAIS. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Uberlândia, 13 de agosto de 1.985.

A Oficial: Edsonina da Cunha Marquez

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Cartório de Registro de Títulos e Documentos

Oficial

EDSONINA DA CUNHA MARQUEZ

Oficial Substituto

WILMA MARQUES


Exco. Fiscal

WILMA MARQUES

UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS

Digitalizado com CamS

ANEXO D – PROJETO DE LEI Nº 050/1993 - REPASSE DE SUBVENÇÃO PARA ENTIDADES COMUNITÁRIAS



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Para M. 10/10/1993
Alido: *[assinatura]*
Secretaria

Objeto de Deliberação e
Abrir Processo
Em 18/10/93
[assinatura]
Secretário

PROJETO DE LEI Nº 050/93

AUTORIZA SUBVENÇÕES ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções no montante de Cr\$ 93.177.288,47 (noventa e três milhões, cento e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e quarenta e sete centavos) às entidades a seguir relacionadas, atendendo a seguinte distribuição:

- SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

	CR\$
- Associação das Empregadas Domésticas de Uberlândia - Centro de Formação.....	1.083.900,85
- Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt - Centro de Formação.....	637.956,75
- Associação de Moradores do Bairro Segismundo Pereira - Centro de Formação.....	1.844.965,75
- Associação de Moradores do Conj. Hab. Sta Luzia - Centro de Formação.....	1.722.147,19
- Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade - Lar Espírita Alfredo Júlio - Centro de Formação.....	367.534,31
- Centro Espírita Obreiros do Bem - Centro de Formação	1.238.631,21
- Fundação de Aprendizagem e Desenvolvimento Social do Menor - FADESOM.....	2.027.038,02
- Fundação Lions Clube Sete de Setembro - CEAM	3.087.090,33
- Lar de Amparo e Promoção Chico Xavier - Centro de Formação	7.907.673,53
- Núcleo Recreação Santa Rita.....	1.348.131,62
SUBTOTAL.....	21.265.069,56

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Associação Comunitária Apoio Moradores - Bairro Roosevelt - Creche Roosevelt.....	2.118.903,10
---	--------------



02

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CR\$

- Associação Comunitária Apoio às Pessoas Deficientes - Creche Jardim Brasília II.....	783.903,00
- Associação Comunitária Jardim das Palmeiras - Creche Jardim das Palmeiras.....	920.960,21
- Associação Apoio Deficiente do Liberdade - Creche Liberdade.....	1.529.280,02
- Associação Apoio Menor do Bairro Pampulha - Creche Pampulha.....	902.044,08
- FUNDECOM - Creche Alto Tibery.....	1.757.778,70
- FUNDECOM - Creche Aclimação.....	980.598,28
- Associação Moradores Bairro Dona Zulmira - Creche Dona Zulmira.....	2.100.810,79
- FUNDECOM - Creche Esperança.....	921.432,78
- FUNDECOM - Creche Ipanema.....	1.399.269,29
- FUNDECOM - Creche Jardim Brasília I.....	873.856,90
- Associação Moradores Bairro Lagoinha e Leão XIII - Creche Lagoinha.....	1.565.826,17
- FUNDECOM - Creche Maravilha.....	1.754.744,18
- FUNDECOM - Creche Nossa Senhora das Graças.....	1.147.139,53
- FUNDECOM - Creche Patrimônio.....	1.300.129,57
- Associação Moradores Bairro Tocantins - Creche Tocantins.....	2.019.123,70
- FUNDECOM - Creche Cruzeiro do Sul.....	943.963,21
- Associação Conjunto Satélite e Bairro Oliveira - Creche Satélite.....	892.368,98
- Associação Moradores Distrito de Tapuira - Creche Tapuira.....	652.387,47
- Associação Moradores e Amigos Bairro Tibery - Creche Tibery.....	1.716.349,17
- FUNDECOM - Jardim Brasília III.....	701.790,18
- Associação Metodista Assistência Social - Creche Maria Tavares.....	733.692,51
- Casas Assistenciais Espirituais Euripedes Barsanulfo - Casa Maria Nazaré.....	1.645.998,76
- Creches Comunitárias Associadas de Uberlândia - Creche Jaraguá.....	1.189.609,06





03

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CR\$

- Creches Comunitárias Associadas de Uberlândia - Creche Martins.....	412.438,04
- Creches Comunitárias Associadas de Uberlândia - Creche Planalto.....	2.006.551,99
- Creche Comunitária Dona Neusa Resende - Creche Bom Jesus.....	1.809.260,85
- Creche Comunitária Francisco de Assis - Creche Tubalina.....	1.855.178,17
- Creche Comunitária Normy Barbosa Firmino - Creche José Inácio.....	566.402,97
- Creche Comunitária do Bairro São Jorge - Creche Sal da Terra.....	1.911.525,55
- FUNDECOM - Creche Segismundo Pereira	2.060.423,49
- Creche Comunitária Santa Rita - Creche Santa Rita	1.980.922,19
- Creche Comunitária Santino - Creche Santino.....	2.798.361,90
- FUNDECOM - Creche Santo Antonio.....	1.859.107,51
- Creche Comunitária São Cosme e Damião - Creche Marta Helena.....	2.074.605,39
- FUNDECOM - Creche Santa Rosa II.....	1.009.507,30
- Creche Espírita Comunitária - Aura Celeste.....	2.097.865,59
- Creche Maria Conceição Barbosa de Sousa - Creche Tia Lia.....	1.071.260,30
- Creche Marieta de Castro Santos.....	2.697.427,55
- Creche Comunitária Cantinho do Amor.....	593.760,79





04

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CR\$

- Creche Presbiteriana Unida de Uberlândia - Creche Jardim da Criança.....	750.742,58
- FUNDECOM - Creche Alvorada.....	1.449.098,89
- FUNDECOM - Creche Santa Luzia.....	508.910,78
- FUNDECOM - Creche Centro de Bairro Lagoinha.....	1.533.875,11
- FUNDECOM - Creche Santa Mônica.....	1.348.469,58
- FUNDECOM - Creche Brasil.....	921.227,61
- FUNDECOM - Creche Nosso Larzinho.....	1.042.460,58
- FUNDECOM - Creche Tia Anastácia.....	1.449.849,03
- Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Creche Esperança.....	618.430,76
- Lar Amparo e Promoção Humana Chico Xavier - Creche Maria João de Deus.....	405.307,01
- Lar Espírita Alfredo Júlio - Creche.....	1.003.187,55
- Missão Sal da Terra - Creche Sérgio Henrique Martinelli.....	957.503,10
- Núcleo Servos Maria de Nazaré - Creche.....	1.450.653,95
- Núcleo Espírita Anjo Ismael - Creche Anjo Ismael.....	1.115.943,16
SUBTOTAL.....	<u>71.912.218,91</u>
TOTAL.....	93.177.288,47

Art. 2º Para atender às despesas desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, no valor referido no art. 1º, com utilização dos recursos consignados nos incisos I, II, III e IV, do § 1º, do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º A liberação das subvenções retro mencionadas, far-se-á mediante a apresentação de plano de aplicação pelas beneficiadas que ficarão sujeitas, também, à prestação de contas no exercício seguinte, da aplicação da verba a que se refere o artigo 1º desta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, 30 de

setembro de 1993.

Leonídio Bouças
LEONÍDIO HENRIQUE CORRÊA BOUÇAS
Prefeito, em exercício



MMAF/Lmp

ANEXO E – APURAÇÃO DE PONTO ASSINADO PELO PRESIDENTE DA AMBAZU

A P U R A Ç Ã O D E P O N T O

CRECHE / CF : 2 Iona Zulmira REF. AO MÊS : março/93

[illegible]

João Carlos Pinheiro
Presidente ou Tesoureiro

DATA: 29 / 03 / 93

**ANEXO G – RELAÇÃO DE EMPREGADOS - FUNDO DE GARANTIA DO
TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), EMITIDA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
(1994)**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

RELAÇÃO DE EMPREGADOS FGTS - RE

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

7386 9 0001683 4 21243654000116 9000 04/94 000001/

AMBASZ ASSOC MORADORES DO B D ZULMIRA

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO

1 ☒ NO PRATO 2 ☐ EM ATRAZ 3 ☐ A NOVILHAGEM 4 ☐ ADICION 5 ☐ PLANTANDO 6 ☐ DIRETORIA DE EMPREGADOS

DATA DE EMISSÃO: 02 MAI 1994

C. E. F. L. AG. UBERLÂNDIA 0610800-4

CONTÁBIL	CARTÃO DE TRABALHO	POS-POSTO	NOME DO EMPREGADO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE EMPREGO	VALOR DO DEPOSITO	VALOR DO JAM	DEPOSITO
010693	063683	00159	EPONINO OLIVERIO	280294	00000002356	-	-	060494
010192	054627	00296	FRANCISCO CANDIDO DA SILVA	33.300,47	00000001546	-	-	060494
020192	054627	00296	FRANCISCO CANDIDO DA SILVA	67.764,05	00000001827	-	-	060494
010592	068228	00029	GRECIMONICA DE JESUS PAULINO	42.588,88	00000002003	-	-	060494
010591	068228	00029	GRECIMONICA DE JESUS PAULINO	55.642,01	00000000908	11.134,00	-	060494
010187	075362	00565	MARIA ABADIA DA SILVA SANTOS	100.161,26	00000001112	-	-	060494
010790	079335	00475	MARIA DE FATIMA DA SILVA	274.719,01	00000001201	-	-	060494
010591	033879	00539	MARIA JOSE DE OLIVEIRA	187.372,14	00000000493	-	-	060494
010891	067320	00059	NILZA MARIA CORREA	121.598,18	00000000817	-	-	060494
020589	010265	00032	SALMA PEREIRA DE CAMPOS	147.150,64	00000000221	-	-	060494
011092	062448	00008	SILVIA MACHADO DE ARAUJO	215.223,60	00000002275	-	-	060494
010991	006913	00006	TEREZINHA RIBEIRO CRUZ	63.047,82	00000000140	-	-	060494
010790	038453	00269	ZILA MARIA SILVA	106.232,65	00000000574	-	-	060494
				189.230,66		-	-	060494

DATA: / /

Assinatura autorizada da Empresa

(*) VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO

TOTAL DESTA FOLHA

9999999999 11.134,00

11.134,00

ANEXO H – LISTA DE FUNCIONÁRIOS CONTIDA NO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) DE 2000



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

DESMT – DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E
MEDICINA DO TRABALHO

5 - TRABALHADORES NESTA DATA

Apresentamos relação de pessoas que trabalham na U.D.I DONA ZULMIRA (110309) e suas respectivas lotações oficiais, conforme relatório da Diretoria de Recursos Humanos.

CN= CONCURSADO

CS= COMISSIONADO

PS= PRESTADOR DE SERVIÇOS

FP= FUNÇÃO PÚBLICA

LOTAÇÃO OFICIAL: 11.03.09

MATRIC	CN	CS	PS	FP	FUNCIONÁRIOS	CARGO
14.783-4	X				DANUZA F. MARQUES	ADMINISTRADORA
11.768-4	X				ALESSANDRA SILVA DE OLIVEIRA	AUX. CRECHE
11.637-8	X				ANGELITA MARIA SOUZA MOURA	AUX. CRECHE
11.708-0	X				CLÁUDIA SOARES DA SILVA	AUX. CRECHE
11.439-1	X				MARIA ABADIA M. DANGELO	AUX. CRECHE
14.184-4	X				MARIA APARECIDA ALVES CARDOSO	AUX. CRECHE
15.136-0	X				MARIA APARECIDA GOMES ALVES	AUX. CRECHE
13.806-1	X				SIMONE FERREIRA F. MORAES	AUX. CRECHE
13.216-0	X				ZILÁ MARIA OLIVEIRA	AUX. CRECHE
10.383-7	X				MARIA ALMEIDA	AUX. SERV. GERAIS
11.580-0	X				MARIA DE LOURDES V. SILVA	AUX. SERV. GERAIS
11.257-7	X				GENOVEVA DA SILVA	MERENDEIRA
3726-5			X		ZÉLIA ALVES OLIVEIRA	AUX. CRECHE

LOTAÇÃO OFICIAL: 11.03.25

MATRIC	CN	CS	PS	FP	FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
11899-0	X				CRISTINA MARIA RODRIGUES	MERENDEIRA

LOTAÇÃO OFICIAL: 11.03.21

MATRIC	CN	CS	PS	FP	FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
11573-8	X				HELENA LÚCIA C. DIAS	AUX. SERV. GERAIS

LOTAÇÃO OFICIAL: 05.05.03

MATRIC	CN	CS	PS	FP	FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
13661-1	X				ADELICE GOMES	VIGIA
8503-0	X				NIVALDO MUNDIM	VIGIA

LOTAÇÃO OFICIAL: 12.01

MATRIC	CN	CS	PS	FP	FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
5874-2	X				NEWTON PEREIRA	VIGIA

6 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Os riscos identificados neste trabalho foram analisados e avaliados qualitativamente, não havendo a constatação da presença de agente nocivo à saúde do trabalhador com intensidade e tempo de exposição suficiente para caracterização de insalubridade.

Recomendamos, como uma ação contínua que a DESMT seja informada por escrito de qualquer alteração no processo de trabalho ou no layout para que seja feita uma análise das possíveis alterações no ambiente de trabalho e as influências sobre a saúde do trabalhador.

PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS
110309 - UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DONA ZULMIRA

8/16

ANEXO I – MEMORANDO Nº 3305 DA SME DE 2008 – TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DAS UDIS DA SMTAS PARA SME



**Secretaria Municipal
de Educação**

PROTOCOLO
ASSESSORIA PEDAGÓGICA
e-mail: asspedagogica@uberlandia.mg.gov.br
3239-2623/3239-2842

Memorando n.º 3305 – SME

Em 01 de dezembro de 2008.

De: Secretaria Municipal de Educação
Assessoria Pedagógica da Educação Infantil

PARA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho
ATT/ Srª Iracema Barbosa Marques

Prezada Senhora,

Conforme solicitação desta Secretaria, informamos as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia para a transição das instituições que atendem crianças em idade de zero a cinco anos em instituições anteriormente assistidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho e atualmente sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Apresentamos a seguir a situação das unidades da rede pública e unidades conveniadas – ONGs.

Em 30 de outubro de 2002, vinte e nove UDI - Unidades de Desenvolvimento Infantil foram transferidas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Habitação e Trabalho para a Secretaria Municipal de Educação, conforme relação a seguir:

- UDI Jardim Brasília
- UDI Roosevelt I
- UDI Roosevelt II
- UDI do Bairro Maravilha
- UDI Alvorada
- UDI Lagoinha
- UDI Pampulha
- UDI Dona Zulmira
- UDI Tibery I
- UDI Tibery II
- UDI Santa Mônica
- UDI Patrimônio II
- UDI Aclimação
- UDI Ipanema
- UDI Oswaldo
- UDI Tubalina I
- UDI Tubalina II
- UDI Planalto
- UDI Aparecida

Raciana
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PRAÇA TRÊS JÚNIOS 04/02/2008 16:27





**Secretaria Municipal
de Educação**

ASSESSORIA PEDAGÓGICA
e-mail: asspedagogica@uberlandia.mg.gov.br
3239-2623/3239-2842

- UDI Segismundo Pereira
- UDI Marta Helena
- UDI Satélite
- UDI Tocantins
- UDI Patrimônio I
- UDI Santa Luzia
- UDI do Bairro Esperança
- UDI Nossa Senhora das Graças
- UDI Cruzeiro do Sul
- UDI Santa Rosa

Em 26 de outubro de 2004, quinze unidades foram criadas como Escolas Municipais de Educação Infantil através da Lei Complementar 382, publicada no Diário Oficial do Município em 26 de outubro de 2004. Sendo transferida a denominação de UDI – Unidade de Educação Infantil para EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil, conforme relação a seguir:

Denominação Anterior	Denominação Atual
Unidade de Desenvolvimento Infantil - UDI	Escola Municipal de educação Infantil - EMEI
UDI Jardim Brasília	EMEI Jardim Brasília
UDI Roosevelt	EMEI Roosevelt
UDI do Bairro Maravilha	EMEI Francisco Bueno Monteiro
UDI Alvorada	EMEI Maria Terezinha Cunha Silva
UDI Lagoinha	EMEI Paulo Freire
UDI Pampulha	EMEI Pampulha
UDI Dona Zulmira	EMEI Jean Piaget
UDI Tibery II	EMEI Monteiro Lobato
UDI Patrimônio II	EMEI Grande Otelo
UDI Aclimação	EMEI Raimundo Vieira da Cunha
UDI Ipanema	EMEI Cora Coralina
UDI Santa Mônica	EMEI Zacarias Pereira Silva
UDI Oswaldo	EMEI do Bairro Oswaldo Resende
UDI Tubalina II	EMEI São Francisco de Assis
UDI Planalto	EMEI Planalto

Em fevereiro de 2006 as crianças da UDI Santa Rosa foram transferidas para as escolas próximas (UDI Satélite e UDI Marta Helena).

Em 12/02/2006 onze Escolas Municipais de Educação Infantil foram autorizadas no Sistema de Ensino, conforme listagem a seguir:

- EMEI Jardim Brasília
- EMEI Roosevelt
- EMEI Francisco Bueno Monteiro
- EMEI Paulo Freire
- EMEI Pampulha
- EMEI Monteiro Lobato
- EMEI Grande Otelo
- EMEI Raimundo Vieira da Cunha



**ANEXO J – OFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA SOLICITANDO
VAGA NA INSTITUIÇÃO**



CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
MINAS GERAIS

Ofício n.º 0698/2002

Em 11 de junho de 2002.

Ilma. Sra. Coordenadora

~~Unidade de Desenvolvimento Infantil Bairro Dona Zulmira~~
Unidade Desenvolvimento Infantil Bairro Dona Zulmira

Solicito de V. S.ª o obséquio de estudar a possibilidade de uma vaga para **Marcos Paulo Gomes Simão**, nascido em 08/10/97 e **Jenifer Gabriela Gomes Simão**, nascida em 06/02/99. O pedido fundamenta-se na prerrogativa da Sra. **Luciana Gomes de Oliveira** (solicitante), ser moradora na rua dos Pianos, 603 Bairro Taíaman (3217 – 8154).

Esperando contar com vossa atenção, reitero os meus mais elevados protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



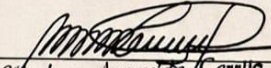
GERALDO REZENDE JÚNIOR

Vereador – PMDB

Líder do Prefeito

oftg

ANEXO K – ENCAMINHAMENTO DE CRIANÇA - JUIZADO DE MENORES

	<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</p>	<p>ENCAMINHAMENTO DE CRIANÇA</p> 
<p>Comarca <u>UBERLÂNDIA / MG</u></p>	<p>Secretaria do Juízo <u>INFÂNCIA E JUVENTUDE</u></p>	
<p>A UNIDADE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO BAIRRO DONA ZULMIRA.</p>		
<p>Encaminhamos <u>FABÍOLA ADRIENE OLIVEIRA DOS SANTOS</u> nascido em <u>13/12/99</u>, tendo como responsável <u>RELEN ADRIENE DOS</u> <u>SANTOS BRITO</u>, residente <u>RUA DOS ACORDEÕES nº 120</u> <u>BAIRO MAMAM</u>, que necessita de orientações e provi- dências relativas à <u>CONCESSÃO DE VAGA</u>.</p>		
<p>(Local e data) . <u>Uberlândia, 16 de Janeiro 2002</u></p>		
<p style="text-align: center;">  <u>Marlene Aparecida Carrilho</u> Comissão de Menores III - Coordenadora P.J.P.I. 00882-4 </p>		

ANEXO L – REGIMENTO INTERNO DAS CRECHES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

REGIMENTO INTERNO DAS CRECHES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

1 - Objetivos Gerais da Creche

- 1.1 - Atender crianças em período integral na faixa etária de 3 meses a 7 anos completos do sexo masculino ou feminino✓
- 1.2 - Atender prioritariamente as crianças do Bairro em que a creche está localizada.
- 1.3 - Oferecer às crianças um local adequado em termos de alimentação, higiene, saúde, nutrição, recreação, segurança, afetividade, e educação✓ no intuito de garantir condições para um pleno desenvolvimento das mesmas
- 1.4 - Ser um espaço de exercício de uma prática social, mobilizando os responsáveis pelas crianças para uma ação coletiva contribuinte com as mesmas no sentido de formação de uma consciência crítica, estimulação adequada em seus aspectos: psicomotor, afetivo, cognitivo, intelectual, etc.... respeitando-se o ritmo de cada uma e oferecendo condições ambientais e educativas que incentive a invenção criadora.✓

2 - Regime de funcionamento

- 2.1 - Situação familiar: - ~~Mães que trabalham fora.~~
- (Baixa renda familiar.)

2.2 - Lista de espera

A inscrição na lista de espera será feita pela coordenadora no local.

As vagas serão preenchidas de acordo com a sequência da lista de espera, salvo os casos emergenciais que deverão ser avaliados pelo coordenador e/ou supervisor ou Chefias.

- 2.3 - O prazo para pais ou responsáveis ingressantes conseguir trabalho é de: no máximo 20 dias.

2.4 - Documentação exigida para Admissão da Criança -

- Xerox da certidão de nascimento ou termo de guarda da criança.
- Atestado de trabalho dos pais e/ou responsáveis dentro do prazo previsto.
- Xerox do cartão de vacina que deverá estar em dia.
- Atestado de saúde da criança.

2.5 - Preenchimento da ficha de matrícula e se necessário ficha de Identificação da criança e ficha social da família através de entrevista.

2.6 - Materiais de uso pessoal da criança que deverão ser providenciados.

- 1 escova de dentes para crianças acima de 10 meses.
- 1 mamadeira para crianças que fazem uso da mesma.
- toalha de banho, pente e escova de cabelo.
- 1 pasta dental e 1 sabonete mensal.
- 1 copo plástico c/ alça.

2.7 - Não será permitido a presença de pessoas alheias ao trabalho na creche.

2.8 - A criança não poderá frequentar a creche quando estiver com doenças de caráter contagioso.

2.9 - Quando a creche situar-se a 500 m da escola, a Creche se responsabilizará por buscar as crianças do turno da manhã e levar as crianças do turno da tarde. Os outros horários serão de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis.

3 - Rotina

3.1 - Período de funcionamento da creche - 7:00 às 17:30 hs.

3.2 - Rotina Diária da Creche:

- 7:00 às 8:00 hs - Entrada das crianças.
- 8:00 às 8:30 hs - Café da manhã
- 8:30 às 10:00 hs - Atividades pedagógicas
- 10:00 às 11:00 hs - Banho
- 11:00 às 11:30 hs - Almoço
- 11:30 às 12:00 hs - Higiene pessoal
- 12:00 às 13:45 hs - Repouso das crianças e/ou Atividade Livre
- 13:45 às 14:00 hs - Higiene pessoal
- 14:00 às 14:30 hs - Lanche
- 14:30 às 15:45 hs - Atividades Ludo-pedagógicas
- 15:45 às 16:00 hs - Higiene pessoal
- 16:00 às 16:30 hs - Jantar
- 16:30 às 17:00 hs - Higiene pessoal
- 17:00 às 17:30 hs - Organizar as sacolinhas, atividades livres e saída das crianças.

Obs - A educadora de creche poderá aproveitar o período de repouso das crianças para realizar seu planejamento de atividades dentro ou na porta do agrupamento.

- Os horários da rotina diária poderão ser alterados de acordo com

a necessidade de cada agrupamento conciliando os horários com o espaço físico da creche e as necessidades da mesma.

- O berçário deverá obedecer uma rotina diferenciada em termos de alimentação banho e atividades.

4 - Atribuições dos Pais ou Responsáveis

4.1 - Participar das reuniões da creche

procurando contribuir com o processo de discussões, decisões, encaminhamentos e avaliações de todas as questões referentes a mesma acatando data e horários pré-estabelecidos, divulgados com antecedência de pelo menos 2 dias pelo coordenador

4.2 - Atualizar o atestado de trabalho e endereço de residência para que os mesmos possam ser comunicados quando houver necessidade,

4.3 - Cumprir o horário de funcionamento da creche, evitando atrasos na entrada e/ou saída.

4.4 - Não maltratar e/ou agredir os funcionários e crianças nas dependências da creche.

4.5 - ~~A criança~~ deverá vir limpa para a Creche, com troca de roupa suficiente na sacola de acordo com o clima e devidamente marcadas. As sacolas deverão ser de tecido, lona ou nylon.

4.6 - Colocar saquinhos plásticos na sacolinha de crianças pequenas p/ roupa molhada.

4.7 - Informar à Coordenadora sempre que a criança precisar se afastar da creche em casos de:

- a) férias.
- b) viagens
- c) atestados médicos
- d) afastamento por mais 2 dias por quaisquer outros motivos.

4.8 - Informar à Coordenadora ou auxiliar de creche responsável por seu filho caso haja alguma alteração no estado de saúde do mesmo (febres, diarreias, vômitos, indisposições em geral, etc.) bem como prescrição de dietas e medicamentos (que só serão administrados com receita médica)

4.9 - Levar seu filho ao médico sempre que se fizer necessário, lembrando-se sempre de trazer atestado médico (formulário de saúde oferecido pela creche).

4.10 - Realizar a higiene da criança periodicamente observando se tem

piolho, unhas grandes, etc....

4.11 - Enviar seus filhos sem objetos de valores (brincos, pulseiras, dinheiro, etc), pois a creche não se responsabilizará pelos mesmos.

4.12 - Frequentar todas as reuniões de pais.

4.13 - Consultar anteriormente a coordenadora e/ou a auxiliar de creche responsável pelo agrupamento de seu filho(s), caso queiram trazer brinquedos para a creche.

4.14 - Não trazer alimentos para a creche, exceto em casos especiais (ex. dieta recomendada pelo médico).

4.15 - O horário previsto para buscar seu filho é das 16:00 às 17:30 hs, sendo que o período de 17:00 às 17:30 hs é considerado período de tolerância.

5 - Penalidades

5.1 - Pais e/ou responsáveis que chegarem atrasados para trazerem e/ou buscarem seus filhos:

- A 1ª vez receberão uma advertência por escrito assinada pela coordenadora e/ou auxiliar de creche. Em caso de novos atrasos haverá suspensão de:

- 1 dia para atrasos de 30 minutos na entrada ou saída.
- 2 dias para atrasos até 1 hora.
- 3 dias para atrasos de mais de 1 hora.

Obs - Casos os pais recebam 3 suspensões durante o ano a criança será automaticamente desligada da creche.

6 - Desligamento

O desligamento será feito em relação a:

- . Idade: Na data em que a criança completar 7 anos.
- . Frequência: 10 faltas consecutivas sem justificativa.
- . Se ao término do prazo estabelecido na inscrição os pais e/ou responsáveis não estiverem trabalhando.
- . Agressão física e/ou moral a qualquer pessoa envolvida direta e/ou indiretamente na creche.
- . Se os pais e/ou responsáveis se recusarem a cumprir as normas da creche, ou forem suspensos 3 vezes durante o ano.

ANEXO M – ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS FUNCIONÁRIOS

ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS FUNCIONÁRIOS

- . Manter um bom relacionamento de trabalho colaborando e cooperando com os colegas sempre que se fizer necessário.
- . Manter boa higiene pessoal e usar roupas adequadas ao trabalho.
- . Cumprir normas e horários da creche e assinar o livro de ponto (no horário de chegada, intervalo de almoço e saída do trabalho).
- . Cobrir e/ou auxiliar colegas de trabalho, nos intervalos de repouso e/ou ausência das mesmas.
- . Zelar pela conservação de todo e quaisquer equipamentos e materiais da creche.
- . Participar de treinamentos e reuniões para maior aprimoramento de seu trabalho.
- . Informar com antecedência: férias, solicitação de demissão, licença médica, quaisquer outros problemas referentes a salários, encargos, etc.
- . É terminantemente proibido que qualquer funcionário saia da creche com: sobras de comida, verduras, pão, frutas, utensílios ou qualquer bem que pertença à creche.
- . É proibido fumar nas dependências da creche.

Atribuições específicas da Auxiliar de Creche

- . Planejar e executar atividades ludo-pedagógicas sob orientação da supervisora ou coordenadora.
- . Confeccionar recursos materiais, utilizados nas atividades lúdico-educativas.
- . Oferecer às crianças cuidados necessários: desenvolvendo atividades lúdico-educativas; oferecendo situações e materiais que incentive a criatividade, a habilidade, etc; apoiando afetivamente; possibilitando a formação de bons hábitos; estimulando, encorajando e atendendo características e interesses de cada criança (individualmente e na interação com o grupo).
- . Acompanhar, orientar e estimular as crianças em sua higiene pessoal, observando-se as alterações em termos de saúde e nutrição.
- . Organizar, conservar e cuidar da higiene do material ludo-pedagógico, equipamentos e quaisquer outros materiais utilizados pelas crianças.
- . Preencher o formulário de frequência das crianças (chamada).
- . Não deixar as crianças sōzinhas.
- . Estimular, preparar e acompanhar o repouso das crianças.
- . Não discutir com outra funcionária na frente da criança.
- . Oferecer água às crianças (após as refeições, atividades que en-

volvem desgastes físicos, repouso e quando as mesmas solicitarem . Não falar de qualquer criança perto dela(s), a não ser para elogiar-la ou falar de suas qualidades.

.Diante de alterações na saúde das crianças:

- Verificar a possibilidade de cuidar da criança: em casos de pequenos ferimentos (fazer curativos; em casos de emergência tomar as providências necessárias, segundo orientação recebida pelo profissional da S.M.T.A.S. (levar e/ou encaminhar ao posto de saúde ou médico mais próximo, chamar os pais e nunca dar medicamentos sem orientação médica).

. Sempre comunicar e/ou orientar os pais nas providências que se fizerem necessárias (pedir atestados, comunicar reuniões, etc).

. Conservar e organizar todo material referente às atividades com as crianças assim como (o material de uso das crianças: roupas, toalhas, produtos de higiene pessoal, calçado, etc).

Atribuições específicas da Cozinha

. Cuidar da conservação, armazenamento, preparo, higiene e controle de consumo dos alimentos, sob orientação e supervisão do coordenador e profissionais da S.M.T.A.S.

. Ter boa higiene pessoal, usar lenços e aventais e manter unhas curtas e limpas.

. Manter o espaço físico e utensílios da cozinha em condições adequadas de higiene e conservação.

. Preparar todas as refeições, respeitando horários, critérios de higiene, faixa etária das crianças e dietas especiais de acordo com critérios médicos.

. Servir os pratos de forma apresentável visando estimular e incentivar os hábitos alimentares das crianças.

. Elaborar e implantar cardápios nutritivos e variados com o apoio e orientação do coordenador e/ou profissionais da SMTAS.

. Conferir, preencher formulários de controle de consumo e organizar notas do material entregue pela PMU e/ou comprado pela creche.

. Manter limpos uniformes, panos de prato, de chão que sejam de uso exclusivo da cozinha.

. Fazer limpeza em geladeira, freezer e despensa semanalmente.

Atribuições específicas de Serviços Gerais

. Manter o espaço físico (externo e interno), móveis e equipamentos da creche em condições de higiene e conservação.

. Lavar e passar roupas (roupas de cama, mesa e banho, panos de chão, etc.).

. Fazer faxina geral quinzenalmente, lavando paredes, vitrões, etc.

- . Recolher todo o lixo da creche e por no local adequado para a limpeza pública coletá-lo
- . Lavar os filtros semanalmente e colocar água sempre que se fizer necessário.

Atribuições específicas de Vigias

- . Manter-se em vigia e alerta constantemente durante todo o período de trabalho.
 - . Em casos de emergências tomar providências cabíveis e informar os órgãos competentes.
-

ANEXO N - ATA DE 05/06/2000

Reunião - 05/junho/2000

Reunião p/ os pais 16/30. (Terc. Jun)
 " cl Marcia 12.00. " "

Foi pedido mais motivação para as funções, desõimo geral da Turma. Odr: lista exemplos de outra creche, vantagens, aprioritor o que foi feito de bom e colocar em pratica, necessãno compreensão e dedicação das auxiliares, principalmente p/ conseguir as coisas p/ a creche em qualquer ora, manter o portão Trancado, e o telefone também, pois é necessário, p/ o melhor andamento da creche, Presunir quando acontece os erros. Ninguém e dono de horário, quando a necessidade deve haver acordo em comum. Colocar o horário certo do que chegar na creche, cada um cuidar do seu proprio serviço. Manter tudo organizado, anotar todos os recados, não deve jamais rasgar o caderno. Fazer inscrição na folha sulfite pois deveria ter sido desisado com antecedência p/ passar na prefeitura. Aplicar atividades diretas, todas procurando o rendimento da criança, diversificar ao máximo, elaboração geral em qualquer setor.

colocar o cronograma na parede do local onde as crianças deverão ficar, manter mais disciplinas c/ as crianças: Planos usando fogos, histórias, músicas, tem diversos materiais a serem usados. Trazer algo de pi, não somente receber ~~diagnósticos~~. O retorno está excessivo. Assuntos referentes ao Trabalho das mães deverão ser discutidos na reunião - 06/06. Quando faltar algo na creche, é necessário colaboração de todos. Planejamento das 12:00 às 13:00hs, utilizando referencial. Usando exemplos; decoração, trazer informações. Ouvir dos cadernos montes do recado e contato com as mães. Anotar as contribuições, agradecer qd' elas colaboram, mostrar preocupação com as crianças. Haver levantamento p/ remanejar ou por mês no lanche, almoço e organização dos colchões. necessidade de domínio sobre as crianças. Veredictos somente das 12:00 às 13:00hs, mesmo recebimento. impetuosamente até o telefone, deixar com antecedência sobre troca de horário. Acumulo de informações resolver aos poucos as coisas. Fazer com que as crianças se habituem no mesmo lugar sempre. Mantendo disciplina. União Geral.

ANEXO O – ATA DE 29/08/2000

Reunião de funcionários 29/08/2000

Abertura c/ leitura de um capítulo (Versículo) da Bíblia. (nesta ocasião mostra que cada um tem sua cruz, sua responsabilidade).

Iniciado com o pedido de mais união, e mais iniciativa, que cada um faça sua função buscando fazer o melhor possível. Muita compreensão, muito amor em tudo e a toda hora. Colocar nos cadernos sobre o parque da polera, 04/08/00

Vacinação contra gripe, pneumonia, será dia 05/08/00 no período da manhã.

Passar as mãos sobre a galinhada 17/09 e que será o feriado. Fazer propaganda da galinhada c/ o preço = Domingo = (2,50)

Organização da dispensa, cada um tem a responsabilidade de manter organizado.

Colocar contribuições dos meses. Andar todos os recados. Fazer a relação dos indícios que ficam mais próximos. Manter os cadernos caprichosos e organizados.

ANEXO P – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PERÍODO TRANSITÓRIO DAS UDIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PERÍODO TRANSITÓRIO DAS UDI'S.

Considerações legais para a criação das Escolas de Educação Infantil:

- Criação da escola através de Lei Municipal;
- Montagem do processo de solicitação de autorização junto à 40ª Superintendência Regional de Ensino, em conformidade com a Resolução 443/01;
- Exemplos de alguns documentos/exigências que farão parte do processo:
 - Espaço físico adequado (com laudo favorável do CREA);
 - Projeto Político Pedagógico;
 - Equipamento e material pedagógico;
 - Quadro de profissionais (Pessoal docente e técnico –administrativo legalmente habilitado);
 - Regimento Escolar, dentre outros;
- Após seis meses de criação das Escolas, realizar-se-á eleições para diretores em conformidade com a Lei nº 7832 de 28 /09/2001. Para o momento transitório, serão mantidos os cargos de Administradores das Unidades Infantis, transpostos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Alteração de Nomenclatura do Cargo de Auxiliar de Creche

Assumiu-se com esta intenção que este profissional é um educador, passando a denominar-se: Educador Infantil. Esclarecemos que permanecem as atribuições e vencimentos do cargo.

Para a investidura no cargo de Professor de pré a 4ª série da Secretaria Municipal de Educação regidas pelas Leis Complementares 049/93 e 120/95, faz-se necessário a aprovação em Concurso Público Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

Assinatura de Documentos Diversos

- Dobra de turno – assinada pelo Administrador da Udi.
- Ficha de matrícula - deverá ser encaminhada com a assinatura do Administrador da Udi para a EMEI parceira, para conferir e registrar no livro de matrícula, constando assinatura do Administrador do EMEI.
- No campo “Secretário” assinará o funcionário que efetuar a matrícula.
- Livro de Matrícula – será único para os EMEI's e Udi's parceiras. Registrar os alunos das EMEI's e das Udi's parceiras, conforme forem sendo efetuadas as matrículas, colocando à frente do nome do aluno (a) a Udi à qual pertence.
- Folha de Atestado – assinada pelo Administrador da Udi.

Calendário Escolar

As UDI's seguirão o Calendário Escolar das EMEI's parceiras, podendo haver alterações nos dias de estudos.

Ações Pedagógicas

As ações pedagógicas das UDI's deverão ser construídas, tendo como referência as Propostas Curriculares existentes na Rede Municipal de Ensino para a Educação Infantil, repassadas pela Coordenação da Educação Infantil, bem como sugestões de planejamento já desenvolvidas pelas EMEI's parceiras.

Carga Horária Semanal do Professor**1. Módulo I do Professor**

Regência – 3,36 por dia

3,36 x 5 dias = 18 h/semanais

2. Módulo II do Professor

O professor tem direito a 02 (duas) horas de módulo II semanal, devendo o horário de cumprimento ser organizado junto à administração da UDI.

3. Carga Horária Diária do Aluno

- 3,36 (diária) + 14,0 (recreio) = 3,50
- **Exemplo** Entrada – 7:30 – Saída – 11:20
Entrada – 13:00 – Saída – 16:50

Censo Escolar

- Os alunos matriculados nas UDI's serão contados (para efeito de Censo Escolar) nas EMEI's parceiras.

Diários

- Terão diários de classe apenas as turmas de pré de 04 anos, 05 anos e de 06 anos onde houver professor regente, ficando o mesmo responsável pelo seu devido preenchimento.
- O registro de frequência de zero a 03 anos será feito pelos Educadores Infantis em instrumento próprio.

Regimento Escolar

As ações administrativas das UDI's deverão embasar-se no Regimento Escolar das respectivas EMEI's *g- VCR.*

Pasta do Funcionário

Documentação Necessária:

- Ficha Cadastral
- Xerox documento de habilitação
- Xerox documentos pessoais
- Ficha de Encaminhamento *Contratador*



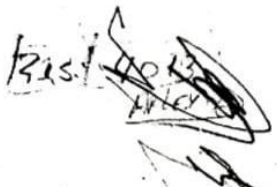
Crêterios para Admissão

- Seguir Instrução Normativa n°012/01 da Secretaria Municipal de Educação.

Uberlândia, 27 de Março de 2002.

Comissão de Transição

**ANEXO Q – CONVÊNIO DA PREFEITURA COM UNIVERSIDADE PRIVADA
PARA OFERTAR CURSO DE PEDAGOGIA**

 PREFEITURA DE UBERLÂNDIA Secretaria Municipal de Educação Memorando-Circular nº 689 /SME - GS Em 21 de Junho de 1999. Às Escolas Municipais Considerando que: <ul style="list-style-type: none">• O aluno é a finalidade precípua de todo o nosso trabalho educacional;• É diretriz da Secretaria Municipal de Educação a melhoria da qualidade da educação e do ensino/aprendizagem ;• O levantamento Estatístico detectou que 400 professores têm apenas a formação de Ensino Médio;• A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que no fim da chamada década da educação, que se encerra em 2006, todos os professores tenham curso de graduação; <p align="center">A Prefeitura Municipal de Uberlândia, através da Secretaria Municipal de Educação,</p> <p align="center">Firmará convênio com a Unit - Centro</p> <p>Universitário do Triângulo, com o objetivo de conceder bolsas de estudo, a partir do 2º semestre de 1999, para os cursos de Licenciatura ministrados pela UNIT, correspondendo a uma redução de 50% (Cinquenta por Cento) do valor cobrado, excluída a matrícula.</p> <p>Na elaboração do convênio, a concessão do benefício foi estendida a todos os servidores da Prefeitura Municipal.</p> <p>Acreditando que as referidas capacitações se reverterão em benefícios para nossos alunos e no bom desenvolvimento do serviço público, firmamos o referido convênio.</p> <p>Atenciosamente.</p> <div> Ilar Garoffi Secretária Municipal de Educação</div> <div>216 0887 Ilar Garoffi</div> <div></div>

ANEXO R - ATA DE 21/06/2000 - FESTAS

Reunião c/ funcionários em 21/06/2000

Assuntos a serem discutidos: As emendas deverão serem cedidas, pois há necessidade devido ao fim, resolver os problemas referentes a força de vontade mútua ex: troca de horários - motivação: Planejamento, festa, preencher, tentar conseguir doações, preencher, anotar os votos pegos e não deixar de anotar os que já foram pegos, convite aos vizinhos e a comunidade em geral. Haver colaboração de todos p/ doações "Anúncio". Observação na leitura de um artigo, ressaltando a importância do conselho, do amor ao próximo / olhar os probleminhas existentes no creche e organizar p/ a festa, é necessário que dê sugestões: "fichas, refrigerantes, salgadinhos, decoração dos jogos (materiais, o que será), decoração das mesas, e jogos.

ANEXO S – MEMORANDO - EMPRÉSTIMO DE BARRACA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UDI – Dona Zulmira/EMEI Maria Claro

Memorando n ° 14 / 02

Uberlândia, 11 de junho de 02

À Secretaria Municipal de Obras
Ac. Sr Secretário Orlando Rezende

Assunto: Empréstimo de barracas

Solicito favor de ver a possibilidade de providenciar empréstimo de 04 barracas,
para serem utilizadas em festa junina, a realizar-se no dia 29 de junho de 2002.

No aguardo de sua resposta, desde já agradeço.

Atenciosamente,


Administradora UDI - Dona Zulmira /
EMEI Maria Claro

Endereço – Rua dos Tamborins, 75
Fone – 3238-2459/9125-3374

RECEBEMOS

11, 06, 02

Fátima

Secretaria Municipal de Obras

Eugênio - 32171005/0256

ANEXO T – MEMORANDO - SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UDI – Dona Zulmira/EMEI Maria Claro

Memorando n° 19 / 02

Uberlândia, 09 de agosto de 02

À Secretaria Municipal de Educação
Diretor da Divisão de Transporte Escolar
Sr José Leal

Assunto: Solicitação de Transporte


Solicito que seja estudada a possibilidade de atendimento desta Unidade Escolar com transporte pela Divisão de Transporte.

Informo ainda os dias, horários e quantidade de usuários que se beneficiarão do referido transporte:

- Local: Center Shopping - dia 08 de outubro – horário: 13:00 às 17:00 h/ 65 crianças e 19 adultos
- Local: Parque do Sabiá – dia 10 de outubro – horário: 8:00 às 14:00 h/ 65 crianças e 19 adultos

No aguardo de sua resposta.

Atenciosamente,


Administradora UDI - Dona Zulmira /
EMEI Maria Claro

Recebi em:	09 / 09 / 2002
Horário:	12.40
	TANIA
Divisão de Transp. Escolar - S.M.E.	